

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

TIAGO DOS SANTOS RODRIGUES

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT E
OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, 2017 A 2020**

CÁCERES-MT

2022

TIAGO DOS SANTOS RODRIGUES

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT E
OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, 2017 A 2020**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Professora Dr^a Marilda de Oliveira Costa
Coorientador Professor Dr. Bartolomeu José Ribeiro de Sousa

CÁCERES-MT

2022

RODRIGUES, Tiago dos Santos.
R696f Financiamento da Educação Básica no Município de Cáceres-MT e os Processos de Privatização dos Gastos com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, 2017 a 2020 / Tiago dos Santos Rodrigues - Cáceres, 2022.
130 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.
Orientador: Marilda de Oliveira Costa

1. Financiamento. 2. Privatização. 3. Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. I. Tiago dos Santos Rodrigues. II. Financiamento da Educação Básica no Município de Cáceres-MT e os Processos de Privatização dos Gastos com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, 2017 a 2020: .
CDU 373(817.2)

TIAGO DOS SANTOS RODRIGUES

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT E
OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, 2017 A 2020**

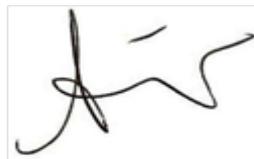
Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.



Profa. Dra. Marilda de Oliveira Costa
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT



Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto
Avaliador Externo
Universidade de São Paulo – USP



Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião
Avaliadora Interna
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Dedico esta dissertação aos meus pais por sempre me apoiarem e me incentivarem nos estudos, sem eles não seria possível chegar até aqui.

Agradeco

Primeiramente aos meus pais pelo apoio e incentivo, e por serem minha base e estrutura;

À minha orientadora Marilda de Oliveira Costa pela oportunidade de ingressar no mestrado que começou ao me aceitar como aluno especial em 2019, e por toda parceria que tivemos, temos e que ainda teremos;

Ao meu coorientador Bartolomeu José Ribeiro de Sousa por ter aceitado fazer parte dessa jornada tão importante;

À Patrícia que, além de minha amiga, é minha técnica de informática favorita e sempre me socorreu quando eu precisei;

Aos meus amigos Pedro e Edson que estiveram comigo durante todo meu caminho e me possibilitaram momentos de descontração e lazer quando eu mais precisava;

Às minhas colegas de trabalho da escola Jardim Paraíso (Andreia, Renilda, Eliara, Hermenegilda e Marinete), que muito contribuíram com a minha jornada;

À Cláudia por ser, além de amiga, uma grande inspiração e orgulho para mim;

À minha amiga Lourdes, por ter me ajudado sempre que precisei para entrar e permanecer no mestrado;

À Cristiane e Rodolfo, meus irmãos de mestrado, que sem eles provavelmente eu teria surtado e não teria chegado até aqui;

Jamais poderia deixar de agradecer principalmente à minha irmã de Coração, Eliete Zanelato, pois há mais de 10 anos tem sido meu espelho de sucesso e dedicação, sem ela eu jamais teria chegado até aqui!

A todos os que mencionei, gratidão!!!

*“Palavras são, na minha nada humilde opinião,
nossa inesgotável fonte de magia, capazes de causar
grandes sofrimentos e também de remediá-los.”*

(Alvo Dumbledore)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o financiamento da educação básica pública municipal de Cáceres estado de Mato Grosso, entre os anos de 2017 e 2020, tendo como aspecto principal os gastos dos recursos da educação com o setor privado. De abordagem qualitativa, a pesquisa se pautou em análise documental, relatórios disponíveis em *sites* oficiais, como do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, portal da transparência da prefeitura municipal de Cáceres, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE); dados sobre a gestão governamental, composição da Câmara municipal no período da pesquisa. Estabeleceu-se a série histórica de 2017 até 2020 para ser trabalhado com um mandato completo de gestão municipal. A pesquisa permitiu observar inconsistências existentes nas prestações de contas oficiais: falta transparência nos contratos feitos pela Procuradoria Geral do Município, termos aditivos incompletos, contratos sem valores estabelecidos, e razões sociais diferentes para uma mesma empresa. Evidenciou-se que valores significativos são repassados ao setor privado, dimensões de privatização da gestão, do currículo e a terceirização de serviços estão presentes no município. Constatou-se a transferência de reponsabilidade do Estado para organizações da esfera privada, com o conseqüente enfraquecimento da educação pública que, sob o discurso da ineficácia do Estado para a oferta de serviços sociais, tem transferido suas responsabilidades com a garantia do direito à educação para terceiros, fomentando a geração de lucros para o setor privado, via transferências públicas.

Palavras-chave: Financiamento. Privatização. Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

ABSTRACT

The present work aims to "Analyze the financing of municipal public basic education in Cáceres state of Mato Grosso, between the years 2017 and 2020, having as main aspect the expenditure of education resources with the private sector". From a qualitative-quantitative approach, the research was based on document analysis, reports available on official websites such as the Court of Auditors of the State of Mato Grosso, the transparency portal of the municipal government of Cáceres, the Electronic Official Gazette of the Municipalities of Mato Grosso and the Information System. on Public Budgets in Education (SIOPE); data on government management, composition of the City Council during the research period. The historical series from 2017 to 2020 was established to work with a full municipal management mandate. The research made it possible to observe existing inconsistencies in the rendering of official accounts, in addition to the inconsistencies found, lack of transparency in contracts made by the Municipal Attorney General's Office, incomplete addendum terms, contracts without established values, different corporate reasons for the same company. It was evidenced that significant values are passed on to the private sector, dimensions of privatization of management, of the curriculum are present in the municipality. In addition to the transfer of responsibility from the State to the private sphere, and the weakening of education under the discourse of the State's ineffectiveness in the provision of social services in the name of generating profits for the private sector.

Keywords: Financing. Privatization. Expenses with Maintenance and Development of Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

DRU - Desvinculação das Receitas da União

FINEDUCA - Revista da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação Básica

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IRRF-SPM - Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Municipais

ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC - Ministério da Educação

MT - Mato Grosso

PCCS - Plano de Carreira, Cargos e Salários

PCD - Pessoa com deficiência

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PF - Pessoa Física

PIB - Produto Interno Bruto

PJ - Pessoa Jurídica

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPA - Plano Plurianual

PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PSDB - Partido da Social da Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SciElo - Scientific Electronic Library Online

SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

TCE - Tribunal de Contas do Estado

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Print dos filtros realizados na pesquisa no Catálogo de teses e dissertações da Capes para busca de trabalhos relacionados à pesquisa	27
Imagem 2 - Print de tela dos filtros utilizados para a busca de artigos relacionados à temática da pesquisa.....	29
Imagem 3 - Cálculo do percentual aplicado em MDE	67
Imagem 4 - Cidade de Cáceres, vista aérea	70
Imagem 5 - Radar de Controle Público do Tribunal de Contas de Mato Grosso, exercício: 2017; Município Cáceres; Função: educação; Fonte: outras receitas, receitas de impostos, transferências de recursos do FNDE, transferência de convênio, transferência do Fundeb, demais recursos vinculados, operações de créditos 2017.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instrumentos de Planejamento Governamental	22
Tabela 2 - Evolução do PIB brasileiro 2000-2021 valores corrigidos.....	44
Tabela 3 - Número de escolas no município de Cáceres do ano de 2010 a 2020.....	72
Tabela 4 - Número de docentes do município de Cáceres de acordo com a dependência administrativa, 2010-2020	73
Tabela 5 - Número de matrículas na Educação Infantil em escolas privadas, públicas municipais, 2010-2020	74
Tabela 6 - Número de matrículas no Ensino Fundamental, anos iniciais em escolas privadas, públicas municipais e estaduais.....	75
Tabela 7 - Número de matrículas no Ensino Fundamental, anos finais em escolas privadas, públicas municipais e estaduais, 2010-2020	78
Tabela 8 - Número de matrículas no Ensino Médio em escolas privadas, públicas municipais e estaduais, 2010-2020	78
Tabela 9 - Matrículas totais da educação básica no município de Cáceres, 2017-2020.....	79
Tabela 10 - Valores gastos totais de acordo com cada natureza de despesa valores nominais 2017-2020.....	111
Tabela 11 - Valores gastos totais de acordo com cada natureza de despesa valores corrigidos IPCA 2017-2020.....	112
Tabela 13 - Destinação de recursos à empresa PRINCESA TURISMO EIRELI e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020	112
Tabela 15 - Destinação de recursos à empresa EDITORA APRENDE BRASIL LTDA. e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020.....	113
Tabela 16 - Destinação de recursos à empresa OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020	113
Tabela 17 - Destinação de recursos à FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020	114
Tabela 18 - Natureza jurídica das instituições presentes nos processos de privatização em Cáceres-MT	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre financiamento e privatização da educação relacionados à pesquisa.....	27
Quadro 2 - Artigos sobre financiamento da educação relacionados à temática da pesquisa ..	30
Quadro 3 - Artigos sobre privatização da educação relacionados à temática da pesquisa.....	30
Quadro 4 - Artigos sobre MDE encontrados na Revista Fineduca	31
Quadro 5 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada Unidade da Federação Brasileira em ordem crescente no ano de 2020.....	58
Quadro 6 - Funcionamento municipal no Brasil Pós Constituição de 1988	60
Quadro 7 - Alterações ocorridas no 3º e 5º parágrafos do art. 2012.	64
Quadro 8 - Constituição da destinação das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino segundo a LDB	66
Quadro 9 - Composição do poder legislativo da Câmara Municipal de Cáceres 2017-2020; 2021-2024, vereadores titulares.....	71
Quadro 10 – Subfunções da educação, Manual de Preenchimento do SIOPE	83
Quadro 11 – Naturezas de despesas do SIOPE e suas descrições.....	83
Quadro 12 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações; Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2017 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)	90
Quadro 13 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2018 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)	98
Quadro 14 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2019 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)	104
Quadro 15 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2020 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)	109
Quadro 16 - Impacto em % de gastos com empresas que estiveram em determinado período da pesquisa entre 2017 e 2020.....	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Artigos encontrados na SciElo para os descritores Financiamento e Privatização da educação de acordo com cada filtro aplicado.....	29
Gráfico 2 - Evolução do PIB brasileiro entre 2000 e 2020, valores corrigidos pelo IPCA 07/2021	45
Gráfico 3 - Evolução em % do PIB brasileiro, 2000-2020.....	46
Gráfico 4 - Percentual do Investimento Público Direto na Educação Básica em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB).....	47
Gráfico 5 - Valor da Dívida interna brasileira e sua porcentagem do PIB em milhões de Reais, valores atualizados.....	48
Gráfico 6 - Valor da Dívida externa brasileira e sua porcentagem do PIB em milhões de Reais, valores atualizados.....	50
Gráfico 7 - Valor total da Dívida pública brasileira e sua porcentagem do PIB em milhões de Reais, valores atualizados.....	51
Gráfico 8 - Gasto Público Direto em Educação por Estudante da Educação Básica segundo o INEP, do ano de 2000 a 2017 (valores corrigidos pelo IPCA).....	68
Gráfico 9 - Oscilações do número de matrículas no Ensino Fundamental, anos iniciais, rede pública municipal de Cáceres, 2010-2020.....	76
Gráfico 10 - Evolução do IDEB da esfera municipal de Cáceres.....	81
Gráfico 11 - Representação da Tabela Explicativa - Evolução da Receita municipal de Cáceres, 2013-2017 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2013; 2014; 2015; 2016; 2017/janeiro de 2022).....	82
Gráfico 12 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2017 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022).....	85
Gráfico 13 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2017 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)	86
Gráfico 14 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) 2017 - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)	87

Gráfico 15 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB (Subfunção/Natureza de Despesas) 2017 - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)	88
Gráfico 16 - Representação da Tabela Explicativa - Demonstração da Despesa por Programa no ano de 2017 (Lei: 2555) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022).....	89
Gráfico 17 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2018 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)	93
Gráfico 18 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2018 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)	94
Gráfico 19 - Gastos com educação tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB 2018 (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)	95
Gráfico 20 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB 2018 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)	96
Gráfico 21 - Representação da Tabela Explicativa - Evolução de Receita municipal de Cáceres 2018-2020 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018; 2019; 2020/janeiro de 2022)	97
Gráfico 22 - Demonstrativo Receita e Despesas Cáceres exercício 2018 Lei: 2627, 26/12/2017 valores corrigidos IPCA dezembro 2018/janeiro 2022	98
Gráfico 23 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2019 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)	100
Gráfico 24 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2019 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)	101
Gráfico 25 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB 2019 (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)	102

Gráfico 26 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB 2019 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)	103
Gráfico 27 - Demonstrativo Receita e Despesas Cáceres, exercício 2019, Lei: 2720, 24/12/2018 - valores corrigidos pelo IPCA em dezembro 2019/janeiro 2022	103
Gráfico 28 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2020 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)	106
Gráfico 29 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2020 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)	107
Gráfico 30 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB 2020 (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)	108
Gráfico 31 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB 2020 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.	108
Gráfico 32 - Total de despesas com MDE Cáceres, 2017-2020.....	111

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	17
2 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
2.1- Balanço de Produção.....	26
1- REFORMAS E REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E CORROSÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL.....	32
3.1 - Crises do Capital, Neoliberalismo e Neoconservadorismo	34
3.2 - Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor	39
3.3 - Reorganização do Estado no Brasil do século XXI - duas décadas de reformas e a corrosão da democracia no contexto ascensão do populismo de direita	43
3.4 - As contrarreformas e as diferentes formas de privatização da educação.....	52
4 - ESTRUTURA POLÍTICO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL NO BRASIL	58
4.1 - Financiamento da Educação e Captação de Recursos Públicos.	63
5 - MAPEAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS E A PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS GASTOS COM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES.....	70
5.1 - O impacto orçamentário nos gastos de manutenção e desenvolvimento de ensino com o setor privado	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120

1 - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGEdu/UNEMAT) na linha de pesquisa Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, no campo de pesquisa do financiamento e da privatização dos recursos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Tendo como objetivo central: “Analisar o financiamento da educação básica pública municipal de Cáceres estado de Mato Grosso, entre os anos de 2017 e 2020, tendo como aspecto principal os gastos dos recursos da educação com o setor privado”.

Quando se fala em financiamento e orçamento da educação, a primeira ideia que surge é a do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), porém é preciso salientar que os municípios, por si próprios, devem destinar no mínimo 25% de sua arrecadação para manutenção da Educação Básica. O que leva a pensar sobre como essas receitas estão sendo gastas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Faz-se necessário, desse modo, compreender alguns Instrumentos de Planejamento Governamental, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), e alguns mecanismos de prestação de contas, como o Diário Oficial do município, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), a fim de encontrar as mais variadas despesas com recursos da educação.

Pinto (2018) esclarece que, mesmo com os mecanismos de controle sociais desses gastos, ainda ocorrem desvios, pois os controles atuam quando os gastos já foram realizados. Além dos desvios, pode-se dizer que há uma disputa pela privatização desses recursos através das coalizões (alianças políticas diversificadas) que firmam parcerias com candidatos ainda no período eleitoral, para obter vantagens nesse processo de destinação de verbas da esfera pública (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018), (PINTO, 2018). É importante ressaltar que algumas empresas, associações, fundações e institutos, como Instituto Airton Senna, Positivo, Falconi Sistemas, Instituto Singularidade, Fundação Lemann, Itaú Unibanco, o Sistema S, dentre outras tantas que constituem o braço social das grandes empresas e se tornaram especialistas em captar esses recursos públicos, então se faz necessário entender essa privatização, à luz de um debate sobre as relações de força política e de poder envolvidas no processo.

O contexto da pesquisa leva a refletir sobre os processos de privatização dos recursos públicos da educação municipal, incluindo-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e os recursos

próprios do Município destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Os recursos do MDE são de suma importância, pois, de acordo com o Art. 212 da Constituição Federal (CF), “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988).

Além disso, a pesquisa pode mostrar que existem inconsistências nas contas públicas, pelas prestações de contas que são realizadas pela prefeitura; essas inconsistências de dados dificultam o acesso às informações que são necessárias para a compreensão do funcionamento da máquina pública e dos gastos por ela realizados.

O trabalho apresenta as seguintes seções: sendo a primeira a seção introdutória da pesquisa, mostrando o objetivo, o direcionamento da pesquisa e alguns dos autores de embasamento.

A segunda seção do trabalho mostra os pressupostos metodológicos da pesquisa, o percurso do autor, a relação com o objeto de pesquisa, a utilização do Materialismo Histórico-Dialético como forma de compreender a realidade social mais ampla onde o objeto se situa e se desenvolve. Estendida em uma subseção que traz o balanço de produção em sua versão quantitativa dos trabalhos que foram encontrados, que mostram o avanço da pesquisa e servem para dar sustentação às análises.

A terceira seção dialoga sobre as reformas e redefinições do papel do Estado e da corrosão da democracia liberal; dividida em quatro subseções, esclarece as reformas pelas quais o Estado passou, dentro das perspectivas do Neoliberalismo e Neoconservadorismo; as relações entre o Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor; como o Estado nacional brasileiro tem se organizado nas duas últimas décadas, com influência do populismo e das contrarreformas realizadas no papel do Estado, caminhando para desresponsabilização de políticas sociais, as principais dimensões e formas, e como ocorrem os processos de privatização da educação.

Na quarta seção apresenta-se a organização político administrativa municipal do Brasil, trazendo aspectos sobre as principais leis orçamentárias, o financiamento da educação de acordo com CF/1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, e um esboço sobre a captação de recursos públicos da educação.

A quinta seção faz o mapeamento das receitas e despesas da educação pública municipal, apresentando a caracterização do Sistema Municipal de Educação de Cáceres-MT, apontando receitas, despesas, dados obtidos em diferentes fontes, a destinação dos recursos do

MDE para o setor privado do ano de 2017 até o ano de 2020. Estendida em uma subseção, na qual estão os impactos dos percentuais de gastos com o setor privado de acordo com o total gasto em educação nos anos da pesquisa.

Na última seção, estão as considerações finais do trabalho, retomando o objetivo, o problema da pesquisa e apresentando o que se pode concluir com a pesquisa e possíveis apontamentos para futuras pesquisas.

2 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O contexto da pesquisa leva a refletir sobre o financiamento da educação básica e como ocorrem as destinações de partes desses recursos para a privatização. Admite-se, aqui, que cada vez mais o papel do Estado vem sendo redefinido e destinando suas atribuições ao setor privado. Frente a esse problema, questiona-se: Como são privatizados os recursos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino na rede pública municipal de educação de Cáceres-MT?

Desse modo foi possível definir como o objetivo geral da pesquisa: “Analisar o financiamento da educação básica pública municipal de Cáceres, estado de Mato Grosso, entre os anos de 2017 e 2020, tendo como aspecto principal os gastos dos recursos da educação com o setor privado”. E como desdobramento do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar as receitas e despesas do município de Cáceres, assim como os valores que são gastos com educação;
- Evidenciar os impactos dos percentuais de recursos da educação gastos com o setor privado ao longo da pesquisa;
- Explicitar os valores que são destinados à esfera privada, e quais segmentos que receberam esses valores;
- Categorizar as dimensões e as formas de privatização nas quais os recursos foram gastos.

Através do enunciado exposto a seguir esclarece-se o direcionamento que essa pesquisa irá seguir visando alcançar esses objetivos.

A opção por escolher pesquisar esse tema está diretamente ligada à atuação e vivência profissional, pois, como professor da Educação Básica acaba-se tendo uma relação estreita com o financiamento e orçamento da educação. Para apresentação dessa etapa farei a exposição usando a primeira pessoa do singular por se tratar de um momento reflexivo de experiência própria.

No ano de 2018 me estabeleci na cidade de Cáceres-MT, onde tomei posse como professor da Educação Básica na rede municipal; desde que assumi tal função percebi que a Educação Básica de Cáceres é atingida diretamente por vários processos explícitos de privatização, tais como: compra de material apostilado, compra de consultoria, aluguel de prédios para funcionamento de escolas, entre outros. Após o Golpe político midiático de 2016 que destituiu a Presidente eleita Dilma Roussef (Partido do Trabalhadores - PT), as ações de

privatização aumentaram em todo o país, como afirmam Adrião e Silva (2020, p. 429): “No Brasil, é evidente que as organizações privadas que promovem a privatização da educação estão associadas a grupos financeiros nacionais e transnacionais. Este fenômeno se intensificou desde 2016 com o Governo Michel Temer”.

O que se vê, nesse caso, é que com a ascensão de Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB-MDB¹), que flertava muito mais com as políticas neoliberais da direita e extrema direita², esse implementou diferentes reformas que privilegiam o setor privado, com ou sem fins lucrativos, desmonte das políticas sociais, com especial destaque para as educacionais e culturais, e promovem o sucateamento dos serviços públicos, constituindo-se a educação seu alvo predileto, que, claramente, não escapou disso.

O que exponho aqui é que essas ações de privatização não são recentes, porém a sua acentuação tem se dado a partir de 2016, com o aumento expressivo dos índices em 2017; a exemplo disso, a rede municipal de educação de Cáceres havia feito um contrato para materializar a adoção de material apostilado do Sistema Aprende Brasil da Editora Positivo, que entraria em vigência no ano de 2018. E no ano de 2018 foi fechado um contrato com a empresa Falconi Sistemas para implementação de um projeto de gestão que foi colocado em prática no ano de 2019, com o nome Aviva Escola.

Em 2019 ingressei como aluno especial no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), cursando a disciplina de Políticas Educacionais, Estado e Sociedade, ministrada pela minha orientadora Marilda Costa. Foi a partir dessa disciplina que passei a ter familiaridade com os processos de privatização, e como eles ocorrem de diversas maneiras; no mesmo ano fiz o processo de seleção para aluno regular, no qual fui aprovado para início da turma de 2020.

O projeto inicial era voltado para pesquisar sobre o projeto Aviva Escola, um projeto de gestão que foi implementado no ano de 2019 (somente) na rede municipal de Educação Básica de Cáceres-MT, porém, como algumas pesquisas geram desconforto em alguns gestores e em algumas instituições, acabei encontrando impedimento da Secretaria Municipal de Educação, sob alegações de não ver importância na pesquisa para a educação municipal. Dessa

¹ Em 2017, o PMDB voltou a ser MDB e foi buscar inspiração em suas vitórias do passado para orientar os próximos passos. Tirou o último resquício da ditadura – obrigatoriedade de uso do P – e se colocou novamente, sem vacilar, à frente das dificuldades para pavimentar um futuro melhor. Disponível em: <<https://www.mdb.org.br/conheca/historia/>>.

² do ponto de vista econômico, ambas são adeptas de um neoliberalismo selvagem/bárbaro, parece que a diferença básica está no campo dos costumes, com os desdobramentos do neoliberalismo em um conservadorismo descolado dos costumes tradicionais, conforme aponta Brown (2019).

forma, sem a assinatura da Secretária de Educação no termo de compromisso das instituições não foi possível passar o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), para que eu pudesse realizar entrevistas com os profissionais da rede pública municipal de educação de Cáceres. Com a negativa da Secretária, minha orientadora sugeriu pesquisar sobre o financiamento da educação e suas destinações para o setor privado, [cujo projeto se vincula ao projeto de pesquisa](#) “Privatização e mercantilização da educação básica em municípios mato-grossenses na pandemia, entre 2020 e 2021”. Para auxiliar na questão do financiamento fizemos o convite ao professor Bartolomeu José Ribeiro de Sousa (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT) para ser meu coorientador e, com o aceite do professor, iniciei a escrita do novo projeto para dar andamento à nova pesquisa.

Esses recursos, que deveriam ser investidos em políticas sociais, são gastos com o setor privado, pois se trata do problema da acumulação desenfreada do capital. “O sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). O autor estabelece aqui que a lógica do Capital é a acumulação, e que o capital visa o lucro; mesmo quando faz pequenas concessões, de alguma forma acaba achando um jeito de contornar essas concessões e estabelecer sobre elas um jeito de obter ganhos com isso. Não apenas envolvendo a questão financeira, mas com a inserção do setor privado dentro do setor público.

Para a realização da pesquisa foi escolhido um município do estado de Mato Grosso, sendo ele já mencionado, Cáceres, que apesar de estar entre 6 maiores municípios do estado, ocupa a 15ª posição no Produto Interno Bruto (PIB).

Para entender os processos foi realizada uma análise das receitas e despesas dos municípios, para saber exatamente quanto o município arrecada e o quanto e como são feitos os gastos dos recursos que são destinados à educação. A escolha dos materiais que foram analisados ficou disposta como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1- Instrumentos de Planejamento Governamental

Município	Materiais de suporte
CÁCERES	Lei de Diretrizes Orçamentárias / LDO
	Plano Plurianual / PPA
	Lei Orçamentária anual / LOA

Fonte: Elaboração própria.

Ademais foram realizadas pesquisas nos diários oficiais dos municípios, e Tribunal de Contas do Estado (TCE), Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), a fim de encontrar as mais variadas despesas dos recursos da educação. Um dos mecanismos que auxiliou nessa pesquisa foi o Radar de Controle Público³ do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE), no qual foi possível filtrar os gastos dos municípios pesquisados de acordo com a fonte de recursos e a natureza das despesas.

Para se fazer pesquisa em ciências humanas e sociais é necessário ter uma compreensão de teorias que facilitem a compreensão de uma dada realidade na qual se situa o objeto de investigação; a abordagem escolhida aqui foi análise documental de cunho quali-quantitativo, à luz dos referenciais que dão suporte à análise.

É importante ressaltar aqui que um

equivoco a ser evitado é tratar método quantitativo e método qualitativo como estratégias opostas (ou quase rivais) de abordagem. A definição de uma pesquisa com abordagem quantitativa ou qualitativa não é uma escolha pessoal e de empatia do pesquisador, e sim uma decisão tomada a partir das perguntas colocadas na pesquisa. (LIMA, 2016, p. 12).

O contexto da pesquisa leva a refletir sobre o financiamento da educação básica e como ocorrem as destinações de partes desses recursos para a privatização. Admite-se, aqui, que cada vez mais o papel do Estado vem sendo redefinido e destinando suas atribuições ao setor privado. Frente a esse problema, questiona-se: Como são gastos os recursos do financiamento da educação pública municipal categorizados como Manutenção e desenvolvimento do Ensino com o setor privado?

Para se fazer pesquisa em ciências humanas e sociais é necessário ter uma compreensão de teorias que facilitem a compreensão de uma dada realidade na qual se situa o objeto de investigação; a abordagem escolhida aqui foi análise documental de cunho quali-quantitativo, à luz dos referenciais que dão suporte à análise.

É importante ressaltar aqui que um

equivoco a ser evitado é tratar método quantitativo e método qualitativo como estratégias opostas (ou quase rivais) de abordagem. A definição de uma pesquisa com abordagem quantitativa ou qualitativa não é uma escolha pessoal e de empatia do pesquisador, e sim uma decisão tomada a partir das perguntas colocadas na pesquisa. (LIMA, 2016, p. 12).

³ Disponível para acesso em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Trazer essa concepção da junção quali e quanti se faz necessário, pois, ao se fazer esse tipo de investigação, que busca apontar não apenas valores, mas possíveis coalizões, não pode ser definida por um caráter apenas quantitativo. É necessário ter a compreensão dessa dimensão para análises mais aprofundadas de materiais coletados. SANDÍN ESTEBAN (2010, p. 40) propõe que “existem diversos paradigmas, mas que longe de ser incomensuráveis, são complementares, não competitivos, formas igualmente apropriadas de abordar os problemas de pesquisa”.

É preciso deixar claro aqui que qualitativo e quantitativo são abordagens de pesquisa e não uma metodologia propriamente dita, como explica Severino

Daí ser preferível falar-se de abordagem qualitativa e abordagem quantitativa, pois com essas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidade metodológica. (SEVERINO, 2007, p. 119).

É necessário, porém, vincular essas abordagens a uma concepção, e que essa precisa de uma relação estreita com o rigor, “a busca do rigor significa a busca da *qualidade* epistemológica, metodológica, ética e política, socialmente referenciadas, da pesquisa dita qualitativa” (MACEDO; GALEF; PIMENTEL, 2009, p. 75).

A perspectiva teórica adotada pautou-se no materialismo histórico-dialético. A “Dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão” (KONDER, 2008, p. 07).

Trabalhar e compreender métodos não é uma tarefa fácil, ainda mais no que concerne à teoria social marxiana; as questões metodológicas apresentam várias interpretações ao longo dos anos e dos autores que a utilizaram como base, tanto para criticá-la quanto para aperfeiçoá-la. Essas concepções, porém, acabaram resultando em “uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (*o materialismo dialético*) e sua especificação em face da sociedade (*o materialismo histórico*)” (NETO, 2011, p. 12, grifos do autor).

É importante ressaltar que Marx não deixou um manual sobre seu método, mas o aplicou em seus trabalhos. Em suas diversas obras são encontrados os direcionamentos para a

implementação de uma concepção crítico-dialética. Assim como ele deixa claro em sua obra *O Capital*:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2013, p. 129).

Marx ainda critica a mistificação da dialética de Hegel, porém admite que, mesmo assim ele tenha conseguido expor o movimento da dialética, ele apenas “se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2013, p. 129).

O autor ainda propõe, em seu texto, “Método da economia política”, que está no livro *Contribuição à crítica da economia política* (MARX, 2008), que “O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo”. Saviani explica então que “se passa da síncrese à síntese pela mediação da análise, ou, dizendo de outro modo, passa-se do empírico ao concreto pela mediação do abstrato” (SAVIANI, 2011, p. 121). Aí se estabelece a relação com o objeto investigado, pois o mesmo se encontra na realidade material concreta, com seus impactos diretos na sociedade em que ocorrem, determinado por seu momento histórico e social.

As perspectivas críticas que são baseadas em Marx, ou seja, as abordagens crítico-dialéticas, “utilizam técnicas bibliográficas e históricas com estudos de textos, documentos, registros etc.” (GAMBOA, 1998, p. 108). E buscam sua validação em movimentos que “se fundamenta na lógica interna do processo de análise e síntese, no referencial teórico que permite explicar a relação do todo com as partes e a recuperação da totalidade no processo da pesquisa, e no método dialético que aborda o fenômeno em suas contradições numa perspectiva histórica e dinâmica” (GAMBOA, 1998, p.109).

É um processo em que a construção é feita do real concreto, passa pela abstração para chegar ao real (concreto) pensado. E coloca as relações entre o sujeito e o objeto como sendo as mais importantes.

As abordagens acima citadas estão em ligação direta com o tema da pesquisa e permitiram uma análise e direcionamento adequados para o caminho a ser seguido, a fim de

estabelecer relações e mediações entre o objeto investigado e o contexto social mais amplo no qual ele emerge e se desenvolve.

A partir disso é indispensável conhecer o que já foi produzido com temáticas e abordagens próximas do trabalho proposto, sendo assim, a subseção a seguir traz o balanço de produção realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Scientific Electronic Library Online (SciElo) e na Revista da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação Básica (FINEDUCA).

2.1- Balanço de Produção

Para produzir as suas condições de sobrevivência o ser humano atua em seu redor transformando-o de acordo com suas necessidades e especificidades. Nesse processo ele acaba produzindo história, “[...] é necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais [...]” (MARX-ENGELS, 2010, p. 107) para que seja compreendido o que foi elaborado e através disso entender como funciona a sociedade e suas relações sociais.

Sabe-se que a educação em si como processo é unicamente dos seres humanos. “Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (SAVIANI, 2011). Por meio disso é possível entender que o que diferencia o homem dos demais seres é o trabalho, mas não qualquer trabalho. É um trabalho elaborado que tem uma finalidade que já fora antecipada. Pois é através do trabalho que o ser humano extrai seus meios de sobrevivência. A educação fica compreendida então por um processo exigido para o trabalho e não só isso, pois ela é também um processo de trabalho.

Quando falamos em produção do conhecimento, muitas vezes esse se dá de forma fragmentada e mal elaborada, deixando de levar em consideração que é uma produção histórica e social. A produção do conhecimento divulgada através de artigos publicados em revistas e periódicos ajuda a direcionar, contribuir com novas pesquisas devido ao fato das pesquisas considerarem o que já foi produzido anteriormente.

O balanço de produção ajudou a identificar os trabalhos elaborados já publicados que abordam as temáticas da privatização e do financiamento da educação pública municipal, permitindo compreender os avanços realizados na área de políticas públicas educacionais.

Desse modo, foi realizada uma busca no catálogo⁴ de teses e dissertações do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os filtros para pesquisa foram colocados da seguinte maneira: Grande área: ciências humanas = 18; Área de concentração: educação = 18; Mestrado 12; Teses 06. O print de tela abaixo demonstra a forma como os filtros foram aplicados, para leitura dos resumos dos trabalhos buscando aproximação com a presente pesquisa

Imagem 1 - Print dos filtros realizados na pesquisa no Catálogo de teses e dissertações da Capes para busca de trabalhos relacionados à pesquisa

18 resultados para MDE
Exibindo 1-20 de 18

Refinar meus resultados

Tipo: 2 opções

Mestrado (Dissertação) 12

Doutorado (Tese) 6

Ano: 8 opções

2019 6

2016 3

2018 3

2021 2

2013 1

Autor: 18 opções

1. CECCON, ELLEN CRISTINA. **DESTINO DOS RECURSOS PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO: MAPEAMENTO DOS REPASSES PARA O SETOR PRIVADO EM MINAS GERAIS E PARÁ** 27/03/2018 201 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Unicamp
Detalhes
2. SENNA, RICARDO JOSE. **A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE (MS): IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO FUNDEB (2007-2012)** 03/10/2014 147 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande Biblioteca Depositária: ufms
Detalhes
3. PAVAN, RAFAEL. **ASPECTOS LEGAIS QUE COMPÕEM OS REPASSES PARA FINANCIAR O ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO/RS PARA O EXERCÍCIO DE 2011** 29/05/2013 143 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, Passo Fundo Biblioteca Depositária: UPF
Detalhes
4. SCHREINER, HARTI NADIR. **A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL: PERSPECTIVA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DA EC 95/2016 (NOVO REGIME FISCAL)** 08/11/2021 83 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, Passo Fundo Biblioteca Depositária: UPF
Detalhes
5. MORAES, CLAUDIA DINIZ DE. **A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL** 28/02/2018 129 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, Campo Grande Biblioteca Depositária: Pe Felix Zavataro
Detalhes

Fonte: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>.

Com os filtros aplicados, após a leitura dos resumos foi possível destacar os trabalhos que possam contribuir com a pesquisa, assim como mostrar seus avanços.

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre financiamento e privatização da educação relacionados à pesquisa

Ano	Título	Autor
2019	Relações federativas e o regime de colaboração: desafios no financiamento da educação pública municipal de Parnamirim-RN (2009-2016) * ⁵	Amilka Dayane Dias Melo Lima

⁴ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>.

⁵ Autorização de divulgação: O trabalho não possui divulgação autorizada.

2019	O financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino após a Emenda Constitucional nº 95/2016	Darlyng Maria Gomes Tavares
2021	Análise da potencialidade do IPTU para o financiamento da educação municipal: o caso de Mariana	Wellington Thiago Pinto Oliveira
2013	Aspectos legais que compõem os repasses para financiar o orçamento da educação básica: um estudo de caso do município de Passo Fundo/RS para o exercício de 2011*	Rafael Pavan
2018	Destino dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino: mapeamento dos repasses para o setor privado em Minas Gerais e Pará	Ellen Cristina Ceccon

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

Não foi considerada uma série histórica para os trabalhos, sendo assim, foram encontrados trabalhos a partir do ano de 2013 que se assemelham à temática pesquisada.

Após o levantamento de teses e dissertações fez-se necessário fazer uma pesquisa sobre os artigos que contribuem com a temática, para isso foram feitos levantamentos na Scientific Electronic Library Online (SciElo⁶) e na Revista de Financiamento da Educação Básica (FINEDUCA⁷).

A primeira plataforma escolhida foi a SciElo, na qual as filtrações ocorreram da seguinte maneira: Pesquisa geral; **primeira filtração**, coleções, Brasil; **segunda filtração**, Áreas temáticas ciências humanas; **terceira filtração**, educational, education; **quarta filtração**, leitura dos resumos e aproximação temática. Os descritores utilizados foram ‘privatização’ e ‘financiamento’ da educação.

⁶ Disponível em: <<https://www.scielo.br/>>

⁷ Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/fineduca>>

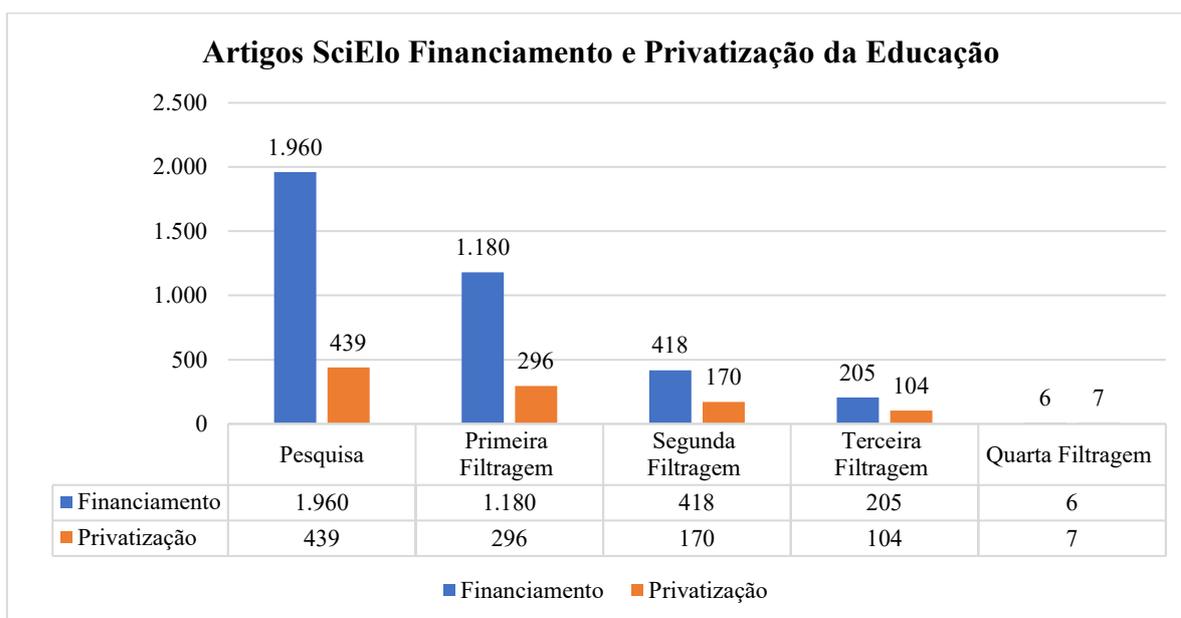
Imagem 2 - Print de tela dos filtros utilizados para a busca de artigos relacionados à temática da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://www.scielo.br/>>.

O print acima mostra a forma como os filtros foram colocados na plataforma para encontrar os trabalhos publicados, já o gráfico abaixo traz os dados quantitativos desses filtros.

Gráfico 1 - Artigos encontrados na SciElo para os descritores Financiamento e Privatização da educação de acordo com cada filtro aplicado



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://www.scielo.br/>>.

Os próximos quadros mostram os artigos encontrados que foram selecionados para dar suporte e auxiliar nos apontamentos do avanço da presente pesquisa; após a leitura dos resumos dos trabalhos, foi possível definir o Quadro 2 com os artigos que tratam do financiamento da educação, seu ano de publicação o título e os autores

Quadro 2 - Artigos sobre financiamento da educação relacionados à temática da pesquisa

Ano	Título	Autor
2007	Política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo	José Marcelino de Rezende Pinto
2007	Estado e políticas de financiamento em educação	Carlos Roberto Jamil Cury
2013	A fiscalização das receitas e despesas do ensino em Minas Gerais	Nicholas Davies
2018	Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB	Carlos Roberto Jamil Cury
2018	O financiamento da educação na constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social	José Marcelino de Rezende Pinto
2020	Atuação dos governos dos estados de Alagoas e Maranhão no financiamento da educação infantil	Nicanor M. Lopes; Theresa Adrião; Gabriela Cristina Ramos

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://www.scielo.br/>>.

Na sequência, o Quadro 3 traz os artigos sobre privatização da educação, ano, título e autores.

Quadro 3 - Artigos sobre privatização da educação relacionados à temática da pesquisa

Ano	Título	Autor
2016	Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação	Theresa Adrião; Teise Garci;a Raquel Borghi; Regiane Bertagna; Gustavo Paiva; Salomão Ximenes
2016	Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino	Camilla Croso; Giovanna Modé Magalhães
2016	Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque	Theresa Adrião; José Marcelino de Rezende Pinto
2016	Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente,	José Marcelino de Rezende Pinto

	Ao setor privado de ensino no Brasil	
2019	Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo Ensino médio sob a ótica de entidades Acadêmicas da área educacional	Marilda de Oliveira Costa; Leonardo Almeida da Silva
2020	Privatização da e na educação infantil: perspectivas em diálogo	Cassia Domiciano; Theresa Adrião
2020	Relação público-privado no contexto do neoconservadorismo no Brasil	Vera Maria Vidal Peroni

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://www.scielo.br/>>.

Na Revista FINEDUCA, foi utilizado o descritor MDE, do qual apareceram dois artigos:

Quadro 4 - Artigos sobre MDE encontrados na Revista Fineduca

Ano	Título	Autor
2019	Repercussões do FUNDEB em Municípios Mineiros: aportes para a discussão sobre um FUNDEB permanente	Daniel Santos Braga; Débora Cristina Alves da Silva
2020	Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil	Samara Silva; Theresa Adrião; Lucine Almeida

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/index>>.

Destaca-se aqui que, no balanço de produção apresentado, os trabalhos estão apenas em caráter quantitativo, a parte qualitativa dos trabalhos será feita nas seções seguintes, dando suporte e embasamento teórico para o diálogo com as teorias, assim como, a análise dos dados da pesquisa.

A próxima seção traz o embasamento teórico da pesquisa realizada, referencial esse, que auxilia a análise dos dados encontrados, desse modo a seção trata dos aspectos principais das reformas e do papel do Estado, as crises do Capital, neoliberalismo e neoconservadorismo.

1- REFORMAS E REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO E CORROSÃO DA DEMOCRACIA LIBERAL

Nesta seção serão trabalhados os conceitos de Estado, seu papel e suas redefinições; ela foi dividida em quatro subseções, nas quais serão abordados aspectos da Sociedade Civil, Neoliberalismo, Crises do Capital, Neoconservadorismo, Contrarreformas, Terceiro Setor e dimensões da privatização da educação.

Para se entender o Estado é necessário compreender as dimensões em que esse Estado está inserido. Assim como as relações de poder e o regime político, que são exercidas por essa instituição, como propõe a Constituição Federal, em seu artigo 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 1988, p. 01).

Entende-se aqui um Estado desenvolvido numa perspectiva democrática, porém é indispensável conceber como se dá esse processo democrático, como ele se mantém e como ele pode ser corrompido.

Após a Segunda Guerra mundial, o Estado capitalista passou a ter diferentes obrigações, “pois a produção em massa requeria investimentos em capital fixo e condições de demanda relativamente estáveis para que fosse lucrativa” (PERONI, 2003, p. 22). Desse modo, o Estado controlaria a economia direcionando o investimento público. Sendo assim, o papel do Estado seria de regulador, inclusive de direitos sociais básicos. “Por todo o mundo capitalista houve um forte crescimento. A acumulação do capital seguiu o mesmo ritmo por meio da ‘reprodução expandida’⁸. Os lucros eram reinvestidos tanto no crescimento como em novas tecnologias, capital fixo e amplas melhorias em infraestruturas” (HARVEY, 2005, p. 54). Tendo como base o pensamento de Luxemburgo (1970), que nos aponta o quanto são necessários para a sua expansão

o capitalismo considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais [...] o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas não-capitalistas, com que tropeça sua expansão Isso não significa já a acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje [...] O capital só conhece, como solução para esse problema [sua expansão], o uso da violência, que constitui

⁸ Os modelos da “reprodução expandida” exploram as condições que permitiriam que a acumulação prosseguisse de maneira equilibrada mediante as trocas de mercadorias entre diferentes seções ou “setores” de uma economia. Os “esquemas de reprodução” que Marx constrói continuaram a fascinar desde então tanto escritores marxistas quanto não marxistas, e exerceram uma influência profunda, embora com frequência subterrânea, sobre todos os aspectos do pensamento econômico (HARVEY, 2013, p. 269).

um método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias. (LUXEMBURGO, 1970, p. 319).

Entende-se, então, que a expansão do Capital se dá pela violência, dominação e absorção de acordo com as suas necessidades, para manter sua estrutura em constante crise.

Entrando em choque com o Capital, o Estado de bem-estar social apresentou formas diferentes de consolidação em cada país; em alguns países, principalmente os de periferia capitalista, que, seguindo o modelo fordista de produção gerava uma acumulação de capital na mão de poucos e poucos ganhos para a maioria da população,

o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela situação das relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. (HARVEY, 2008, p. 132).

Através da expansão do fordismo, e da regulamentação mundial com base no dólar, os EUA passaram a ocupar um domínio por meio de coalizões mundiais. As desigualdades sociais geradas acabaram por levar a um descontentamento das classes sociais mais excluídas, gerando fortes tensões sociais. Cabia ao Estado lidar com a resolução dessas desigualdades, “no mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos (HARVEY, 2008, p. 133). Através dessas ações o Estado buscava sua legitimação numa tentativa de distribuir os benefícios que o fordismo proporcionava.

Já na década de 60, o fordismo apresentava sérios problemas; no período pós-guerra, em que os países da Europa e da Ásia já estavam recuperados, a hegemonia dos EUA passou a ser então desafiada pelos países da Europa e Japão.

No caso brasileiro há uma peculiaridade, por se tratar de um país de periferia capitalista de emancipação e fim da escravidão tardios; conforme Peroni (2003, p. 36), “o Brasil, portanto, é caracterizado com uma particularidade capitalista [...]. A burguesia agrário-mercantil brasileira, historicamente fez acordo com os burgueses de Portugal estabelecendo uma convivência pacífica”. Dessa forma garantindo seus privilégios. Com as crises dos sistemas coloniais é que aconteceu de fato a emancipação da política brasileira.

Conforme Costa, “o contexto no qual se insere a redefinição do papel do Estado é marcado pela crise estrutural do capital e pelas medidas de que o capital lançou mão para sair dela”, compreendendo o Estado “como histórico, concreto, de classe, portanto, máximo para o

capital e mínimo para o trabalho, sujeito às alterações inerentes ao processo de reorganização do capital” (COSTA, 2011, p. 45). Pochmann (2017, p. 310) esclarece que “o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro constituiu-se assentado direta e indiretamente na atuação do Estado, sobretudo pela natureza das formações sociais ambientadas na tradição autoritária e de transição tardia”. Corroborando com a fala de Peroni (2003) sobre os processos tardios que a sociedade brasileira apresentou em relação aos outros países em desenvolvimento. A transição que foi feita no Brasil ao final do século XIX introduziu o Estado capitalista e suas bases materiais no país.

A subseção a seguir trata das crises do Capital e das reformas (contrarreformas) do Estado, complementando sobre a redefinição do papel do Estado

3.1 - Crises do Capital, Neoliberalismo e Neoconservadorismo

Pode-se dizer que o capital possui uma crise estrutural considerada permanente, que faz parte da sua própria natureza, diferentemente das crises cíclicas, que são “passageiras”, por assim dizer. Esses defeitos de estrutura que o Capital carrega apontam que ele

se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo. [...] A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

O avanço mundial do Capital também carregou junto sua crise estrutural e os perigos disso se espalharam por todo o planeta. O que agrava ainda mais o problema é a ausência de soluções viáveis para o problema desse defeito estrutural. “Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95). Mesmo que por algum determinado momento histórico o Capital possibilitou algumas concessões que podem ser consideradas significativas para uma melhoria no padrão da classe operária, “o Capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto expansão” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95).

Com as transformações sofridas na economia capitalista no século XX Harvey esclarece que

são abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc. No Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica. (HARVEY, 2008a, p. 117).

O autor destaca ainda que é importante conhecer as grandes recessões que aconteceram no mundo pós-guerra, ressaltando que o modelo fordista-keynesiano predominou de 1945 até 1973 com formas de trabalho, avanço tecnológico, e inclusive, as principais configurações econômicas.

O fordismo teve sua origem com Henry Ford no ano de 1914, avançando significativamente nos ganhos de produtividade, pois para Ford a “produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2008a, p. 121). Para que esses processos de produção avançassem foi necessário romper mais uma barreira, a da intervenção estatal, “foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase colapso do capitalismo na década de 1930 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado” (HARVEY, 2008a, p. 121). Os problemas de redefinições do papel do Estado foram estabelecidos após 1945, fazendo com que o fordismo se unisse ao keynesianismo e se mantivesse firme até o ano de 1973, e desse modo “o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas” (HARVEY, 2008a, p. 125).

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da "estagflação" (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (figura 2.8). No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (HARVEY, 2008a, p. 140).

Surge através disso o que o autor chama de “acumulação flexível”, pautada na flexibilização dos processos de trabalho, no mercado de trabalho e nas mudanças de padrão de

produção e consumo. Essas mudanças geraram a expansão do setor de serviços, e essa expansão permitiu que os “empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida” (HARVEY, 2008a, p. 140), enfraquecida pelos surtos de desemprego que assolaram os países de capitalismo avançado de uma maneira nunca vista no período pós-guerra.

A partir da década de 1980 os economistas e ideólogos do capital encontraram nele uma fórmula mágica de gerar riquezas sem a necessidade da produção realizada pelo trabalho humano, “e, de fato, o capital ‘financeiro’, de certa maneira, foi capaz dessa proeza. Do final da década de 1970 para cá, não só dominou o cenário capitalista, como superou os investimentos produtivos no que se refere à capacidade de apropriação de lucros” (CARCANHOLO, 2009, p. 49). Vale ainda ressaltar que essa fórmula mágica de fato funcionou durante determinado tempo.

No século XXI “o colapso do sistema financeiro norte-americano que ocorreu em 2008 converteu-se em uma crise econômica e política de dimensões globais” (SETREECK; MORALES, 2012, p. 35).

Em síntese, enquanto a crise dos 30 foi uma crise keynesiana, definida por uma crônica insuficiência de demanda, a minha hipótese é que a crise dos anos 80 e 90 é uma crise do Estado, é uma crise fiscal do Estado, é uma crise do modo de intervenção do Estado Social, é uma crise da forma burocrática e ineficiente de administrar um Estado que se tornou grande demais para poder ser gerido nos termos da “dominação racional-legal” analisada por Weber. (PEREIRA, 1996, p. 15).

Para o autor, admitindo que a crise se encontra no Estado, justificar-se-iam então as reformas, porém, guiando-se pela base material de Mészáros (2011), segue-se a linha de que a crise de fato se encontra no Capital e que essa crise é necessária para a manutenção do Capital.

Para melhor compreender as crises permanentes no capitalismo se faz necessário conhecer as teorias político-econômicas que o embasam e, para isso, entender sobre o liberalismo e neoliberalismo econômico é essencial. De acordo com Bianchetti (1997) o liberalismo pode ser visto de três formas, a primeira como teoria centrada no indivíduo, a segunda como teoria política e a terceira como teoria econômica. Ainda segundo o autor, o liberalismo apresentava tendências conservadoras, segundo essa tendência, com o avanço das instituições econômicas se desenvolveria o equilíbrio da sociedade. Reforçando a concepção de centralidade no indivíduo, Adam Smith apontou que

[...] cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 2009, p. 438).

Na concepção do autor a mão invisível tende a guiar a sociedade, e que qualquer interferência vai contra a própria natureza da estrutura social.

Sendo apontado como um fenômeno distinto do liberalismo, o que se define como neoliberalismo é uma teoria política que nasceu após a Segunda Guerra Mundial em países onde o capitalismo era mais forte (Europa e América do Norte), que era fortemente contra o Estado benfeitor e suas políticas sociais (ANDERSON, 1995), tendo, entre muitos, alguns de seus principais teóricos: Friedrich Hayek e Milton Friedman. Escrita em 1944 a obra “caminhos da servidão” de Hayek, fazia ataques a qualquer tipo de interferência do Estado nas ações do Mercado. O neoliberalismo começou a se expandir quando

na Inglaterra foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado, publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão de direita, o governo de Schluter. Em seguida quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. (ANDERSON 1995, p. 11).

A partir de então o ideário neoliberal caminhou para sua consolidação, tendo como emblema central a bandeira anticomunismo. O autor considera que o modelo inglês foi o mais puro, por meio de contração monetária, elevação de juros e aumento exacerbado do nível de desemprego, desmantelando as manifestações com políticas que desestabilizavam os sindicatos.

No caso da América Latina, o modelo mais conhecido de neoliberalismo foi o do regime de Pinochet, no Chile, que começou de maneira mais dura, com “desregulação,

desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda e dos ricos, privatização⁹ de bens públicos” (ANDERSON, 1995, p. 19).

O caso brasileiro traz em si uma peculiaridade; conforme Oliveira (1995, p. 24), o neoliberalismo brasileiro é “avacalhado, tratado ironicamente, com o que diminuimos sua dose de letalidade”. O autor aponta que o processo de dilapidação do Estado brasileiro pelo neoliberalismo começou pelos militares e prosseguiu com o governo de José Sarney¹⁰.

Netto (1995) explica que, diferentemente do que aconteceu na Europa, que apresentou aos seus eleitores exatamente o que pretendia fazer durante o governo, no Brasil há um acobertamento das pautas neoliberais, pois se “prega e anuncia mudanças Político-constitucionais (incidindo na tributação, no sistema previdenciário, etc.), mas não esclarece minimamente o efetivo conteúdo dessas mudanças” (NETTO, 1995, p. 34).

Não se pode falar sobre neoliberalismo sem destacar o Consenso de Washington, que

Diz respeito à organização da economia global, incluindo a produção, os mercados de produtos e serviços, os mercados financeiros, e assenta na liberalização dos mercados, desregulamentação, privatização, minimalismo estatal, controle da inflação, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, redução do déficit público, concentração do poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e do poder financeiro nos grandes bancos transnacionais. (SANTOS, 2002, p. 26).

Williamson (2009) destaca os 10 pontos principais sobre sua análise do consenso

1. Disciplina Fiscal. 2. **Reordenação das prioridades da despesa pública.** 3. **Reforma tributária.** 4. **Liberalização das taxas de juros.** 5. Uma taxa de câmbio competitiva. 6. **Liberalização do comércio.** 7. **Liberalização do Investimento Estrangeiro Direto Interno.** 8. **Privatização.** 9. **Desregulamentação.** 10. **Direitos de propriedade.** (WILLIAMSON, 2009, p. 09-10, grifos do autor; tradução nossa).

O autor aponta que essas eram as principais pautas colocadas no Consenso de Washington e que deveriam ser colocadas em prática.

Peroni (2020) aponta que “o neoconservadorismo tem sido outro elemento importante para entendermos esse período particular do capitalismo” e que “o novo neoliberalismo se

⁹ Santos (2002) descreve como sendo o que ele chama de *Fascismo contratual*, ao qual se caracteriza nas situações de privatização dos serviços públicos da saúde, da segurança social, da eletricidade etc. Reduz-se o contrato social no Estado-providência e no desenvolvimentista ao contrato individual dos serviços privatizados (SANTOS, 2002, p. 34-35).

¹⁰ PSD (1954-1958); UDN (1958-1965); ARENA (1965-1979); PDS (1980-1984); MDB (1984).

alimenta da crise. É assim que ele fomenta o neoconservadorismo e diminui a democracia” (PERONI, 2020, p. 06). Para Harvey (2008b),

o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre. Mas também propõe respostas singulares a uma das contradições centrais deste último. Se "a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais". Como disse de início Thatcher, o caos dos interesses individuais pode facilmente vir a se sobrepor à ordem. (HARVEY, 2008b, p. 88).

Para o autor, o neoconservadorismo se assemelha ao neoliberalismo, pois estabelece uma governança voltada para a Elite, apontando uma desconfiança da democracia e manutenção do livre mercado. Trazendo para o cenário brasileiro, Oliveira (1995, p. 24) esclarece que “o liberal brasileiro tem sempre por trás de si um rancoroso autoritário”.

Lacerda (2019) faz sua compreensão sobre o neoconservadorismo quando o descreve como sendo

Um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). (LACERDA, 2019, p. 58).

Por meio desse ideário neoconservador é que ocorrem as perdas de direitos adquiridos, mesmo que sejam direitos garantidos na constituição, ataques às minorias e contrarreformas. Peroni (2020) complementa que a “retirada de direitos sociais e trabalhistas e a lógica de mercado e neoliberal na esfera pública não foram simplesmente aceitas pela população. Tratou-se de um longo trabalho de sujeitos individuais e coletivos, organizados ou não em redes nacionais e internacionais” (PERONI, 2020, p. 07).

No contexto atual, abordar aspectos do neoconservadorismo e neoliberalismo torna-se essencial para que se possa compreender as contrarreformas que levam às privatizações, ademais, a próxima subseção aponta os principais aspectos sobre Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor, aspectos esses que são fundamentais na discussão que o trabalho se propôs a fazer.

3.2 - Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor

As concepções de Estado grafado com inicial maiúscula nos guiam para essa instituição que exerce as formas de poder e de regulação; essas formas de poder estão ligadas diretamente à capacidade de influência que o Estado tem, ou que deveria ter.

Para Marx,

O Estado, como formação política separada da totalidade da pólis, somente se configura de modo pleno no Ocidente a partir do Renascimento [...] O Estado sempre esteve presente no desenvolvimento capitalista, mas o mercado, principalmente na sua fase adulta, recusa essa interferência acreditando ser mais eficaz do que qualquer intervenção pública. (MARX, 2013, p. 87).

Para Weber (1982, p. 98), “O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima”.

Nas questões da relação entre Estado e Sociedade Civil, “não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado” (MARX, 2013, p. 32). Marx deixou claro que, na verdade, o Estado expressava as vontades da sociedade civil.

Wood (2011, p. 205) nos alerta para o risco de a sociedade civil se tornar hoje em dia um alibi para o Capitalismo, por ter sido um termo bastante versátil que teve diversas interpretações de acordo com Marx, Engels e Gramsci.

Embora os romanos antigos tal como os gregos, ainda tendessem a identificar o Estado com a comunidade de cidadãos, o “povo romano”, eles produziram alguns dos principais avanços na separação conceitual de Estado e “sociedade” [...] que distinguia a esfera pública da privada e dava a privada um *status* e uma clareza legais de quais ela nunca gozou antes. (WOOD, 2011, p. 206, grifos do autor).

Na modernidade, as concepções de sociedade civil acabaram assumindo várias definições; uma delas é colocada pela primeira vez no século XVIII: a “sociedade civil representa uma esfera diferenciada do Estado, separada das relações e da atividade humanas, mas nem pública nem privada, ou talvez as duas coisas ao mesmo tempo” (WOOD, 2011, p. 206); como condicionante para essa concepção foi necessário “a ideia moderna do Estado como uma entidade abstrata com sua própria identidade corporativa, que evoluiu com a ascensão do absolutismo europeu” (WOOD, 2011, p. 206); porém para que isso fosse possível fez-se necessário o “surgimento de uma economia autônoma, separada da unidade do político e do econômico que ainda caracterizava o Estado absolutista” (WOOD, 2011, p. 206). Essa relação

entre o Estado e a sociedade “representou a subordinação do Estado à comunidade de proprietários [...] que constituía a nação política” (WOOD, 2011, p. 206) e dessa forma criava preâmbulo para que a sociedade civil fosse vista como sociedade política.

Wood reforça que

O novo conceito de sociedade civil indica que a esquerda aprendeu as lições do liberalismo relativas à opressão do Estado, mas, ao que parece, estamos esquecendo as lições que aprendemos da tradição socialista acerca das opressões da sociedade civil. De um lado, os defensores da sociedade civil fortalecem nossa defesa de instituições e relações não estatais para enfrentar o poder do Estado; de outro tendem a enfraquecer nossa resistência às coerções do capitalismo. (WOOD, 2011, p. 208).

A amplitude que o termo adquire nos mostra que ele está servindo aos mais variados interesses, e que é impossível agrupar um único modo de pensar sobre a sociedade civil e sua real função. De acordo com Costa (2011, p. 54), “a legitimidade das ações do Estado pauta-se na busca do consenso junto à sociedade civil para a aceitação passiva das mudanças estruturais na economia, no mundo do trabalho e no papel do próprio Estado”. Aqui o conceito de sociedade civil tem esse contorno definido, “sociedade civil é geralmente usado para identificar uma arena de liberdade [...] fora do Estado, um espaço de autonomia, de associação voluntária e de pluralidade e mesmo conflito, garantido pelo tipo de democracia formal que se desenvolveu no ocidente” (WOOD, 2011, p. 208).

Em outro caráter a

sociedade civil abrange uma ampla série de instituições e relações, de lares, sindicatos, associações voluntárias, hospitais e igrejas, até o mercado, empresas capitalistas, enfim, toda a economia capitalista [...] o ocidente tem uma característica especial, que é o fato de ter gerado uma separação ímpar e bem desenvolvida entre Estado e a sociedade civil e, portanto, uma forma de liberdade política particularmente avançada. (WOOD, 2011, p. 209).

Para os defensores da separação entre o Estado e a sociedade civil há um certo controle do Estado pela sociedade civil, contra riscos de opressão, determinando as restrições das ações do Estado estabelecendo limites: “em outras palavras, ela revive a preocupação liberal com a limitação e legitimação do poder político, e, principalmente, o controle desse poder [...]” (WOOD, 2011, p. 109). Dento desta perspectiva a “Sociedade Civil pode ser entendida como como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode se juntar a outros bens menos

ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais” (WOOD, 2011, p. 210). Corroborando com esse pensamento, Costa (2011) aponta que

Há claramente uma tentativa de deslocar, separar o Estado da sociedade; esta se torna o universo onde se resolve tudo pelas vias da competição, da ajuda mútua e da “solidariedade”, com acentuada atuação do Terceiro Setor, em consenso com o novo papel do Estado. Nessa perspectiva, a “nova sociedade civil” é comandada por uma “mão invisível”. (COSTA, 2011, p. 41).

Em último aspecto sobre a separação entre o Estado e Sociedade Civil, Wood (2011) esclarece que

A separação entre Estado e Sociedade Civil no Ocidente certamente gerou novas formas de liberdade e igualdade, mas criou novos modos de dominação e de coerção. Uma das maneiras de se caracterizar a especificidade da “sociedade civil” como uma forma social particular única no mundo moderno [...] é dizer que ela constituiu uma nova forma de poder social, em que muitas funções coercitivas que pertenceram antes ao Estado foram deslocadas para a esfera “privada”, a propriedade privada, a exploração de classe e os imperativos de mercado. Em certo sentido, trata-se da privatização do poder público que criou o mundo historicamente novo da “sociedade civil”. (WOOD, 2011, p. 217).

Resultante das transformações, reduções e redefinições do papel do Estado, atualmente a “sociedade civil constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o “público” e o “privado”, mas um reino “privado” inteiramente novo, com clara presença da opressão pública própria, uma estrutura de poder e dominação única e uma cruel lógica sistêmica (WOOD, 2011, p. 217). Desse modo redefine-se o papel do Estado, atribuindo ao estado capitalista a legitimação da coerção, “o contexto no qual se insere a redefinição do papel do Estado é marcado pela crise estrutural do capital e pelas medidas de que o capital lançou mão para sair dela” (COSTA, 2011, p. 45). Dentro das correntes que influenciam, destacam-se o neoliberalismo e a Terceira Via, cada um com uma concepção diferente da superação da alegada crise atribuída ao Estado “a primeira corrente [...], assinala, com a reforma pelas vias da privatização de bens públicos, a passagem direta destes para o mercado; já a segunda, a reestruturação do Estado e o financiamento ao Terceiro Setor para execução de políticas sociais” (COSTA, 2011, p. 45). Ambos baseados na falácia da crise do Estado, e alegando as virtudes da esfera privada como será tratado na seção 3.4, que falam das contrarreformas que se fundamentam no discurso da ineficiência do Estado.

Como alternativa para a falácia da ineficiência do Estado, atribui-se a transferência do papel do Estado para sociedade civil, pois não apenas na alegação da ineficácia do Estado há a necessidade de transformar as ações do Estado em lucro, acabam por fortalecer a ideia “de que o Estado é o culpado pela crise e o mercado deve ser o padrão de qualidade. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela execução e direção das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade civil com ou sem fins lucrativos” (MENDES; PERONI, 2020, p. 68).

Giddens (2001, p. 79) argumentou em defesa da terceira via colocando que “o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade”. Esclarecendo as concepções sobre o Estado para o autor, os neoliberais buscavam encolher o Estado, os social-democratas queriam expandi-lo, já a terceira via queria reconstruí-lo (GIDDENS, 2001, p 80).

Costa (2011), em sua tese, sintetizou esse pensamento da seguinte forma

Ao contrário dos neoliberais, que propõem a privatização e retirada completa do Estado da oferta de políticas (sociais) públicas – o Estado mínimo –, a Terceira Via apela para a responsabilização de um novo ator – o Terceiro Setor – para substituir o papel do Estado na execução dessas políticas, dentre elas, a da educação, por meio de parcerias. O Estado deixa de agir diretamente na execução de políticas (sociais) públicas, no entanto, financia o Terceiro Setor e, por meio das parcerias entre o público e o privado, institui a política pública. (COSTA, 2011, p 52).

Compreende-se aqui a ideia da autora, ao propor que o Terceiro Setor busca assumir o papel do Estado por meio de entidades com ou sem fins lucrativos, porém ambas com subvenção de verbas públicas.

Compreendido sobre as características que envolvem Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor, é preciso compreender sobre a reorganização que o Estado no Brasil sofreu nos últimos 20 anos; para isso a próxima subseção apresenta aspectos principais da temática, dando ênfase nas (contra) reformas do aparelho do Estado, os ataques diretos à democracia e a Ascensão do Populismo.

3.3 - Reorganização do Estado no Brasil do século XXI - duas décadas de reformas e a corrosão da democracia no contexto ascensão do populismo de direita

O Brasil certamente entrou no século XXI se recuperando da desvalorização do Real e, apesar das pessimistas previsões, ainda sob o segundo mandato de presidência de Fernando

Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), o país apresentava algum avanço já que,

com o Plano-Plurianual para 2000-2003, um grande programa de desenvolvimento econômico-social, prevendo inversões de ordem de R\$ 170 bilhões, cerca de 70% das quais pelo setor privado e assegurando que o país iria entrar, estavelmente, numa fase de desenvolvimento sustentável. Ao se iniciar o ano 2000 a impopularidade do presidente Cardoso, apresentou indicações de se reduzir. (JAGUARIBE, 2000, p. 216).

Essa impopularidade acabou se reduzindo devido a alguns avanços econômicos e sociais a partir dos anos 2000. Como mostra a tabela abaixo é possível ver a dimensão do PIB brasileiro entre o ano de 2000 até 2020 e de como seu crescimento se deu de acordo com a porcentagem de aumento e o produto.

Tabela 2 - Evolução do PIB brasileiro 2000-2021 valores corrigidos

2000	5.627.356.832.557,57
2001	5.705.571.262.839,32
2002	5.879.788.705.064,73
2003	5.946.867.039.678,57
2004	6.289.404.478.165,14
2005	6.490.799.715.835,60
2006	6.747.964.467.033,17
2007	7.157.557.178.645,18
2008	7.522.177.131.270,58
2009	7.512.713.330.239,61
2010	8.078.287.355.084,00
2011	8.399.352.671.014,98
2012	8.560.719.018.099,35
2013	8.817.953.443.393,13
2014	8.862.392.027.172,85
2015	8.548.152.573.819,58
2016	8.268.122.198.885,69
2017	8.377.498.628.924,46
2018	8.526.925.286.857,89
2019	8.631.020.100.435,99
2020	8.296.250.766.395,36
2021	8.679.489.568.000,91

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central, Tesouro Nacional¹¹

¹¹

Disponível

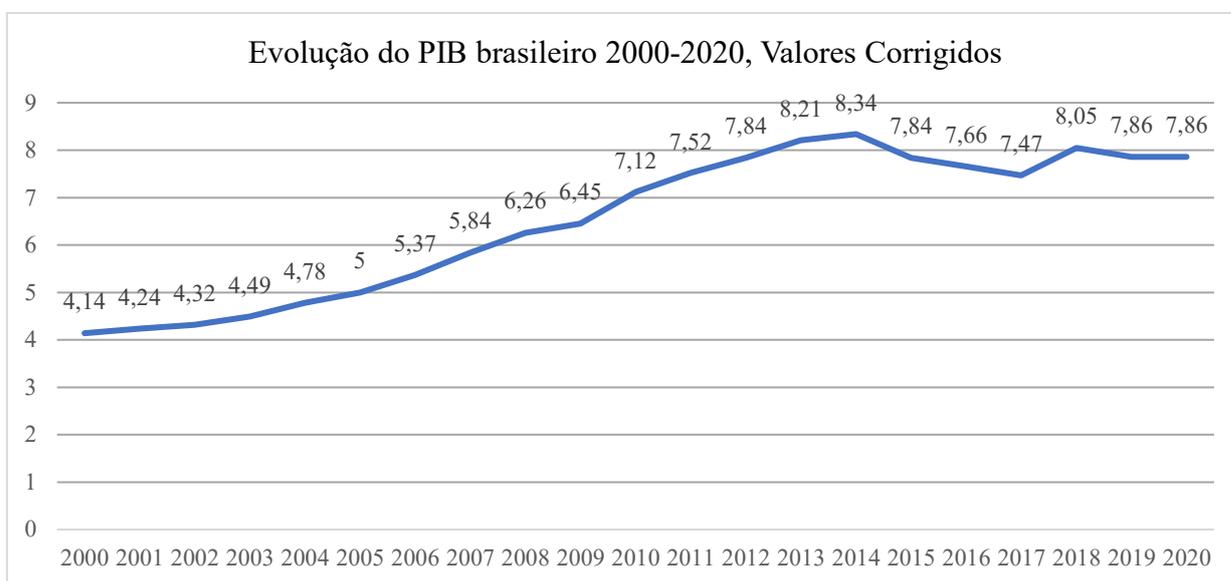
em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarGrafico>

Inicialmente no ano de 2000 o Brasil já apresentou um crescimento de 4,4% no PIB, porém apenas em 2005 o valor chegou a dois trilhões de reais. Quando chegou a esse valor o Brasil já se encontrava sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (popularmente conhecido como Lula), tendo sido reeleito no ano de 2006 para seu segundo mandato.

No gráfico abaixo, com os valores corrigidos, se facilita a compreensão da evolução, pois a dimensão da linha de evolução atualizada mostra a realidade do crescimento

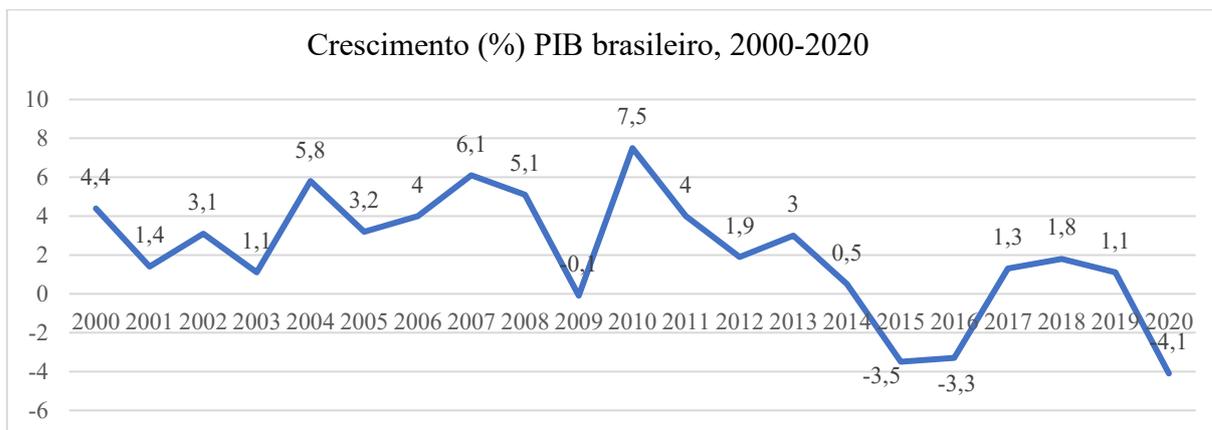
Gráfico 2 - Evolução do PIB brasileiro entre 2000 e 2020, valores corrigidos pelo IPCA
07/2021



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central, Tesouro Nacional

Como se pode observar no gráfico acima, o PIB apresentou aumento do ano de 2000 até o ano de 2014; a partir daí o PIB teve redução, como poderá ser observado na taxa percentual de crescimento do PIB mostrado no gráfico abaixo, apontando drásticas reduções entre 3,3 e 3,5% de queda.

Reforçando sobre isso, Tavares (2019, p. 59) explica que “no Brasil, a Emenda Constitucional (EC) 95/ 2016 – que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir Novo Regime Fiscal – é uma política que reflete a ação do Estado face a crise do capitalismo”.

Gráfico 3 - Evolução em % do PIB brasileiro, 2000-2020

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central, Tesouro Nacional

No gráfico acima é possível observar que, do ano de 2000 até o ano de 2008, o PIB apresentou apenas taxas de crescimento, com oscilações, porém sempre taxas positivas; mesmo com a crise mundial de 2008 o Brasil ainda apresentou avanço; no ano de 2009, pela primeira vez nos últimos anos, houve uma queda de 0,1% na taxa de crescimento e, mesmo com essa queda na porcentagem, o PIB de 2009 foi maior do que o de 2008. Em 2011 o Brasil se consolida como a 6ª economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido, caminhando para se tornar a 5ª, porém, com a desvalorização do dólar e a queda da desvalorização das *Commodities*¹², houve uma estagnação da economia brasileira, mantendo-se em 6ª colocação.

No ano de 2010 foi eleita a primeira presidente da história do Brasil, Dilma Rousseff (PT), sendo reeleita no ano de 2013 para mandato em 2014. Até 2014 o Brasil apresentou crescimento positivo, mesmo nesse último tendo sido de apenas 0,5%, nos anos de 2015 e 2016 a estimativa foi negativa -3,5 e 3,6 respectivamente. Em 2016 ocorreu “o chamado Golpe político midiático que acabou gerando o impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff (PT) (BRITO; RODRIGUES, 2021, p. 01), tendo assumido a presidência o até então vice Michel Temer (PMDB, MDB), esse ato desencadeou “muito rapidamente uma onda de reformas neoliberais e neoconservadoras” (COSTA; DOMICIANO, 2020, p. 04).

Em dezembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95, que “altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências” (BRASIL, 2016), chamada por alguns estudiosos como PEC da morte, que dispõe no art. 110 da Constituição Federal

¹² (alimentos, matérias-primas, minerais e energia) (VERÍSSIMO; XAVIER, 2014, p. 269).

Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão

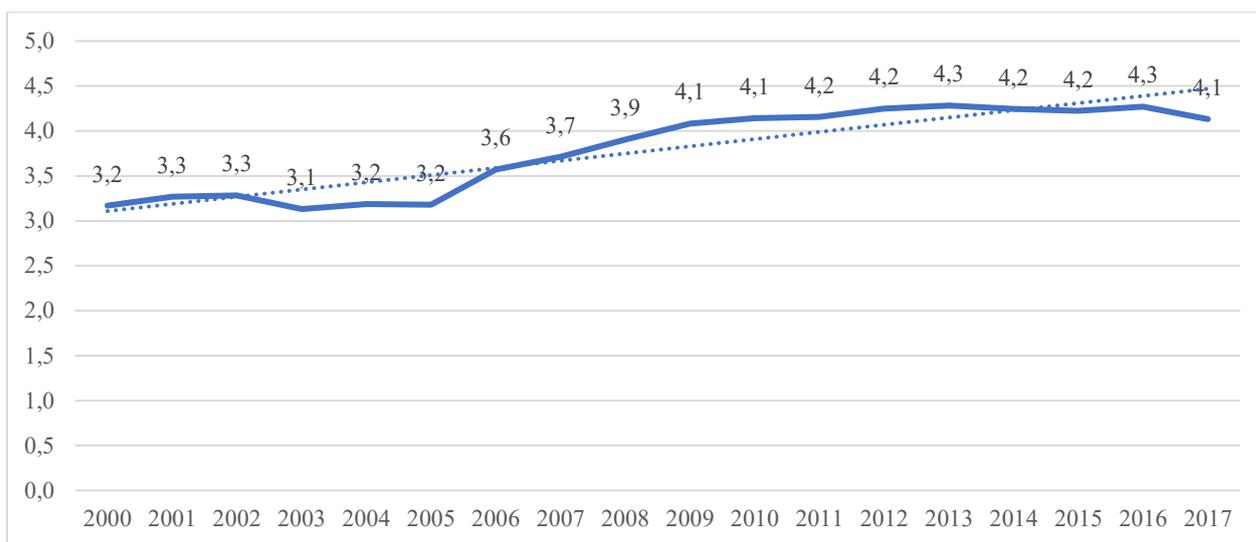
I - No exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal;

II - Nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 111. A partir do exercício financeiro de 2018, até o último exercício de vigência do Novo Regime Fiscal, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (BRASIL, 2016).

Tavares (2019) aponta que “outro limite é a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que dificulta os avanços conquistados ao retirar as receitas que compõem o orçamento da MDE”. E destaca que, mesmo sendo um governo neodesenvolvimentista, não foi capaz de “romper totalmente com os ideais neoliberais. Essa incapacidade, também contribuiu com a continuidade da DRU sobre as receitas da MDE. Até que, finalmente, deu limites à política de desvinculação das receitas da educação, seguido pelo seu rompimento” (TAVARES, 2019, p. 59).

Gráfico 4 - Percentual do Investimento Público Direto na Educação Básica em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INEP 2000-2017.

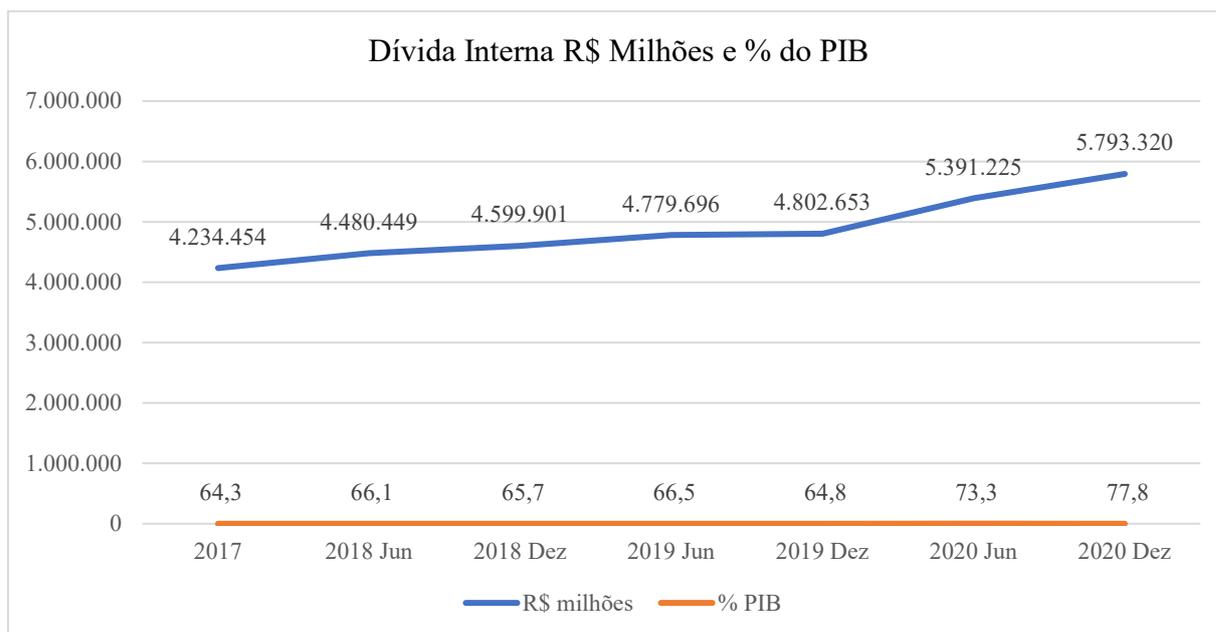
No gráfico acima foi possível verificar que, nos últimos anos, 2017 apresentou o menor valor de investimento na educação; vale ressaltar que os dados de 2018, 2019 e 2020 não estão

divulgados nas sinopses do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas de 2000 até 2017, o que acaba dificultando ter uma dimensão mais atual dos investimentos em educação para se fazer comparação com a série histórica da pesquisa realizada.

“A Emenda Constitucional 95 é acompanhada pela justificativa baseada no impedimento de crescimento de gastos no futuro, para assim, restituir a dívida pública a uma situação controlável” (DUTRA; FREITAS, 2019, p. 166). Sendo assim há uma redução nos gastos públicos primários a fim de pagar juros da dívida, e acabam dessa forma distanciando o Estado de sua função de bem-estar social.

O gráfico abaixo mostra o valor da dívida interna em milhões de reais e sua porcentagem correspondente ao PIB

Gráfico 5 - Valor da Dívida interna brasileira e sua porcentagem do PIB em milhões de Reais, valores atualizados



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

O gráfico acima mostra que a dívida pública interna representa em todos os anos mais da metade do PIB nacional e, mesmo com a Emenda Constitucional esse valor não caiu, apenas aumentou a partir de 2017.

Por esse ponto de vista e considerando a redução do poder de ação do Estado brasileiro no atendimento à questão social, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, que interesses atende o Estado brasileiro? Dowbor (2021) explica que

o país está sofrendo um ataque de interesses financeiros nacionais e internacionais improdutivos, um dreno que paralisou o país, bem antes da pandemia. Os interesses são poderosos e articulados, mas grande parte da sua força vem da incompreensão generalizada dos mecanismos mais elementares relativos ao dinheiro público, que afinal das contas, é nosso. (DOWBOR, 2021, p. 07).

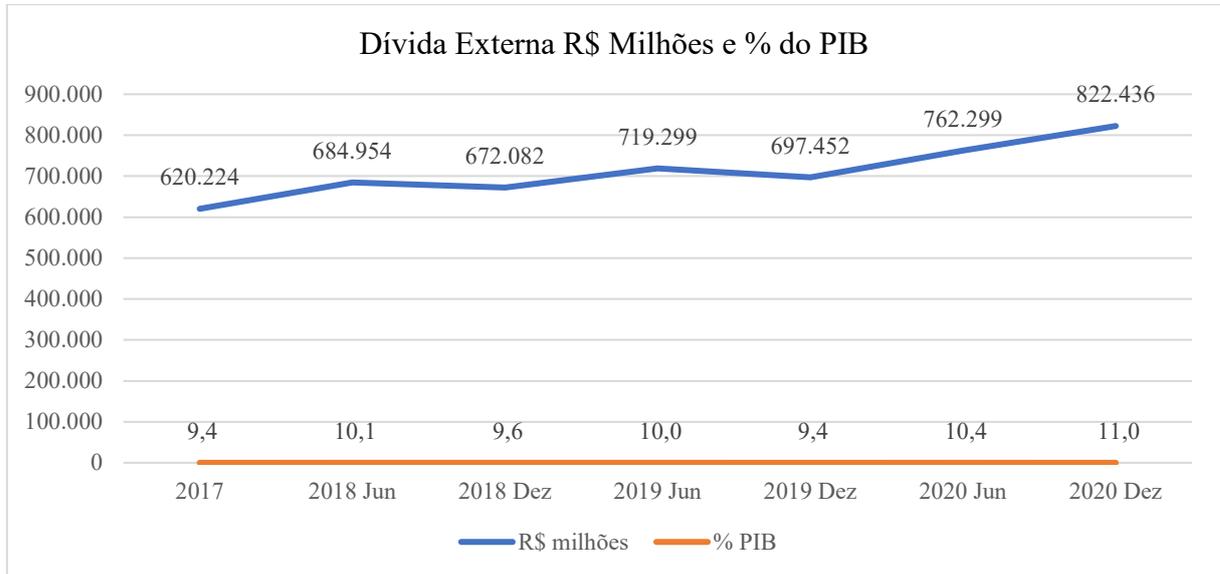
A falta de compreensão sobre políticas públicas de financiamento de gestão, permitem esses ataques que o país vem sofrendo, sob a ameaça constante de afastar o Capital externo e, conseqüentemente, a quebra do Mercado. Com isso, mantem-se o país refém desse tipo de situação, no qual a grande dívida é quase que essencial para a estabilidade do país (ou governo).

Fattorelli (2013) mostra que a dívida pública não deveria se constituir em um malefício, que deveria “aportar recursos para melhorar a gestão pública; viabilizar o cumprimento dos direitos sociais; possibilitar o desenvolvimento econômico sustentável, assim como garantir investimentos de elevado impacto social” (FATTORELLI, 2013, p. 42). O endividamento não deveria chegar a níveis tão elevados, mas que somente estivessem dentro de uma natureza orçamentária controlada.

De acordo com a autora, os *Dealers*¹³ têm uma forte influência na dívida ‘interna’ do Brasil, que pode ser considerada como uma dívida ‘externa’, o gráfico abaixo mostra o valor da dívida externa do Brasil em milhões de reais

¹³ São bancos que tem o privilégio de adquirir bônus de dívida “interna” em primeira instância, assim que são emitidos pelo governo. Considerando que bancos estrangeiros assumem este papel, nesse caso a dívida “interna” converte-se em “externa”. No Brasil, a cada 6 meses um grupo de 12 instituições assume o papel de *dealers*, com presença relevante de bancos estrangeiros (FATTORELLI, 2013, p. 45)

Gráfico 6 - Valor da Dívida externa brasileira e sua porcentagem do PIB em milhões de Reais, valores atualizados

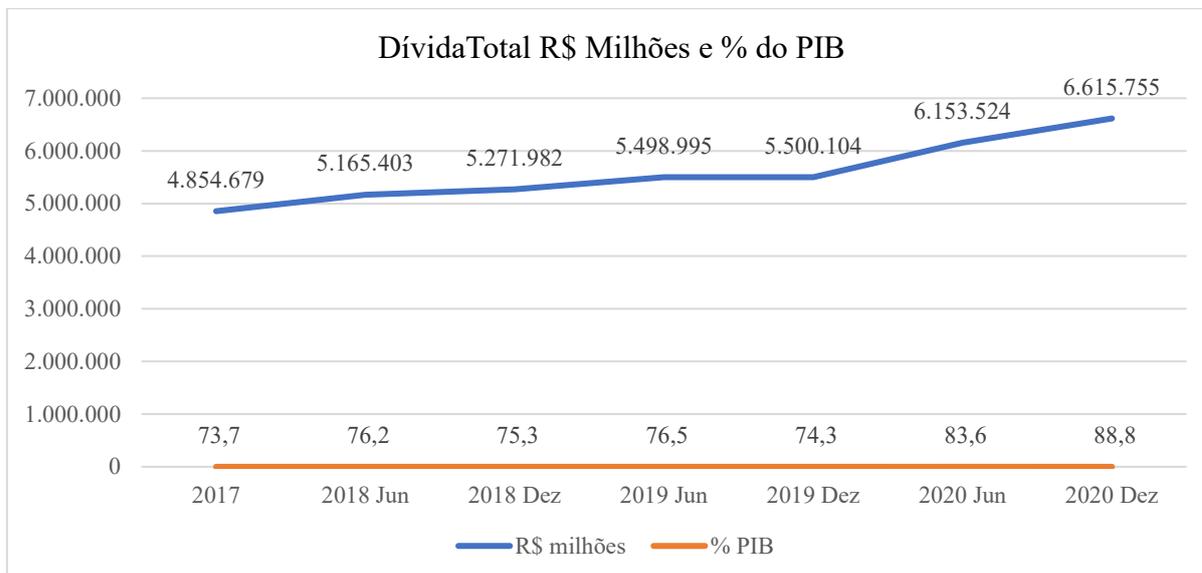


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

O gráfico acima traz a dívida externa oscilando entre 9% e 11% do PIB tendo apresentado uma queda em 2018 e em 2019, e um aumento de 1% de dezembro de 2019 até junho de 2020 e de 0,6% de junho até dezembro de 2020.

Logo abaixo, no Gráfico 7, há o valor total da dívida pública interna e externa somados e sua correspondência ao PIB; observa-se que de dezembro de 2019 até dezembro de 2020 há um aumento de mais de 14,5% do total da dívida, apontando que, mesmo com a redução dos gastos com serviços sociais, não ocorre o controle mencionado por Freitas e Dutra anteriormente.

Gráfico 7 - Valor total da Dívida pública brasileira e sua porcentagem do PIB em milhões de Reais, valores atualizados



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil.

É importante ressaltar aqui que “o déficit não foi gerado por investimentos em saúde, educação, infraestruturas e semelhantes, ou seja, a economia real do governo [...], mas pelo pagamento de juros sobre a dívida, transferência de boa parte dos nossos impostos para os grupos financeiros e rentistas em geral” (DOWBOR, 2021, p. 03). Desse modo o dinheiro dos pagantes de impostos fica em favor de uma minoria e, como esclarece Souza (2017, p. 68), “A elite econômica precisa travestir seus interesses de proprietário em suposto interesse geral para garantir o controle da reprodução social, mantendo seus privilégios”.

O diagnóstico da crise, as dificuldades enfrentadas pelo Estado foram direcionadas pelos teóricos neoliberais ao Estado de Bem-estar, nos países centrais, e aos Estados endividados latino-americanos. Mais recentemente os ataques são direcionados ao ensaio de Estado novo desenvolvimentista na América Latina, incluindo-se o Brasil, sob a alegação que esses problemas “são uma consequência do modelo de Estado Benfeitor considerado pelos neoliberais como um intento socialista dentro do capitalismo” (BIANCHETTI, 1997, p. 31). Como resultado, Dowbor (2016) explica que

a economia brasileira está sendo sangrada por intermediários que pouco ou nada produzem, e corroída por ilegalidades escandalosas. Se somarmos as taxas de juros à pessoa física, o custo dos crediários e dos cartões de crédito, os juros à pessoa jurídica, o dreno através da dívida pública e a evasão fiscal por meio dos paraísos fiscais e das transferências ilícitas, temos uma deformação estrutural dos processos produtivos. (DOWBOR, 2016, p. 95).

Essas deformações estruturais fazem parte dos processos de manutenção da crise estrutural do próprio capital que a utilizam para possibilitar processos cada vez mais escandalosos de acumulação. A partir do exposto, a próxima subseção explicita o que são as contrarreformas, quais são as principais formas e dimensões de privatização que ocorrem na educação.

3.4 - As contrarreformas e as diferentes formas de privatização da educação

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seu “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Previsto também gratuidade no serviço ofertado. A educação é um direito, tratar sobre as contrarreformas e os tipos de privatização é necessário, pois essa educação gratuita, de qualidade e de gestão pública acaba, grosso modo, violado pelas mais variadas formas de privatização que serão tratadas nesta subseção.

Dentro das reformas neoliberais anteriormente mencionadas os processos de terceirização e privatização estão cada vez mais crescentes e diversificados, ao que se decidiu aqui chamar de “contrarreformas”, corroborando com Borón

Em suma, dificilmente se poderia argumentar que um "paraíso neoliberal" com essas características é muito propenso a sustentar a democracia política. Em vez disso, parece ser um cenário propício para o ressurgimento de novas formas de despotismo político. Consequentemente, as democracias "falsas" da América Latina estão sofrendo o embate não de "reformas orientadas para o mercado", como são eufemisticamente chamadas, mas sim de uma autêntica contra-reforma social disposta a ir a qualquer extremo para preservar e reproduzir as estruturas de desigualdade social e econômica em nossa região. (BORÓN, 2000, p. 121).

Pois reformas são aplicadas com o intuito de acepillar, e o que acontece nesses casos é apenas o desmonte ou sucateamento dos setores que passam por essas contrarreformas; a educação, é claro, não poderia ficar fora desses ataques neoliberais, pois é considerada um setor que pode proporcionar imenso lucro para as grandes corporações, além do interesse do capital

na conformação, via ingerência no currículo para formas de dominação, controle social e manutenção do *status quo*.

Com o surgimento da crise fiscal do Estado e os planos de reformas e ajustes, gerou oportunidades para processos de privatização dos recursos públicos das mais diversificadas maneiras. Como nos aponta Borón (1995, p. 78), “a hegemonia ideológica do neoliberalismo e sua expressão política o neoconservadorismo, adquiriram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado”. Esse enfraquecimento do Estado tinha por finalidade atender aos interesses das classes dominantes, essa crise “se acrescenta no discurso ideológico auto incriminatório que iguala tudo que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto a iniciativa privada aparece como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade” (BORÓN, 1995, p. 78). O que já é caracterizado como um discurso falho e falacioso que, segundo o autor, não chega nem a resistir a uma pequena análise, pois a corrupção dentro do estado tem parceria com o setor privado e grandes empresários. Borón (1995, p. 79) acrescenta que as consequências desse discurso de se autoincriminar do Estado junto com a crise fiscal acabou por levar diversos governos a adotarem medidas que não eram prudentes ou até mesmo exageradas de sucateamento das estatais. O grande Capital Internacional transformava o Estado em um agente econômico político.

O Estado enquanto agente político tinha condições não apenas de negociar, mas de ditar certas regras, inclusive, com a finalidade de nacionalização de certas empresas

[...] a problemática da época era a das nacionalizações, enquanto atualmente a palavra de ordem é das privatizações. Não há muito se desenhavam projetos de expansão do setor público e as empresas estatais; atualmente a ortodoxia dominante aconselha “diminuir” o Estado, liquidar suas empresas para fortalecer o setor privado da economia, e nossos governos estão atuando em função dessas novas ideias. (BORÓN, 1995, p. 80).

O autor toma a Argentina como exemplo de processos de privatização das empresas públicas “transferindo escandalosamente, a preços irrisórios e sem precauções mais elementares” (BORÓN, 1995, p. 81). Esses bruscos processos de privatização trazem consequências para a população socialmente mais vulnerável e geram lucros para grandes corporações.

Diferentemente do que foi feito em outros países, como feito por Margaret Thatcher. O patrimônio estatal construído ao longo de anos foi entregue a multinacionais ou empresas de

capital estrangeiro. “Toda essa insensatez foi justificada por uma ideologia cruamente “privatista” que, incentivada pelos tecnocratas ligados às instituições financeiras internacionais, sustenta que tudo o que o estado faz é ineficiente e corrupto; e que tudo que faz o setor privado é bom, eficiente e virtuoso” (BORÓN, 1995, p. 82).

No Brasil, com as reformas do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), iniciaram-se grandes processos de privatização em diversos setores; mantendo aqui o foco na educação é importante esclarecer que a privatização não se trata somente da venda direta de uma empresa estatal para a iniciativa privada, os processos de privatização são muito mais articulados e muitas vezes podem até passar despercebidos.

Com a reforma do Aparelho do Estado ocorre criação da figura jurídica do público não-estatal que é “conhecido por “terceiro setor”, “setor não-governamental”, ou “setor sem fins lucrativos”. Por outro lado, o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos” (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 16). Pode ser colocada como a quarta esfera, voltada para o interesse público, porém sem fins de lucro, porém direcionada pela lógica privada. Costa (2011) esclareceu que

A criação da figura jurídica do público não-estatal possibilitou a abertura ao mercado e a setores a ele ligados, como o Terceiro Setor mercantil, que recebe financiamento público e firma parcerias com esse poder, criando uma situação nova, de relações muito complexas, que extrapola a simples definição de propriedade do público e do privado. [...] É importante compreender esse movimento de transição no papel do Estado porque ele é marcado pela hegemonia do capital, cujas estratégias para a superação da própria crise incluem o apelo ideológico para formação de consenso junto a alguns setores da sociedade civil em torno de interesses do capital. (COSTA, 2011, p. 53-54).

Em dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.079, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2004, p. 01), como trata Adrião (2018), ao esclarecer que o termo “parceria” tem um papel de acobertamento da real ideia de privatização, dificultando assim sua explicação.

A começar pelo fato de não se tratar de relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, como à primeira vista o termo “parceria” pode indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo Banco Mundial (BM), as quais no Brasil foram reguladas pela Lei Federal nº. 11.079 de 30/12/04. Trata-se de processos pelos quais a educação

pública brasileira, entendida como aquela financiada e gerida pelo Poder Público, conforme indicado na Lei de Diretrizes e Bases – Nº 9394/1996, subordina-se formal e concretamente ao setor privado com fins de lucro. (ADRIÃO, 2018, p. 09).

Em outra definição, Ball e Youdell (2007, p. 03) utilizam os termos “Privatización Encubierta en La Educación Pública” para se referir a essas formas “secretas” ou “encobertas” de privatização. As abordagens dos processos de privatização têm viés no Estado Mínimo e no Livre Mercado, o reducionismo estatal, abrindo espaço para a ação da iniciativa privada.

Os autores consideram dois tipos principais de privatização: as endógenas, ou endoprivatização, e as exógenas, ou exoprivatizações.

As privatizações endógenas são definidas como

a importação de ideias, métodos, práticas do setor privado para tornar o setor público cada vez mais como empresa e cada vez mais comercial [...] A primeira forma de privatização, segundo a qual o setor público é solicitado a comportar-se cada vez mais como o setor privado, generalizado e tão bem consolidado (BALL; YOUDELL, 2007, p. 13).

Esse tipo de privatização acontece de dentro para fora da própria instituição ou setor, pode ser colocado quando as lógicas de competição do mercado são inseridas nas escolas públicas na busca por resultados mais satisfatórios com baixo custo. Ranqueamento, estandardização dos resultados de avaliações, gratificações por desempenho, são alguns exemplos que podem ser utilizados para explicar o que seriam as endoprivatizações.

Esses modelos de mercado quando inseridos na educação tendem a levá-la para o valor “neutro” do mercado, colocando que o mérito dessas competições seja mais justo e promovem equidade. Pode-se incluir aqui inclusive a ideia de meritocracia.

As exoprivatizações “envolvem a abertura dos serviços de educação pública à participação do setor privado, através de modalidades baseadas no benefício econômico, bem como na utilização do setor privado em termos de concepção, gestão ou provisão diferentes aspectos da educação pública” (BALL; YOUDELL 2007, p. 13). Nesse modelo aplica-se a intervenção direta da esfera privada na educação. As chamadas contrarreformas acabaram por ampliar essa participação direta através das mais variadas formas de contratos e desobrigações do Estado. Adrião (2018) identifica três dimensões de privatização, a da oferta, a da gestão e a do currículo. De acordo com a autora, a privatização da oferta ocorre através do financiamento público para instituições privadas, ofertas privadas e incentivo parental (*voucher*, *Chater*

school, homeschooling); a privatização da gestão tanto da escola quanto da gestão pública; e a privatização do currículo com currículos prontos, e sistemas privados de ensino (ADRIÃO, 2018, p. 11).

De forma mais clara e direta essas três dimensões de privatização ocorrem da seguinte forma:

privatização da *oferta educacional*, operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. [...] Esta dimensão da privatização pode ser captada em dois âmbitos: *privatização da gestão educacional*, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e *privatização da gestão escolar* relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores. [...] A última dimensão refere-se à *Privatização do currículo*. Trata-se de processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou sistemas públicos os desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, seja ainda por meio dos Sistemas Privados de Ensino (SPE). Trata-se da privatização dos processos pedagógicos *strictu sensu*, envolvendo as relações entre professor/a, estudante e conhecimento. (ADRIÃO, 2018, p. 11-12, grifos da autora).

A primeira dimensão a ser tratada é a dimensão da oferta e, sobre isso, a autora destaca que no Brasil, a educação é “livre à iniciativa privada”, o que objetivamente significa a possibilidade de criação de escolas, por pessoa jurídica de direito privado (ADRIÃO, 2018). Ainda de acordo com a autora, “uma primeira forma pela qual se materializa a privatização da oferta educacional relaciona-se à vigência de mecanismos de subsídio público a organizações privadas por meio de contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação” (ADRIÃO, 2018, p. 13); ainda sobre essa forma, a autora destaca que existem formas indiretas de subvenção pública de instituições e formas diretas, sendo a primeira como a isenção de impostos e, no segundo caso, a restituição do Imposto de Renda com gastos em educação privada (ADRIÃO, 2018).

A segunda dimensão de privatização trata da Privatização da gestão da educação pública, que, segundo autora

Resultam de alterações no marco regulatório pós Constituição Federal de 1988, especialmente da Emenda Constitucional (EC) nº 19 de 1998 a partir da qual instituições privadas associam-se a governos por meio de diferentes mecanismos como contrato de gestão; termos de parceria, acordo de colaboração e de fomento e as parcerias público-privadas propriamente ditas. [...] Para efeito de caracterização, pois em geral encontram-se

simultaneamente aplicadas, os processos de privatização da gestão da educação são percebidos em dois âmbitos: no âmbito das redes públicas de ensino, assumindo um caráter sistêmico e consubstanciando a privatização da gestão educacional e, quando as políticas e programas de privatização incidem sobre a gestão de unidades escolares específicas, denomina-se privatização da gestão escolar. Em um e outro caso trata-se da delegação pela esfera pública, dos processos relativos às tomadas de decisão sobre os fins da educação e os processos necessários ao seu atendimento. (ADRIÃO, 2018, p. 17).

A autora chama atenção, ainda, para a privatização da gestão educacional e a privatização da gestão escolar, sendo a primeira caracterizada pela presença de corporações que têm lucro direto com a venda de produtos ou lucro indireto com as mediações; já no segundo caso se caracteriza pela transferência da escola pública para outras instituições (ADRIÃO, 2018).

A terceira dimensão se refere à privatização do currículo escolar que “não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.)”, mas vai além, nesse caso, com o setor privado fazendo a “definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares (ADRIÃO, 2018, p. 20).

Identificar e compreender as dimensões e formas de privatização da educação são tarefas essenciais para se entender como funcionam os gastos dos recursos que financiam a educação, pública no Brasil, e não somente isso, mas a grande influência da presença dos grandes grupos empresariais na educação brasileira como propõe Adrão et al. (2016).

A seção a seguir trata sobre a estrutura político-administrativa do Brasil e os aspectos principais do financiamento da Educação Básica no Brasil, trazendo sua estrutura legal e suas fontes de recursos, com foco no Fundeb e nos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

4 - ESTRUTURA POLÍTICO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL NO BRASIL

Nesta seção será apresentada a estrutura político-administrativa do município no Brasil. Na subseção seguinte abordar-se-á sobre o financiamento da educação pública, focando nas receitas de transferências de impostos.

Para se compreender sobre a estrutura municipal é necessário conhecer o sistema federativo brasileiro; para isso será tomado como base Lopreato (2020), que discute a origem e a evolução do federalismo brasileiro; o autor divide a evolução do federalismo no que ele denomina como tres etapas: 1891 a 1964, 1964 a 1988 e 1988 a hoje. De acordo com o autor, “no federalismo brasileiro, a desigualdade regional e as diferenças de receita tributária disponível per capita constituem elementos perenes, definidos por uma dinâmica econômica que engendrou o poder de cada região e deu lugar a um arranjo político peculiar” (LOPREATO, 2020, p. 01). Isso se deve ao fato do Brasil ser um país continental e seus estados possuírem características únicas de arrecadação, conforme mostra o quadro abaixo

Quadro 5 - Produto Interno Bruto (PIB) de cada Unidade da Federação Brasileira em ordem crescente no ano de 2020

Colocação	Unidades da Federação	PIB em 2018 (1.000.000 R\$)
1º.	São Paulo	2.210.562
2º.	Rio de Janeiro	758.859
3º.	Minas Gerais	614.876
4º.	Rio Grande do Sul	457.294
5º.	Paraná	440.029
6º.	Santa Catarina	298.227
7º.	Bahia	286.240
8º.	Distrito Federal	254.817
9º.	Goiás	195.682
10º.	Pernambuco	186.352
11º.	Pará	161.350
12º.	Ceará	155.904
13º.	Mato Grosso	137.443
14º.	Espírito Santo	137.020
15º.	Mato Grosso do Sul	106.969
16º.	Amazonas	100.109
17º.	Maranhão	98.179
18º.	Rio Grande do Norte	66.970
19º.	Paraíba	64.374
20º.	Alagoas	54.413
21º.	Piauí	50.378
22º.	Rondônia	44.914
23º.	Sergipe	42.018
24º.	Tocantins	35.666

25°.	Amapá	16.795
26°.	Acre	15.331
27°.	Roraima	13.370

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>.

Como se pode observar, o percentual de gastos de cada estado com manutenção da educação tende a variar de acordo com a sua arrecadação; não é possível fazer uma comparação entre o estado de São Paulo e o Acre, pois São Paulo tem um PIB 16.433% maior.

O primeiro período do federalismo, que compreende de 1891 a 1964, segundo Lopreato (2020) estabelecia-se como

um modelo federativo em que a força da esfera federal mostrou-se em condições de responder demandas gerais, de modo a resguardar a unidade territorial e as políticas nacionais. Por outro lado, os estados ganharam força, sustentaram a articulação prioritária com a esfera federal e eram responsáveis por definir, com autonomia, as políticas próprias e o modelo das relações com os entes locais. O alcance dessa autonomia expressava-se na forma de inserção da unidade no arranjo federativo, presa, fundamentalmente, ao diferencial do poder econômico. (LOPREATO, 2020, p. 09).

Nesse formato a união ocupava a posição principal, os estados estavam em parte intermeriária articulados com os municípios.

O segundo momento, a partir de 1964, com o golpe militar, que gerava uma ruptura no federalismo brasileiro, passando a deixar a maior parte da concentração financeira na esfera federal e

os estados que, desde o início da República, mantiveram (ou expandiram) a participação no valor da receita tributária, perderam pontos na distribuição dos recursos disponíveis e ampliaram a dependência em relação à esfera federal, apesar de a reforma seguir a tradição histórica e atribuir a eles o tributo de maior potencial de arrecadação, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), beneficiando as unidades de maior potencial econômico. Por outro lado, várias medidas favoreceram o controle da União sobre os recursos financeiros. (LOPREATO, 2020, p. 19).

Mesmo anteriormente a união tendo posição de destaque, de forma nenhuma tinha havido tando domínio e controle financeiro, político e econômico pela esfera federal.

Por último, com o fim do período militar e com a crise fiscal que envolvia as três esferas de governo, apenas com a Constituição Federal de 1988 iniciavam-se os primeiros passos para estabelecer o ajuste do pacto federativo. Segundo Lopreato (2020), esse período se configurou por reformas que se iniciaram no governo FHC e se consolidaram no governo Lula,

A nova configuração federativa sustentou-se em três pilares básicos: i) a descentralização das políticas públicas; ii) o aumento da concentração de poder na esfera federal e o controle sobre as estruturas dos programas de gastos e do modo dos entes subnacionais executarem as próprias políticas e iii) a perda de relevância do papel dos estados na federação brasileira e o avanço dos municípios (LOPREATO, 2020, p. 24).

Essa nova configuração não tinha por base os acordos firmados na CF, pois dava melhores condições à esfera Federal, e por meio dessas novas configurações

ficou claro que o objetivo era fazer uma reforma institucional no federalismo brasileiro, mais do que implementar políticas de governo, embora o padrão de implementação dessas medidas não seja completamente coerente, além de responder a pressões políticas diferenciadas dentro do poder Executivo federal. Das 34 emendas constitucionais aprovadas de 1995 até junho de 2002, quinze delas afetavam diretamente o pacto federativo. (ABRUCIO, 2005, p. 53).

A União valeu-se do desarranjo federativo e soube atuar no sentido de ampliar o controle sobre a questão fiscal e sobre a definição de encargos e de arranjo das políticas públicas, reforçando a concentração e centralização do poder na esfera federal (LOPREATO, 2020). Conhecendo-se a base do federalismo nacional, estabelece-se aqui a necessidade de conhecer a autonomia dos municípios, para isso reforça-se que, na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 18, “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Desse modo o município passa a ter autonomia ampliada na tríplice político-administrativo-financeiro. Podendo o município exercer suas funções conforme o quadro abaixo.

Quadro 6 - Funcionamento municipal no Brasil Pós Constituição de 1988

Art. 29	<p>O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:</p> <p>I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;</p> <p>II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)</p>
----------------	---

Art. 31	A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
Art. 156	Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) § 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)
Art. 158	Pertencem aos Municípios: I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) (Regulamento) III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios; IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
Art. 159	A União entregará: I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produto industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014) a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento) b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; (Vide Lei Complementar nº 62, de 1989) (Regulamento) c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer; (Regulamento) d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007) e) 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 84, de 2014) II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. (Regulamento) III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito

	Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)
--	---

Fonte: Elaboração própria com base na Constituição Federal de 1988.

Sobre a autonomia da administração pública municipal nos esclarece Meirelles que

é a gestão dos negócios locais pelos representantes do povo do Município, sem interferência dos poderes da União ou do Estado-membro. Mas a cláusula limitativa dessa administração exige exata interpretação, para que o Município não invada competência alheia, nem deixe de praticar atos que lhe são reservados. Tudo se resume, pois, na precisa compreensão do significado de "interesse local". (MEIRELLES, 2008, p. 111)

Esse interesse local não difere dos interesses da União e do Estado-membro, assim como o interesse da união acaba influenciando nos interesses dos municípios, mesmo tendo sua autonomia, a harmonia de interesses deve ser mantida.

Para o funcionamento adequado, o município vai dispor de Instrumentos de Planejamento Governamental e, de acordo com a CF, as “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais”; em seu 1º parágrafo dispõe que a “lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”, sobre a LDO, a mesma

compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988).

A Lei Orçamentária Anual (LOA), no 5º parágrafo compreenderá

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

Compreendido como funciona a estrutura político administrativa dos municípios no Brasil, a subseção a seguir esclarece o financiamento da educação básica e como ocorrem as disputas pelos fundos públicos pelo setor privado.

4.1 - Financiamento da Educação e Captação de Recursos Públicos.

Cury (2018) esclarece que “o direito à educação, já anunciado na Constituição Imperial de 1824, por ser mais do que um direito individual, ou seja, social, não pode subsistir sem um adequado financiamento. Se os direitos civis e políticos têm um custo, os direitos sociais com maior razão”.

Quando aprovada em 1988 a Constituição Federal foi um divisor de águas na questão do financiamento da educação no nosso país; em seu artigo 212 diz que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988).

Com a CF de 1988 e suas garantias de recursos da educação em 1996 pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 e, posteriormente, regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, foi instituído “o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual terá natureza contábil e será implantado, automaticamente, a partir de 1º de janeiro de 1998” (BRASIL, 1996).

Sobre esse fundo, Cury (2018, p. 1242) acrescenta que “o FUNDEF representa chegada polêmica de uma longa trajetória na busca de vinculação financeira para a educação obrigatória, cujo disciplinamento em matéria de destinação sempre esteve na pauta de educadores”. E, de acordo com Pinto (2018), “inquestionavelmente, o efeito de maior impacto e, praticamente irreversível, do Fundef foi alterar a divisão pela responsabilidade na oferta educacional no país”, desencadeando algo que o autor coloca como um “processo de municipalização sem precedentes”, e ressalta “que o processo foi mais intenso nas regiões mais pobres do país e foi motivado basicamente pela vinculação entre repasse de recursos do fundo e matrícula no Ensino Fundamental regular” e também do “abandono da Educação Infantil por parte daquelas redes estaduais que também atendiam a essa etapa”, e conclui que “do ponto de vista de sua execução financeira, o Fundef foi uma sequência de descumprimento do padrão mínimo de qualidade e da equalização de oportunidades educacionais” (PINTO, 2018, p. 856-857).

Em reforço ao financiamento da Educação Básica no ano de 2007 foi sancionada a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. (BRASIL, 2007).

Sobre o Fundeb, Pinto (2018), em trabalho encontrado no balanço de produção, faz dois comentários: o primeiro fala sobre o avanço dos mecanismos de controle e restrição das ações do executivo, mas deixa claro que isso não impede os desvios, e o outro fala sobre a “desproporção entre os fatores de ponderação adotados para as diferentes modalidades e seus respectivos custos reais, além da limitação específica de utilização de recursos para a EJA” (PINTO, 2018, p. 859).

Ainda sobre o Fundeb, Ceccon (2018, p. 52) explica que “o fundo passou por modificações desde que foi apresentado pelo MEC, com o primeiro documento orientador em 2004. Nesse período, foram abertas discussões entre a sociedade organizada, a civil e o governo”

Retomando o Art. 212 da CF Cury aponta que

questões relativas ao financiamento e à sua redistribuição do art. 212 da Constituição, dentro dos recursos vinculados pela Constituição, foi objeto de emendas constitucionais, como a emenda constitucional 14/96 e a emenda 53/06 que subvincularam, respectivamente, os recursos para o Fundef e Fundeb. Ou seja, no âmbito do que se poderia denominar cooperação cogente, estes fundos têm uma dimensão estadual (o fundo é estadual com recursos do Estado + Municípios) e são obrigatórios para todos os Estados. (CURY, 2018, p. 1241).

Dando sequência nessa explicação sobre as alterações pelas quais a CF/1988 passou, tal qual a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e Emenda Constitucional nº 59/2009, conforme segue.

Quadro 7 - Alterações ocorridas no 3º e 5º parágrafos do art. 212.

Como era	Como passou a ser
3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das	3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se

necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.	refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação ¹⁴
5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes. § 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.	5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. ¹⁵

Fonte: Elaboração própria com dados disponíveis em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Em complementação a essas mudanças ocorridas, Cury esclarece que

A educação básica obrigatória e gratuita passou a vigorar como direito público subjetivo para faixa etária de 4 a 17 anos, e o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, deve contar com os vários programas suplementares como material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (CURY, 2018, p. 1244).

E o artigo 70 da Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB) aponta que “considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis” (BRASIL, 1996). Com essa garantia de recursos prevista na CF os recursos gastos com MDE devem ser vistos como uma forma de melhorar a qualidade da educação; no caso dos municípios brasileiros, estes dispõem de cinco fontes de recursos para manutenção da educação de acordo com o que está estabelecido em lei no artigo 68 da LDB:

Serão recursos públicos destinados à educação os originários de: I- Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II- Receita de transferências constitucionais e outras transferências; III - Receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; IV- Receita de incentivos fiscais; V- Outros recursos previstos em lei. (BRASIL, 1996).

Os recursos que são apresentados no item 1 dos 25% de impostos têm incidência sobre Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Predial e Territorial Urbano

¹⁴ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

¹⁵ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006. Vide Decreto nº 6.003, de 2006.

(IPTU), Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Municipais (IRRF-SPM), Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI).

Sousa (2016) reforça que

As transferências constitucionais no caso dos municípios, compreendem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) formado pela partilha de 23,5% do Imposto sobre Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os municípios recebem ainda 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), licenciados em seus territórios e 25% do produto de arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação (ICMS). (SOUSA, 2016, p. 100).

Os recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino têm finalidades específicas para sua destinação, previstos no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), já o artigo 71 compreende o que não se constitui como manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o quadro abaixo.

Quadro 8 - Constituição da destinação das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino segundo a LDB

Art. 70 Constituem-se como manutenção e desenvolvimento do ensino	Art. 71 Não se constituem como manutenção e desenvolvimento do ensino
I - Remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;	I - Pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
II - Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;	II - Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
III - Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;	III - Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
IV - Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;	IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
V - Realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;	V - Obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
VI - Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;	VI - Pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;	atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino
VIII - Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.	

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.

A remuneração e o aperfeiçoamento englobam salários, encargos, gratificações, elevações e titulações que estejam previstas do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) dos servidores, ou legislação vigente.

A imagem abaixo ajuda a compreender como é feito o cálculo de aplicação dos recursos de MDE.

Imagem 3 - Cálculo do percentual aplicado em MDE

O percentual aplicado em MDE é obtido mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$\% \text{ MDE} = [(DP + \text{Fundeb} - \text{Ded}) / R \text{ Imp}] * 100$$

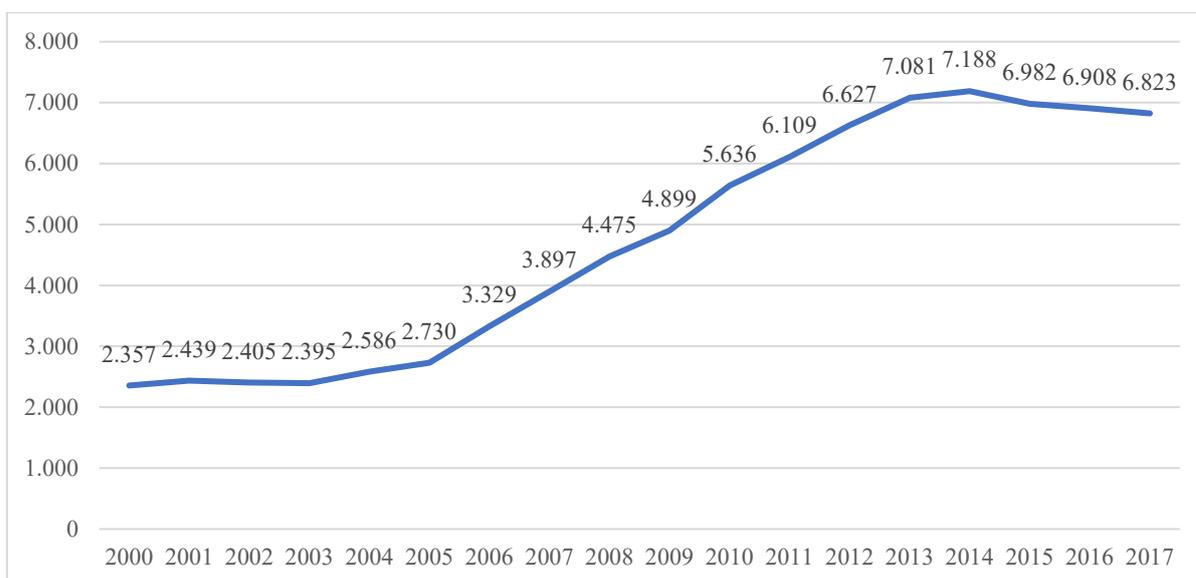
Sendo:

- **DP** = Despesas Próprias, são recursos oriundos do Tesouro do Estado ou Município, provenientes de impostos e transferências;
- **Fundeb** = Despesas com recursos do Fundeb;
- **Ded.** = Deduções consideradas para fins de limite constitucional (vide RREO);
- **R Imp** = Receita de impostos e Transferências.

Fonte: MEC/Siope - Manual de Orientações para o Usuário.

O investimento nacional em educação é indispensável para a manutenção da educação; como é possível observar no gráfico abaixo, se vê os gastos públicos com educação do ano de 2000 até o ano de 2017.

Gráfico 8 - Gasto Público Direto em Educação por Estudante da Educação Básica segundo o INEP, do ano de 2000 a 2017 (valores corrigidos pelo IPCA)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INEP 2000-2017.

Assim como no Gráfico 3, no Gráfico 7 só aparecem os dados até o ano de 2017, pois não estão disponíveis os últimos 3 anos das sinopses; os valores já estão atualizados, o valor do PIB foi crescente contínuo até o ano de 2014, a partir de 2014 a redução foi gradativa.

Apesar do exposto no Quadro 8, os recursos do financiamento da educação possuem uma diretriz de aplicação, porém nem sempre os municípios seguem essas diretrizes, como foi visto na subseção 3.4, sobre as formas de privatização. Pinto (2018) indica que a educação brasileira já passava por processos de privatização desde o período colonial: “o atendimento [...] foi terceirizado aos jesuítas que recebiam, como contrapartida, o monopólio do ensino em Portugal e em todo o reino; já os recursos para a manutenção das escolas, obrigação não cumprida pela Coroa” (PINTO, 2018, p. 848); nota-se que o interesse em verbas públicas não é algo recente, e que esse interesse está crescendo cada vez mais de acordo com as últimas medidas estatais sob orientação neoliberal, que direciona a ação do Estado para a iniciativa privada com ou sem fins lucrativos.

Adrião e Domiciano (2018) apontam que, na gestão do PT, o Brasil caminhou para a concepção de governança pública; essa Lógica “assimila o setor privado (lucrativo e não lucrativo) como agente e parceiro na elaboração das políticas públicas, dado o pressuposto de que a ação estatal ou governamental é insuficiente” esses agentes englobam associações, fundações, empresas ou institutos que buscam as

esferas governamentais (ou serem por elas buscadas) com objetivo de oferecer seu “qualificado” apoio técnico. No caso brasileiro, as fundações configuram-se como organizações privadas sem fins lucrativos que, por força de lei, podem inclusive receber recursos públicos, sem que haja uma clara orientação para o accountability de sua ação e, em alguns casos, sem exigência de licitação. (ADRIÃO; DOMICIANO, 2018, p. 02).

E, de acordo com as autoras, há estudos que mostram que as empresas firmam “parcerias” com o setor público tanto para oferta da educação quanto para convênios. Destacam ainda sobre a desigualdade entre União, estados e municípios, sendo que os municípios representam 50% das matrículas da educação.

Em relação a esse interesse do setor privado em verbas públicas, a seção a seguir traz o mapeamento da destinação dos recursos provenientes das transferências de receitas de impostos à iniciativa privada, caracterizando os dois municípios da pesquisa.

5 - MAPEAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS E A PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS GASTOS COM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES

Nesta seção caracteriza-se o município de Cáceres, lócus selecionado para esta pesquisa. Os textos foram realizados com base em dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, além da caracterização do município, foi feita uma caracterização do sistema municipal de ensino, tendo como base dados obtidos no INEP.

O município de Cáceres está localizado na mesorregião centro-sul do estado de Mato Grosso, pertencendo à área do Pantanal Mato-grossense, mas acaba agrupando três biomas, Pantanal, Cerrado e Amazônia; tem 243 anos de fundação e era conhecido, inicialmente, por Vila Maria do Paraguai (1977), situado à margem esquerda do Rio Paraguai.

Imagem 4 - Cidade de Cáceres, vista aérea



Fonte: <<https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTxIVbPP18pBdHm-68nK7wEPwKcgPBGzY0XMQ&usqp=CAU>>.

Cáceres possui uma área de 24.538,591 km² sendo o 6º maior município do estado; fica a 209 km da capital, Cuiabá, e aproximadamente 107 km da cidade de San Matias na Bolívia; de acordo com projeções do IBGE para 2020, possui uma população de 94.861 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 3,61 habitantes por km² e uma renda média de 3,3

salários mínimos, a terceira maior renda média do estado. No ano de 2020 o PIB per capita foi de 20.193,53, ocupando a 101ª posição dos 141 municípios do estado; porém, no Produto Interno Bruto ocupa a 15ª posição no estado, com um valor total de R\$ 1.895.809,00. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.708, considerado um índice de médio a bom.

O quadro abaixo mostra a composição do poder legislativo municipal do período da pesquisa 2017-2020 e a atual composição 2021-2024, apresentando seus vereadores e respectivos partidos

Quadro 9 - Composição do poder legislativo da Câmara Municipal de Cáceres 2017-2020; 2021-2024, vereadores titulares

VEREADORES 2017-2020	PARTIDO	VEREADORES 2021-2024	PARTIDO
Alencar Bicletas	PTB	Cezare Pastorello	SOLIDARIEDADE
Cezare Pastorello	SOLIDARIEDADE	Engenheiro Celso Silva	REPUBLICANOS
Claudio Henrique	PSDB	Franco Valério	PROS
Creude da Areeira	REPUBLICANOS	Isaias Bezerra	CIDADANIA
Denis Maciel Hospital	PTB	Lacerda do Aki	PRTB
Dona Elza da Colonia	PSB	Luiz Landim	PV
Elias Pereira	PTB	Manga Rosa	PSB
Jeronimo Gonçalves	PSB	Marcos Ribeiro	PSDB
Professor Domingos	PSB	Mazéh Silva	PT
Rosinei Neves	PSC	Negação	DEM
Rubens Macedo	PTB	Pastor Junior	CIDADANIA
Valdeniria	PSC	Professor Domingos	PSB
Valter Zacarkim	PTB	Professor Leandro	DEM
Wagner Barone	PTB	Rubens Macedo	PTB
Zé Eduardo Torres	PSC	Valdeniria	PSC

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://www.caceres.mt.leg.br/processo-legislativo/legislaturas-da-camara-municipal-de-caceres>>.

Durante esse período o chefe do poder executivo foi o prefeito Francis Maris Cruz (PSDB), desde 2013, sendo reeleito em 2016, tendo como vice-prefeita a professora Eliene Liberato (PSDB). Vale ressaltar que, atualmente, Eliene é prefeita de Cáceres, tendo sido eleita no ano de 2020 pelo mesmo partido.

De modo a melhorar a compreensão da Educação municipal de Cáceres, as tabelas a seguir trazem algumas características importantes, tendo como base dados obtidos através do

Laboratório de Dados Educacionais (LDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que extrai as informações diretamente das sinopses estatísticas do INEP.

A tabela abaixo mostra o número de escolas no município de Cáceres, ressaltando que os dados da zona rural englobam: Rural sem especificação Rural; Área de assentamento Rural; Terra indígena Rural; Área remanescente de quilombos Rural; Unidade de uso sustentável Rural; Unidade de uso sustentável em terra indígena Rural; Unidade de uso sustentável em área remanescente de quilombos.

Tabela 3 - Número de escolas no município de Cáceres do ano de 2010 a 2020

Ano	Privada Conveniada ¹⁶		Privada Não-Conveniada	Municipal		Estadual		Federal
	Com Fins de Lucro	Sem fins de lucro		Rural	Urbana	Rural	Urbana	
2010	1	4	1	18	23	2	14	1
2011	1	4	1	17	22	2	14	1
2012	1	3	1	17	22	2	14	1
2013	1	3	1	18	22	2	14	1
2014	2	3	1	18	22	3	14	1
2015	2	3	1	18	22	3	14	1
2016	2	3	1	18	22	3	14	1
2017	1	3	1	17	24	3	14	1
2018	1	3	2	15	24	3	14	1
2019	-	1	3	14	24	3	14	1
2020	-	-	1	14	25	2	14	1

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

O maior número de escolas no município de Cáceres pertence à esfera pública municipal, totalizando 39 escolas da zona rural e urbana. Seguido pelas escolas da esfera pública estadual, na dependência administrativa federal, tem uma unidade do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

No LDE ao serem informados os filtros: dependência do convênio com o poder público (convênio com rede municipal), dependência administrativa (privada conveniada com fins lucrativos), os números que apareceram foram do ano de 2010 até o ano de 2018, não havendo nenhum dado disponível nos anos de 2019 e 2020, já as sem fins lucrativos foram até o ano de 2019, com apenas uma unidade, não estando o ano de 2020 disponível.

¹⁶ Convênio com o poder público municipal

É importante destacar aqui o número de escolas privadas que têm convênio com a esfera pública, por meio da subvenção¹⁷; cabe ainda trazer que a CF estabelece em seu Art. 213 que

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (BRASIL, 1988).

Apesar da tabela mostrar que existem escolas conveniadas com o município, o único ano no qual estão disponíveis os repasses no portal da transparência pública municipal é 2017, com repasse de 634.946,45¹⁸. Constatou-se que nos demais anos não constam esses repasses, em nenhum dos relatórios pesquisados, nem no diário oficial do município de Cáceres, mesmo as escolas se caracterizando como conveniadas.

No caso do convênio das escolas privadas com o município se caracterizam como privatização da oferta educacional por meio da subvenção de recursos públicos destinados a essas instituições (ADRIÃO, 2018).

É importante destacar a redução de escolas conveniadas com o poder público municipal, principalmente nos anos da rerealização da pesquisa, apresentando assim uma redução de repasse do poder público para essas entidades com ou sem fins lucrativos.

A tabela abaixo traz os dados com o número de docentes da educação básica no período de 2010 até 2020.

Tabela 4 - Número de docentes do município de Cáceres de acordo com a dependência administrativa, 2010-2020

Ano	Privada	Municipal		Estadual		Federal
		Rural	Urbana	Rural	Urbana	
2010	161	150	340	27	445	24
2011	173	141	306	71	455	38
2012	159	139	298	69	453	49
2013	167	115	293	73	481	56
2014	171	108	286	76	439	49
2015	171	112	301	93	616	44
2016	177	121	291	80	497	47

¹⁷ Dado obtido no BALANCETE-ISOLADO da prefeitura municipal de Cáceres - 2017. Disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparência/>>.

¹⁸ Atualizado, referência 12/2017, 01/2022.

2017	180	122	338	88	512	53
2018	184	124	352	82	515	45
2019	172	119	354	89	496	51
2020	161	112	340	27	348	24

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

No ano de 2017 tanto a rede estadual quanto a rede municipal de ensino realizaram concurso público para provimento de vagas para professor efetivo da Educação Básica. O Município de Cáceres realizou concurso público pelo Edital nº 002/2017-PMC, de 06 de abril de 2017, com 03 vagas para o cargo de professor licenciado em Educação Física, e 100 vagas (88 ampla concorrência e 12 PCD-Pessoa com deficiência) para o cargo de professor licenciado em Pedagogia na zona urbana; já para a zona rural foram destinadas 67 vagas (62 ampla concorrência e 5 PCD-Pessoa com deficiência); o concurso foi homologado em agosto de 2017, tendo sua primeira convocação em dezembro do mesmo ano, com vencimento de 2 anos; o concurso foi prorrogado pelo Decreto nº 352, de 13 de junho de 2019 por mais dois anos, a partir de 30 de agosto de 2019, ficando válido até 30 agosto de 2021; o total de convocações para o concurso chegou a até a colocação de número 196, zona urbana, dada pelo Decreto nº 724, de 27 de agosto de 2021.

Para auxiliar a compreender melhor a dimensão do sistema da educação básica de Cáceres, as próximas tabelas trazem o número de matrículas da Educação Básica desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio. Sendo a primeira abaixo o número de matrículas da educação infantil dividida em creche e pré-escola.

Tabela 5 - Número de matrículas na Educação Infantil em escolas privadas, públicas municipais, 2010-2020

Ano	Privada		Municipal			
	Creche	Pré-Escola	Creche		Pré escola	
			Rural	Urbana	Rural	Urbana
2010	102	418	-	738	251	1.801
2011	108	478	-	711	298	1.617
2012	118	481	-	727	335	1.673
2013	106	430	-	717	326	1.691
2014	132	440	-	738	317	1.669
2015	166	460	-	766	321	1.592
2016	170	466	-	832	318	1.644
2017	169	449	-	1.279	341	1.811
2018	184	454	29	1.192	320	1.857

2019	216	463	26	1.232	317	1.956
2020	176	399	28	1.280	338	1.927

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

Não existem dados sobre a Educação Infantil na dependência estadual, nas sinopses do INEP, desse modo estão apresentados os dados da esfera privada e da pública municipal.

O município não atendia ao segmento de creche na zona rural até o ano de 2017, mas a partir de 2018 iniciou com 29 matrículas, sendo 11 delas no turno matutino, e 18 no vespertino; o número de matrículas não teve oscilações significativas até 2020, quando apresenta 28 matrículas.

O número de matrículas da creche nas escolas privadas apresenta crescimento de 2010 até 2020 com aumento significativo entre 2014 e 2019, estabelecendo 176 matrículas em 2020, representando cerca de 11,85 % das matrículas totais da creche no município de Cáceres. Já a pré-escola, nas escolas privadas as matrículas apresentam algumas alterações na série histórica, porém o ano de 2020, apresenta o menos índice desde 2010, abaixo de 400 matrículas.

Na rede municipal de Cáceres, na zona rural diferente da creche que atende somente a partir de 2018, a pré-escola realizava atendimento no ano de 2010, com 251 matrículas, e em 2020 com 338, um aumento de 34,66%. Já na zona urbana, o número de matrículas era de 1.801, apresentando redução a partir de 2011, com 1.617 matrículas até o ano de 2016; com 1.644 matrículas, em 2017, voltou a subir para 1.811 matrículas, se mantendo em crescimento até 2020 com 1.927 matrículas.

O número de matrículas da pré-escola das escolas privadas representa 17,61% das matrículas totais da pré-escola; em 2020 as matrículas da Educação Infantil das escolas privadas representaram 13,86% das matrículas totais na Educação Infantil do município.

A seguir, a tabela mostra o número de matrículas do Ensino Fundamental, anos iniciais, do município de Cáceres.

Tabela 6 - Número de matrículas no Ensino Fundamental, anos iniciais em escolas privadas, públicas municipais e estaduais

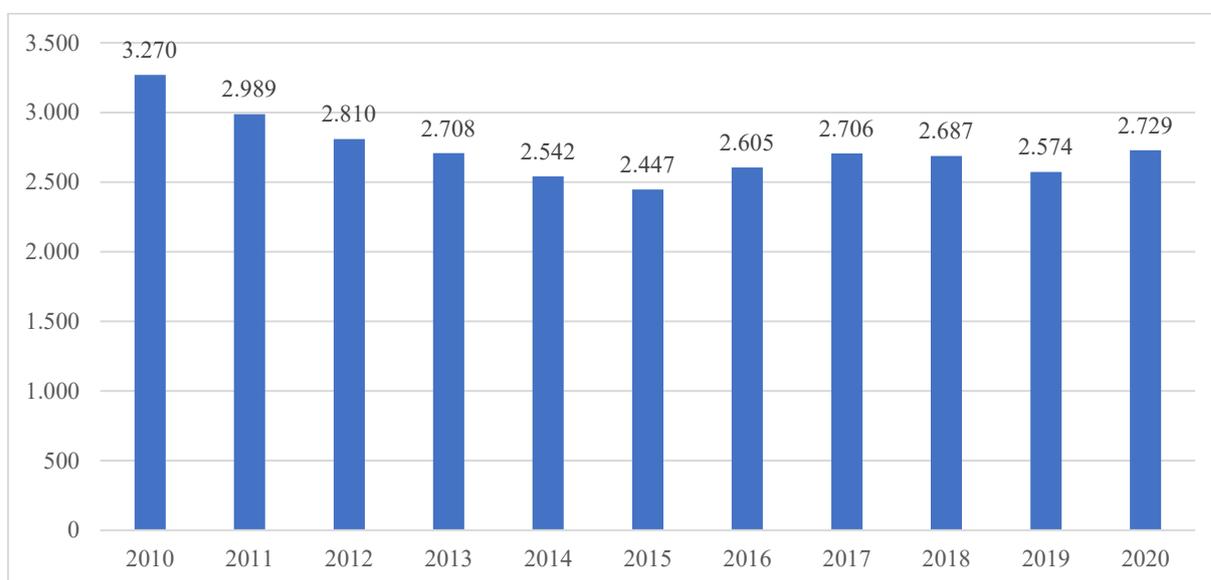
Ano	Privada Conveniada	Privada não conveniada	Municipal		Estadual	
			Rural	Urbana	Rural	Urbana
2010	472	404	1.424	3.270	-	3.035
2011	516	435	1.439	2.989	-	3.020
2012	421	500	1.327	2.810	-	3.020

2013	420	519	1.220	2.708	-	2.920
2014	502	512	1.164	2.542	-	2.769
2015	490	536	1.159	2.447	-	2.777
2016	512	492	1.132	2.605	-	2.570
2017	558	527	1.087	2.706	-	2.375
2018	640	454	1.000	2.687	-	2.307
2019	472	1.108	988	2.574	-	2.289
2020	516	1.140	888	2.729	-	1.928

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

Por se tratar de um número mais exato, optou-se na tabela acima por separar as privadas conveniadas das não-conveniadas; o número de matrículas das escolas conveniadas e não-conveniadas não possuem grande discrepância do ano de 2010 até o ano de 2018, porém nota-se que em 2019 e 2020 esse número mais que dobrou, apresentando 15,83% do total de matrículas no município. O número de matrículas da rede municipal da zona rural apresentou uma queda gradativa a partir de 2011 até 2020, já as da zona urbana sofreram quedas constantes como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 9 - Oscilações do número de matrículas no Ensino Fundamental, anos iniciais, rede pública municipal de Cáceres, 2010-2020



Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

Um declínio do ano de 2010 até o ano de 2015, seguido de mais oscilações, terminando em 2020 com 2.729 matrículas.

O número de matrículas nos anos iniciais da rede estadual teve uma redução constante do ano de 2010 até 2020; é necessário destacar que do ano de 2019 para o ano de 2020 essa redução foi mais acentuada. Vale ressaltar, aqui, o Decreto nº 723, de 24 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, que “Dispõe sobre processo de matrículas e de formação de turmas na Educação Básica, nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino de Mato Grosso” (MATO GROSSO, 2020), coloca em seu Art 3º que

O atendimento aos anos iniciais do Ensino Fundamental, feito pela Rede Pública Estadual de Ensino, será gradativamente reduzido a partir de 2021, preferencialmente, de acordo com o seguinte cronograma: I - em 2021, serão ofertadas vagas a partir do 2º ano dos anos iniciais; II - em 2023, serão ofertadas vagas a partir do 3º ano dos anos iniciais; III - em 2025, serão ofertadas vagas a partir do 4º ano dos anos iniciais; IV - em 2027, serão ofertadas vagas a partir do 5º ano dos anos. (MATO GROSSO, 2020).

Retirando a responsabilidade das séries iniciais da rede estadual da esfera pública transferindo essa responsabilidade para os municípios, Costa e Domiciano esclarecem que

Caso não haja interposição de ação contrária, o dito Decreto gera grandes impactos aos municípios, já que somente esses assumiriam os encargos gerados com a oferta dos anos iniciais, além de terem, obrigatoriamente, que ofertar a Educação Infantil (0-3 e 4-5 anos). Os impactos não parariam por aí, porque essa medida incidiria diretamente sobre a carreira dos docentes da própria rede estadual que ficariam sem lugar. (COSTA; DOMICIANO, 2020. Online¹⁹).

Essa ação vai trazer, mesmo que gradativamente, grandes impactos para os municípios, afetando diretamente o orçamento, a estrutura das escolas, número de professores; a dependência administrativa que tem menos recursos ficaria responsável por atender muitos alunos sem a estrutura necessária para isso.

A tabela de número 10, finaliza a comparação das matrículas, com a rede pública municipal, trazendo os dados dos anos finais do Ensino Fundamental.

¹⁹ Disponível em: <<https://marildacosta.com/impactos-do-decreto-723-2020-na-municipalizacao-compulsoria-dos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental-colaboracao-ou-tensoes-entre-esferas-de-governo-em-mato-grosso/>>.

Tabela 7 - Número de matrículas no Ensino Fundamental, anos finais em escolas privadas, públicas municipais e estaduais, 2010-2020

Ano	Privada Conveniada	Privada não conveniada	Municipal		Estadual	
			Rural	Urbana	Rural	Urbana
2010	317	277	1.177	1.546	164	3.416
2011	380	261	966	1.296	148	3.633
2012	375	268	925	1.202	144	3.591
2013	322	259	874	1.147	142	3.534
2014	366	290	775	1.120	121	3.295
2015	437	319	778	1.084	120	3.276
2016	428	314	825	1.228	193	3.282
2017	532	302	736	1.196	217	3.104
2018	523	278	701	1.183	214	3.243
2019	317	805	1.177	1.073	170	3.255
2020	380	277	966	1.546	164	3.042

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

Essa é a única etapa na qual a rede pública municipal não possui o maior número de matrículas, sendo que, nesse caso, o maior número pertence à rede pública estadual. Nas matrículas das escolas da esfera privada o número de matrículas fica próximo do número de matrículas da educação infantil. Nessa etapa, em 2020, a rede pública municipal deteve 39,40% do total de matrículas, enquanto que a estadual 50,29% do total geral; nessa etapa o estado tem mais da metade do número de vagas.

Seguindo com a caracterização dos dados quantitativos do sistema de ensino do município de Cáceres, a tabela abaixo mostra o número de matrículas do Ensino Médio.

Tabela 8 - Número de matrículas no Ensino Médio em escolas privadas, públicas municipais e estaduais, 2010-2020

Ano	Privada Conveniada	Privada Não- Conveniada	Federal ²⁰	Estadual	
				Rural	Urbana
2010	174	126	297	314	2.756
2011	193	146	269	702	2.707
2012	211	165	274	714	2.819
2013	201	172	257	798	3.052
2014	241	175	280	801	2.991
2015	213	176	305	859	2.925
2016	233	172	329	737	2.766

²⁰ Ensino Médio integrado ou normal – técnico.

2017	231	154	338	748	2.684
2018	267	147	364	688	2.610
2019	174	126	397	314	2.586
2020	193	146	429	702	2.369

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

A rede pública municipal não atende ao Ensino Médio, desse modo as matrículas presentes são apenas das escolas da esfera privada, conveniadas e não-conveniadas, e das escolas da rede pública estadual, zona rural e urbana. Nessa etapa a rede privada tem o menor número de matrículas desde a Educação Infantil, enquanto que a rede estadual possui a maior concentração de matrículas em 2020, totalizando 90,05% do número total de matrículas.

Para finalizar essa parte da caracterização do sistema da Educação Básica do município de Cáceres em suas dependências administrativas, a tabela a seguir traz o número total de matrículas.

Tabela 9 - Matrículas totais da educação básica no município de Cáceres, 2017-2020

Ano	Privada Conveniada	Privada não conveniada	Municipal	Estadual	Federal	Total Geral
2010	1.257	1.085	10.468	12.185	798	25.793
2011	1.405	1.175	9.553	12.635	824	25.592
2012	1.176	1.381	9.166	13.153	647	25.523
2013	1.179	1.512	8.855	13.166	527	25.239
2014	1.563	1.405	8.325	12.492	399	24.184
2015	1.593	1.460	8.147	12.112	373	23.685
2016	1.502	1.373	8.584	11.417	643	23.519
2017	1.617	1.332	9.156	11.040	659	23.804
2018	1.804	1.282	8.969	10.980	453	23.488
2019	70	2.924	8.851	10.983	525	23.353
2020	- ²¹	2.930	9.035	9.282	525	21.772

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>>.

Esfera pública municipal e estadual são responsáveis pela maior parte do atendimento realizado no município, representando 85,93% do total geral de matrículas, somado ao longo da série histórica.

Apresentados os dados do sistema de ensino do município de Cáceres, faz-se necessário compreender de forma mais direta o funcionamento da rede pública municipal de

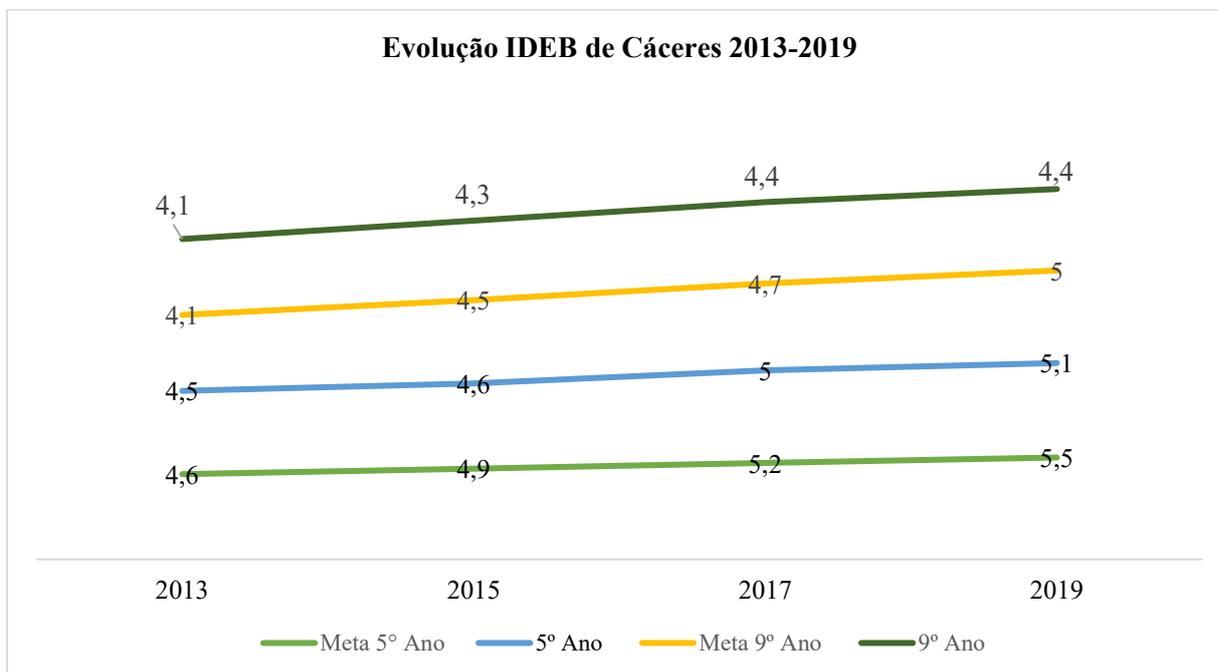
²¹ Não apresentou nenhum resultado na pesquisa.

educação. Para fiscalização e auxílio no planejamento, o Conselho Municipal de Educação de Cáceres foi criado pela Lei nº 1.431, de 16 de dezembro de 1997, em seu Art. 1º: “Fica instituído o Conselho Municipal de Educação em caráter permanente como órgão de decisão colegiada, integrante do sistema municipal de ensino, com funções consultivas, normativas, fiscalizadora e deliberativa” (CÁCERES, 1977); essa lei foi alterada pela Lei nº 2.064, de 12 de abril de 2007, em seu Art. 1º: “Fica instituído o Conselho Municipal de Educação em caráter permanente como órgão de decisão colegiada, integrante do Sistema Municipal de Ensino, com funções deliberativa, consultiva, normativa, fiscalizadora e de assessoramento à SME” (CÁCERES, 2007), reordenada pela Lei nº 2.162, de 12 de dezembro 2008, que em seu art. 1º:

Fica instituído o Conselho Municipal de Educação de Cáceres em caráter permanente como órgão de decisão colegiada, integrante do Sistema Municipal de Ensino, com funções deliberativa, consultiva, normativa, fiscalizadora, mobilizadora e de assessoramento à Secretaria Municipal de Educação. (CÁCERES, 2008).

A Secretaria Municipal de Educação está organizada da seguinte maneira: gerência de prestação de contas e convênios; gerência de sistemas; gerência de infraestrutura escolar; gerência administrativa e controle de frotas; gerência de apoio às instituições de ensino; gerência de logística, alimentação escolar e almoxarifado; gerência de compras e transporte escolar; coordenadoria de compras e processos licitatórios; gerência de compras e gêneros alimentícios; coordenadoria de administração escolar; coordenadoria pedagógica; gerência de gestão de pessoas; coordenadoria de infraestrutura; gerência adjunta de gabinete; Coordenadoria contábil e financeira; Coordenadoria de transporte escolar.

Para auxiliar na compreensão do desenvolvimento da Educação Básica o gráfico que será mostrado traz a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal de Cáceres.

Gráfico 10 - Evolução do IDEB da esfera municipal de Cáceres

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=7621051>>.

O gráfico mostra as projeções das metas estabelecidas; em 2013 a meta estabelecida para o 5º ano não foi atingida, já a meta para o 9º ano foi alcançada. No ano de 2015 nenhuma das metas foi atingida, o mesmo aconteceu com os anos de 2017 e 2019, sendo assim, o município não tem atingido as projeções estipuladas pelo Ministério da Educação (MEC).

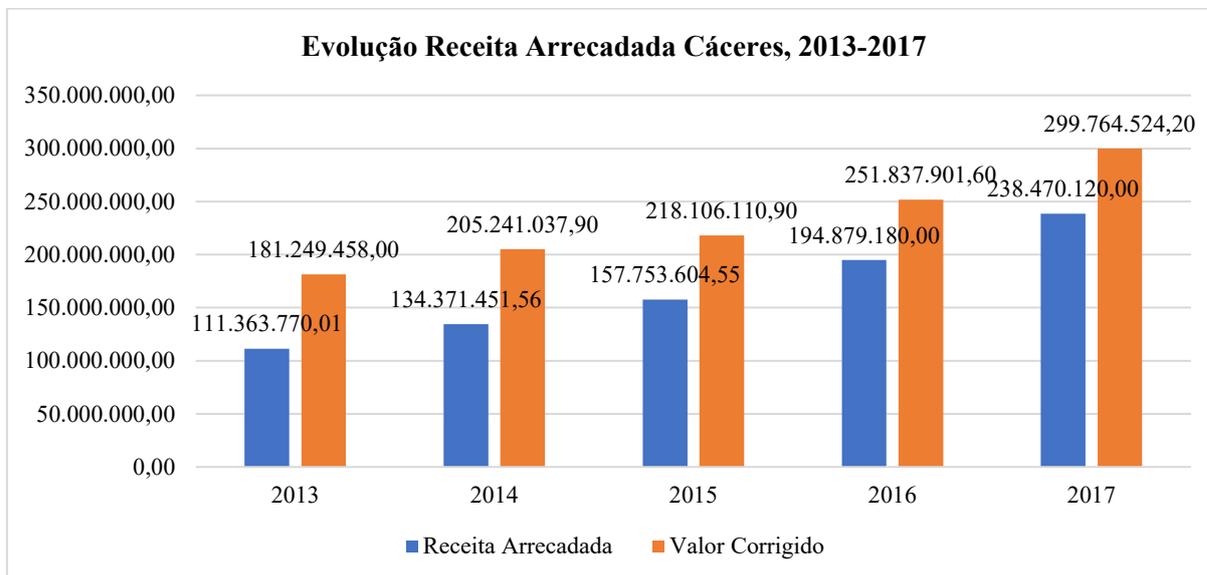
Apresentados os principais aspectos da educação pública da rede municipal, em sequência foi apresentado e analisado como funciona o financiamento da educação municipal. O gráfico abaixo mostra a evolução da receita municipal geral, do ano de 2013 até o ano de 2017, para ajudar a compreender a dimensão dos recursos disponíveis que foram gastos com educação, e a forma como a arrecadação do município cresceu. Os valores apresentados estão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo²² (IPCA- IBGE²³) disponível na calculadora do cidadão do Banco Central.

²² O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC produz continuamente e sistematicamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>>.

²³ Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>.

Gráfico 11 - Representação da Tabela Explicativa - Evolução da Receita municipal de Cáceres, 2013-2017 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2013; 2014; 2015; 2016; 2017/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base na LOA 2017 (anexos), disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparencia/>>.

No gráfico é possível perceber que a evolução da receita municipal é crescente com o valor arrecadado de 2013 até o ano de 2017. Como já foi colocado, anteriormente, de acordo com o Art. 212 da CF, os municípios aplicarão nunca menos de 25% da sua arrecadação de impostos em educação.

A seguir serão apresentados os dados obtidos no Siope, de acordo com a subfunção e a natureza das despesas, de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999:

§ 3º A subfunção representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

§ 4º As subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; (BRASIL, 1999).

O quadro abaixo mostra as subfunções da educação de acordo com o Manual de Preenchimento do SIOPE, elaborado pelo INEP.

Quadro 10 – Subfunções da educação, Manual de Preenchimento do SIOPE

122 – Administração Geral	361 – Ensino Fundamental
126 – Tecnologia da Informação	362 – Ensino Médio
128 – Formação de Recursos Humanos	363 – Ensino Profissional
131 - Comunicação Social	364 – Ensino Superior
271 – Previdência Básica	365 – Educação Infantil
272 – Previdência do Regime Estatutário	366 – Educação de Jovens e Adultos
273 – Previdência Complementar	367 – Educação Especial
274 – Previdência Especial	843 - Serviço da Dívida Interna
306 – Alimentação e Nutrição – Merenda Escolar	844 – Serviço da Dívida Externa
331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador	846 – Outros Encargos Especiais

Fonte: Elaboração própria com base em dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em EDUCAÇÃO SIOPE. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/fnde_sistemas/siope/sobre/manuais-do-siope>.

De acordo com cada subfunção os gastos são colocados segundo sua natureza, as naturezas de defesas postadas no SIOPE de Cáceres foram: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Material de Consumo; Serviços de Terceiros (Pessoa Física); Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica). O quadro abaixo mostra a descrição dessas naturezas de despesas.

Quadro 11 – Naturezas de despesas do SIOPE e suas descrições

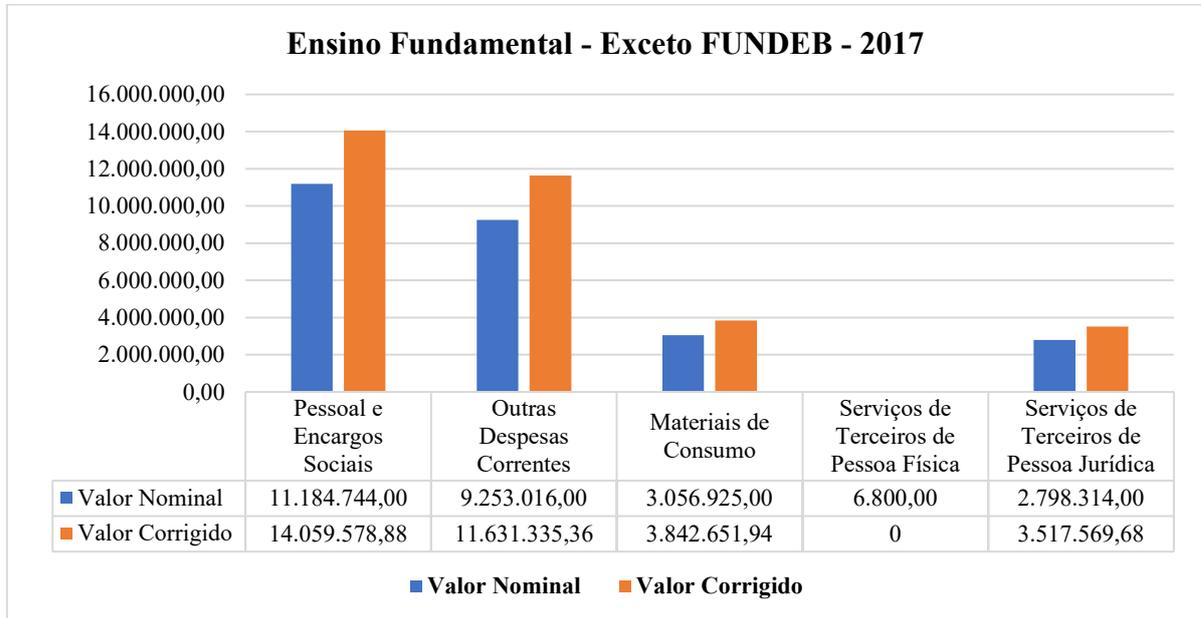
Natureza da despesa	Descrição
Pessoal e Encargos Sociais	Despesas de natureza remuneratória, decorrentes de efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e, ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Juros e Encargos da Dívida	Despesas com Juros e Encargos da Dívida referentes a operações de crédito Contratadas
Outras Despesas Correntes	Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, quando não se referir à substituição de servidores de categorias profissionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos do quadro de pessoal, além de outras despesas da categoria econômica de “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa campo.
Material de Consumo	Despesas com combustível automotivo e derivados, material de copa e cozinha, higienização, telecomunicações, vestuários etc.
Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.
Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	energia elétrica e gás; serviços de comunicação (telefone, fax, correios etc.); fretes e carretos; impostos, taxas, multas; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e material permanente; seguro geral (exceto o decorrente de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene (inclusive taxas de água e esgoto, tarifas de lixo); serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósio, conferências ou exposições; despesas miúdas de pronto pagamento; vale transporte; vale refeição; auxílio creche.

Fonte: Elaboração própria com base em dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em EDUCAÇÃO SIOPE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/fnde_sistemas/siope/sobre/manuais-do-siope>.

Como mostrado no quadro acima, é possível compreender quais as destinações dos recursos de acordo com a natureza de despesas e em qual categoria elas se encontram. Compreendido como funcionam as destinações no SIOPE, dando sequência os gráficos a seguir mostram as despesas com educação de acordo com cada subfunção e natureza de despesas no ano de 2017; os valores estão corrigidos pelo IPCA com referência dezembro de 2017 e janeiro de 2022.

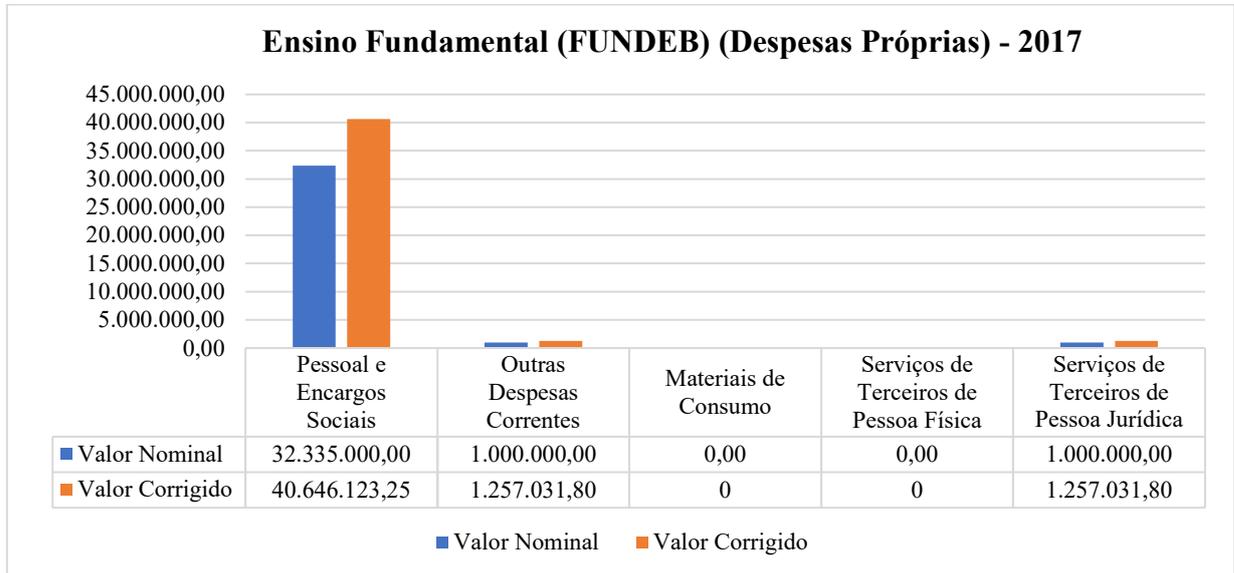
Gráfico 12 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2017 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

No demonstrativo do SIOPE, as despesas de maior valor são com Pessoal e Encargos Sociais, seguidos por Outras Despesas Correntes e Materiais de Consumo; uma pequena parcela é destinada a Serviços de Terceiros de Pessoa Física e uma porcentagem significativa a Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

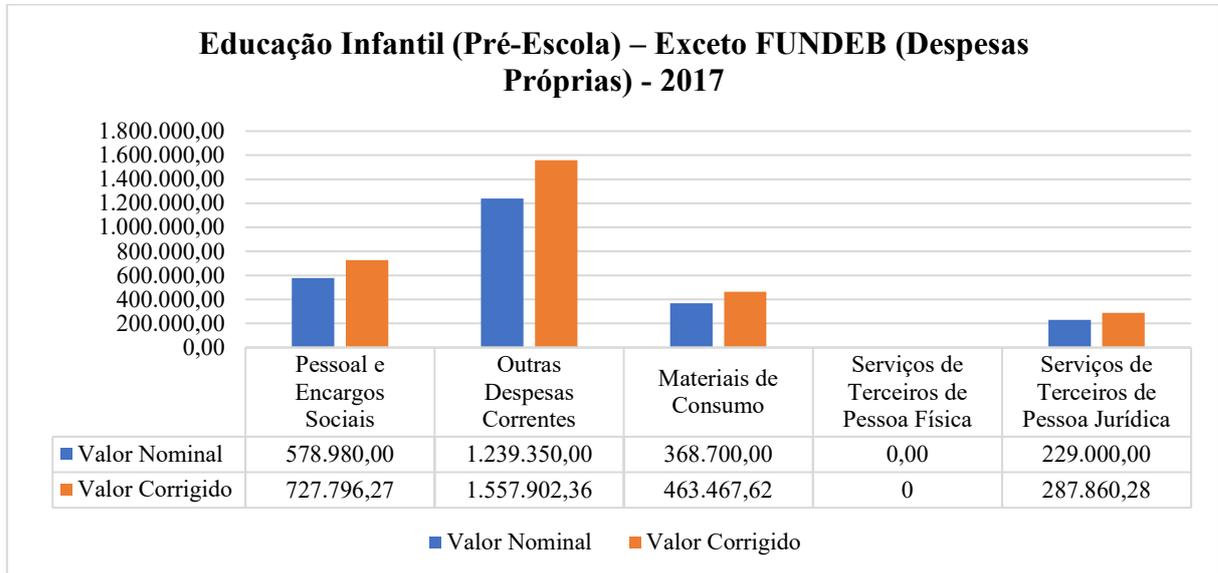
Gráfico 13 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2017 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Os gastos provenientes dos recursos do FUNDEB têm sua maior destinação para Pessoal e Encargos Sociais, os valores de Outras Despesas Correntes são iguais aos Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica; não foram gastos desses recursos com Materiais de Consumo ou Serviços de Pessoas Físicas.

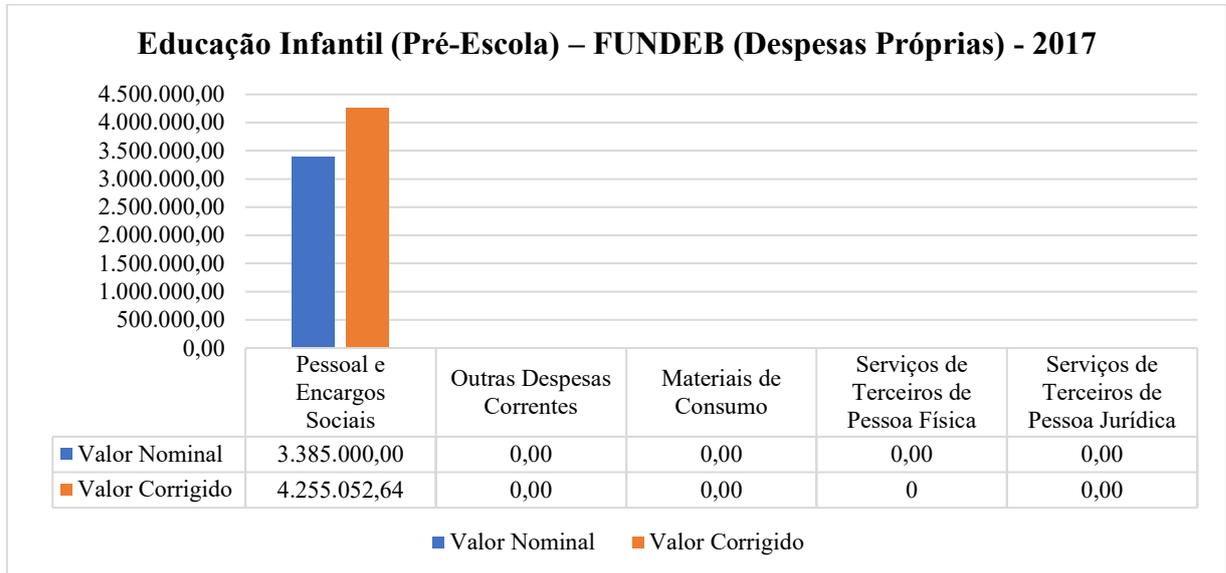
Gráfico 14 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) 2017 - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Os recursos da Educação Infantil tiveram destinação maior para Outras Despesas Correntes, em seguida Pessoal e Encargos Sociais, Materiais de Consumo e Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

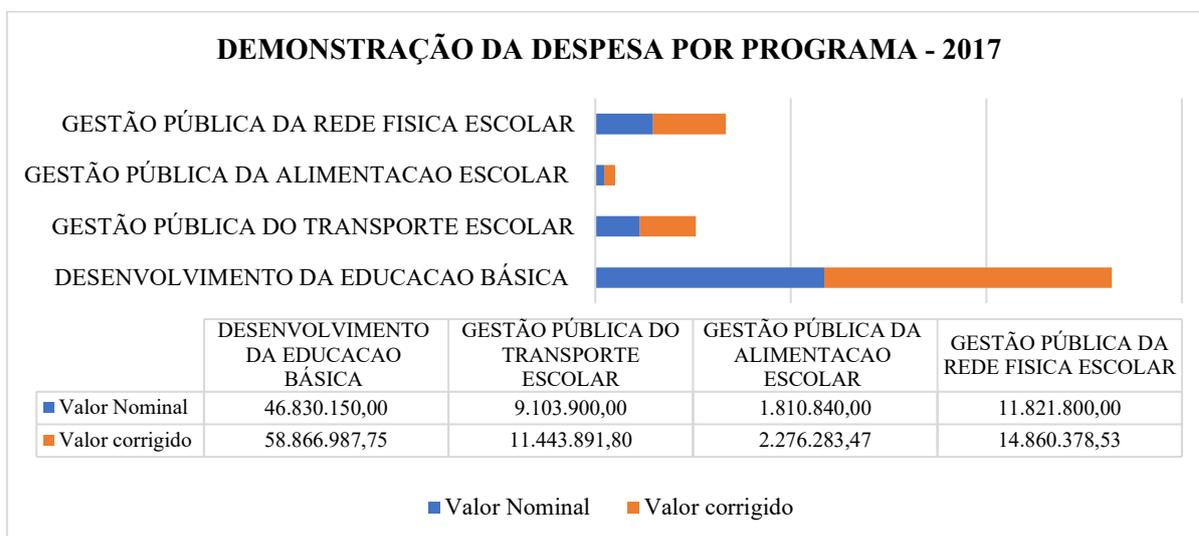
Gráfico 15 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB (Subfunção/Natureza de Despesas) 2017 - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Os gastos com recursos do Fundeb, na educação infantil foram somente para Pessoal e Encargos Sociais, as outras naturezas de outras despesas não tiveram aplicação dessa parcela de recurso.

Gráfico 16 - Representação da Tabela Explicativa - Demonstração da Despesa por Programa no ano de 2017 (Lei: 2555) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)

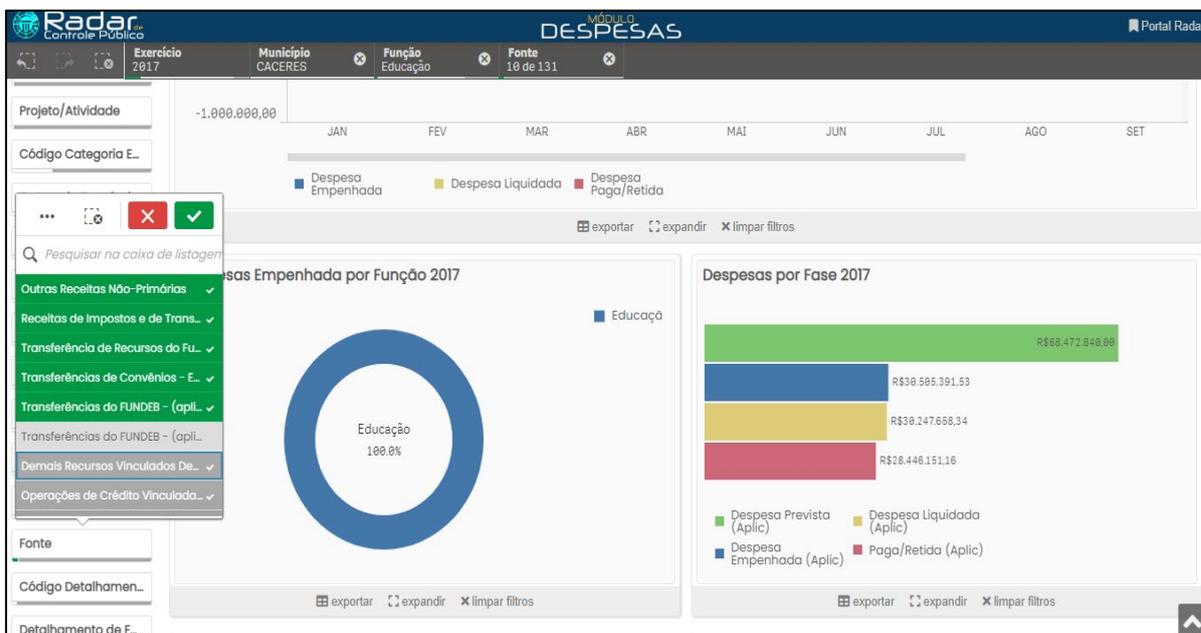


Fonte: Elaboração própria com base na LOA 2017 (anexos), disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparencia/>>.

A tabela apresentou a Demonstração da Despesa por Programa, indicando que a maior parte dos recursos da educação foram colocados como desenvolvimento da Educação Básica. Destaca-se, aqui, que em 2017 foi o último ano no qual a prefeitura de Cáceres fez a prestação de contas colocando por programa, nos demais anos da pesquisa entram na categoria “despesa por programa: educação municipal” sem fazer o detalhamento como no Gráfico 16.

A imagem abaixo mostra o Radar de Controle Público do Tribunal de Contas de Mato Grosso, domínio de onde foram retiradas as despesas com educação, no ano de 2017, de acordo com a fontes de recursos vinculados.

Imagem 5 - Radar de Controle Público do Tribunal de Contas de Mato Grosso, exercício: 2017; Município Cáceres; Função: educação; Fonte: outras receitas, receitas de impostos, transferências de recursos do FNDE, transferência de convênio, transferência do Fundeb, demais recursos vinculados, operações de créditos 2017



Disponível em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Essa ferramenta permitiu elaborar o seguinte quadro, no qual se encontram as Empresas; Institutos; Associações; Fundações; Pessoas Físicas e Jurídicas, de acordo com sua razão social, apresentando o valor nominal e o valor corrigido pelo IPCA.

Quadro 12 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações; Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2017 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2017/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
PRINCESA TURISMO EIRELI	R\$ 4.673.044,30	R\$ 5.874.165,29
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 464.607,52	R\$ 584.026,43
OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 275.000,00	R\$ 345.683,75
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 62.606,24	R\$ 78.698,03
LIONS CLUBE DE CÁCERES PORTAL DO PANTANAL	R\$ 12.000,00	R\$ 15.084,38
KHRONOS SEGURANCA PRIVADA LTDA	R\$ 8.282,88	R\$ 10.411,84

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Chama atenção que, mesmo tendo uma frota própria de 44 veículos²⁴, de acordo com dados obtidos no portal da transparência do município, em patrimônio: veículos, a Secretaria de Educação estabeleceu contrato com a empresa Princesa Turismo para realizar transporte de alunos da zona rural para finalização do ano letivo.

Uma das dimensões de privatização, a qual Adrião (2018) categoriza como privatização do currículo, como a “compra ou adoção pelo poder público de Sistemas privados de ensino (SPE)” (ADRIÃO, 2018, p. 11), e que na rede municipal se deu pela adoção do sistema de ensino Aprende Brasil, para o qual foram destinados R\$ 584.026,43, para compra de pacotes de serviços, que incluem material apostilado, cursos de qualificação e sistemas de avaliação; vale ressaltar que as apostilas são destinadas apenas para as turmas da pré-escola dois da Educação Infantil, que, de acordo com a proposta inicial, seriam implantados gradativamente nos anos subsequentes, porém até o ano de 2020 permaneceu apenas com a etapa mencionada. Adrião et al. (2016, p. 127) destacam que “os SPEs têm como principal propósito carrear recursos públicos escassos para o lucro dos grupos empresariais. Tem-se, assim um efeito negativo no objetivo de reduzir desigualdades sociais e educacionais”, e ressaltam que “diferentemente do PNLD, a compra dos pacotes pelos municípios não preserva a autonomia de professores nem de escolas na escolha dos materiais e das metodologias ofertadas”; Adrião (2018) identifica esse processo como uma dimensão de privatização da gestão educacional.

Os R\$ 345.683,75 destinados à OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA., que fornece “prestação de serviços de softwares voltado exclusivamente para Gestão Educacional (administrativa, pedagógica e estatística) incluindo conversão de dados, implantação imediata, manutenção remota, com treinamento operacional, orientação diária, formação continuada, e com licença de uso para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação²⁵”.

A Fundação Julio Muller aluga um prédio para funcionamento de escola desde o ano de 2015; em 2017, tendo recebido R\$ 78.698,03, a escola atendeu 248 matrículas, representando 2,7% das matrículas da rede pública municipal. O contrato estabelecido continuou sendo

²⁴ Disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparencia/>>.

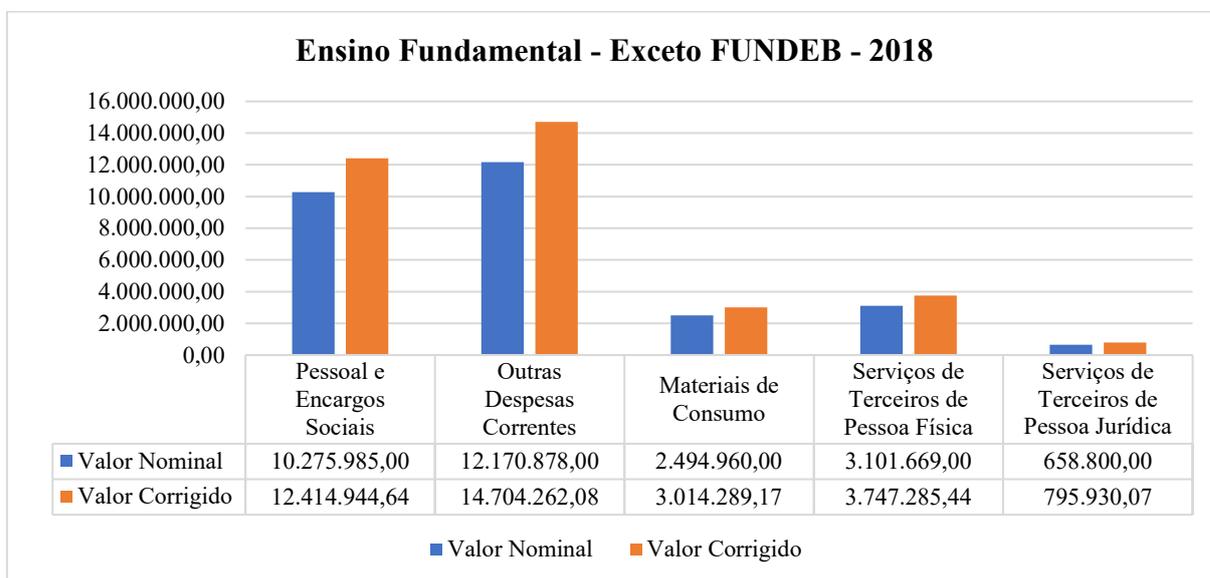
²⁵ EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 008/2018 TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 103/2014-PGM, disponível em: <<https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/438788/>>.

renovado durante o período da pesquisa. Mais adiante será apresentado o total de gastos com essa iniciativa, o total de alunos atendidos, para entendermos se tais recursos poderiam estar sendo investidos na infraestrutura das escolas existentes e na construção de outras unidades de ensino.

O repasse ao LIONS CLUBE DE CÁCERES PORTAL DO PANTANAL tem origem com o Termo de Cooperação e Convênio nº 003/2017, Convênio que tem por objetivo a “Implantação do Programa Lions Quest, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Cáceres no Ano Letivo de 2017, para alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental”; dentro das cláusulas da implementação do projeto a prefeitura dará o suporte pedagógico e operacional, através da Secretaria Municipal de Educação, e a disponibilização de profissionais do quadro efetivo de Técnicos/Assessores Pedagógicos da SME; já o Lions Clube Cáceres Portal do Pantanal, realizará através do Programa Lions Quest, juntamente com seu Instrutor Nacional, a Capacitação e Treinamento dos Professores preferencialmente efetivos, indicados pela SME, que atuarão nas salas de aula. Então, além do valor repassado, ainda houve o remanejamento de pessoal para a execução do projeto de parceria; além de ferir a autonomia docente, o município ainda disponibiliza o profissional do serviço público para executar os serviços da iniciativa privada.

Apresentados os dados do ano de 2017, na sequência da pesquisa segue agora o ano de 2018, cujo gráfico abaixo traz o detalhamento dos recursos gastos com educação, despesas com Ensino Fundamental de acordo com a arrecadação, exibindo os recursos próprios exceto do Fundeb, e na sequência os recursos do Fundeb.

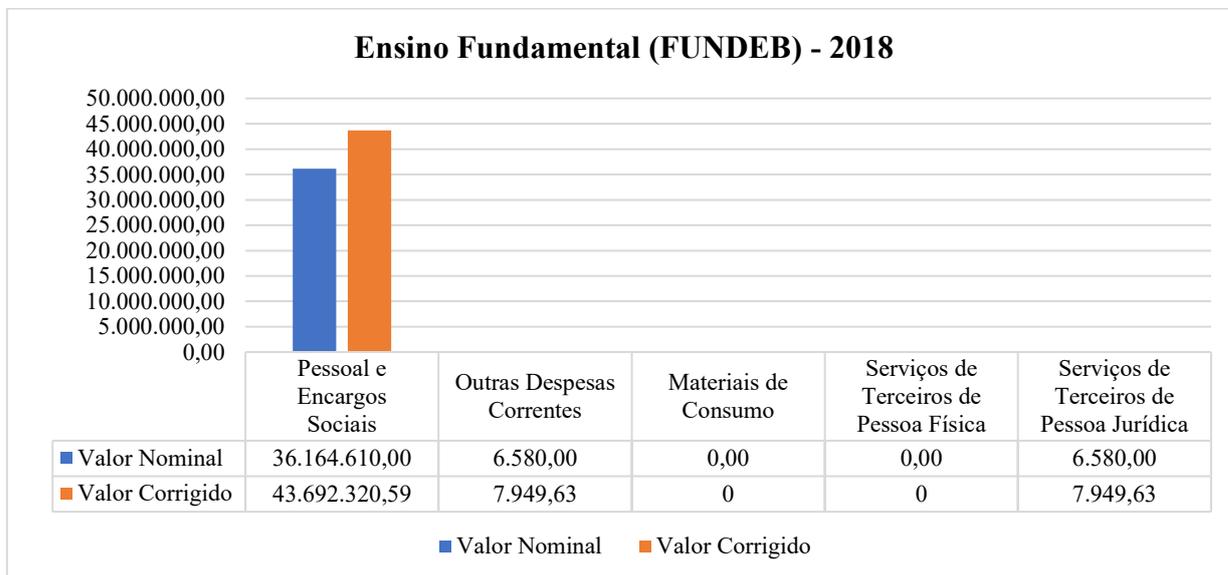
Gráfico 17 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2018 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

O gráfico acima mostrou que os principais gastos estão na natureza Outras Despesas Correntes, seguida de Pessoal e Encargos Sociais, na ordem decrescente, Materiais de Consumo, serviços de Terceiros de Pessoa Física e jurídica.

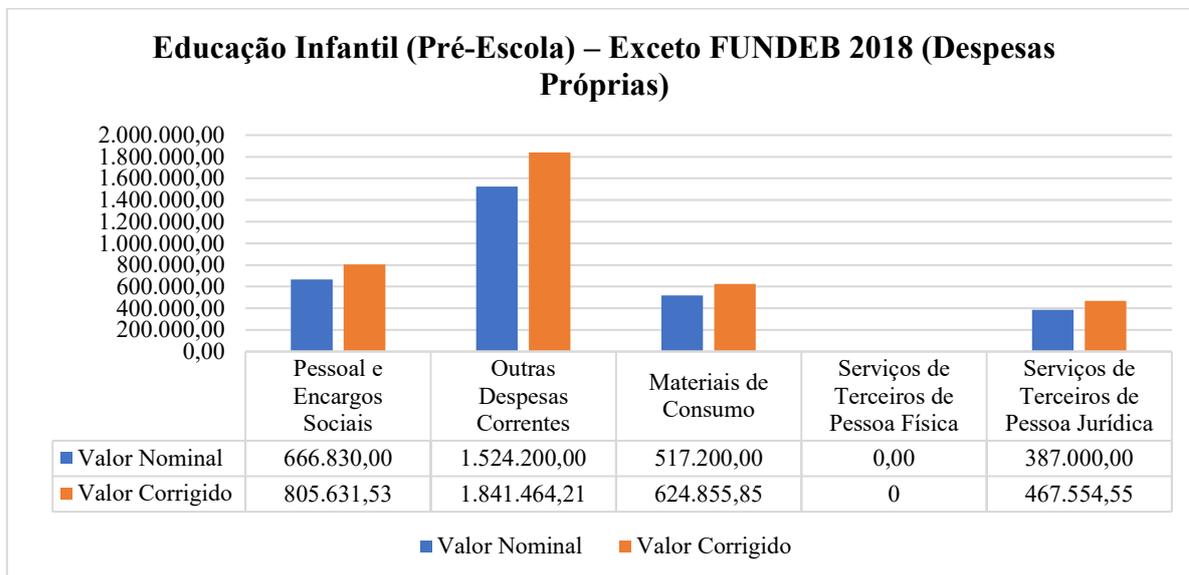
Gráfico 18 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2018 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Nos gastos com recursos do Fundeb, a Natureza de despesas que predomina é a de Pessoal em Encargos Sociais, com uma pequena porcentagem para Outras Despesas Correntes. As demais naturezas de despesas não tiveram nenhum gasto nesta subfunção.

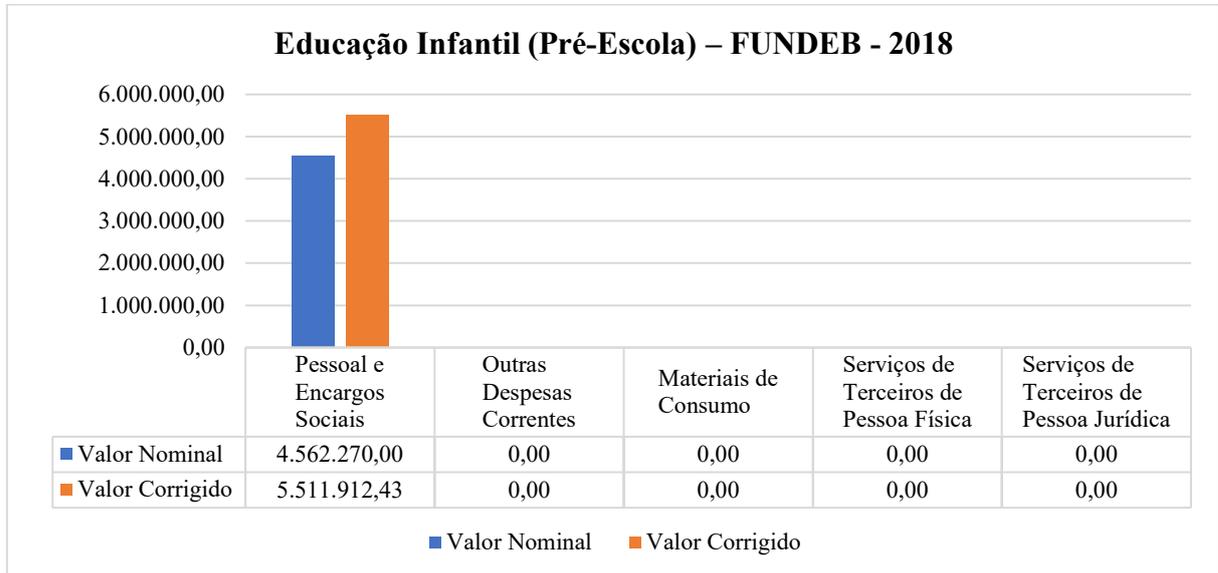
Gráfico 19 - Gastos com educação tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB 2018 (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

As naturezas de Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais, predominam nessa subfunção com maiores gastos dos recursos. Seguidos de Material de Consumo e serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, para serviços de terceiros de Pessoa Física não foram feitos gastos nessa subfunção.

Gráfico 20 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB 2018 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)

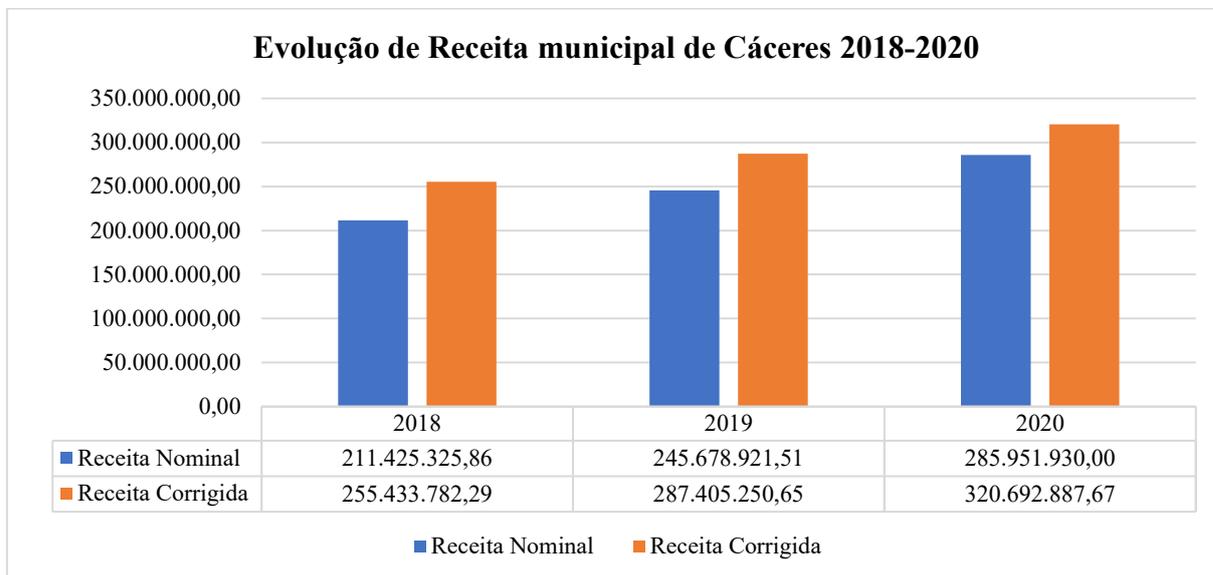


Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Nessa subfunção existem gastos apenas com Pessoal e Encargos Sociais, não sendo direcionados gastos para outras naturezas de despesas.

O gráfico abaixo mostra a evolução da receita municipal, de 2018 até o ano de 2020, último ano do período da pesquisa.

Gráfico 21 - Representação da Tabela Explicativa - Evolução de Receita municipal de Cáceres 2018-2020 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018; 2019; 2020/janeiro de 2022)

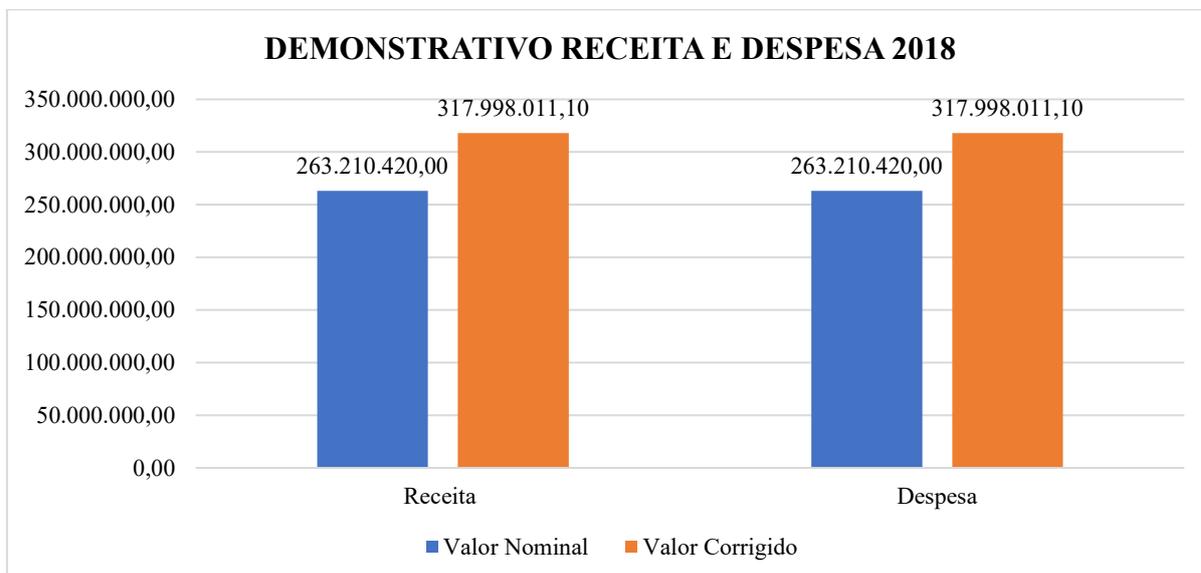


Fonte: Elaboração própria com base na LOA 2022 (anexos), disponível em: <http://177.4.174.14:5656/transparencia/>.

O município apresentou uma receita crescente, desde o ano de 2018 até 2020; as receitas previstas para o ano de 2019 eram de R\$ 283.694.290,00, em valores não atualizados, tendo atingido a marca de R\$ 245.678.921,51; já para o ano de 2020 as estimativas foram fixadas em R\$ 285.951.930,00. Tendo o município atingido um pouco além do valor projetado.

O gráfico abaixo traz o demonstrativo de receitas e despesas, com a correção de valores, de acordo com o IPCA

Gráfico 22 - Demonstrativo Receita e Despesas Cáceres exercício 2018 Lei: 2627, 26/12/2017 valores corrigidos IPCA dezembro 2018/janeiro 2022



Fonte: Elaboração própria com base na LOA 2018 (anexos), disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparencia>>.

Estabeleceu-se em 2018 uma arrecadação no valor de R\$ 317.998.011,10, em valores atualizados.

O quadro abaixo mostra as Empresas; Institutos; Associações; Fundações; Pessoas Físicas e Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2018.

Quadro 13 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2018 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2018/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
PRINCESA TURISMO EIRELI	R\$ 2.519.943,73	R\$ 3.044.473,29
VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 2.007.727,13	R\$ 2.425.638,14
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 470.762,11	R\$ 568.751,86
OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	R\$ 220.000,00	R\$ 265.793,29
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 65.270,02	R\$ 78.856,06
PELEGRINO & CIA LTDA.	R\$ 41.980,00	R\$ 50.718,19
ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO	R\$ 26.250,00	R\$ 31.713,97

SARMENTO CONCURSOS LTDA.	R\$ 22.500,00	R\$ 27.183,40
--------------------------	---------------	---------------

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>.

A mesma empresa que prestava serviços de transporte escolar no ano de 2017, permaneceu no ano de 2018, no entanto, nesse ano houve a contratação de mais uma empresa, a VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA., que recebeu o valor de R\$ 2.425.638,14; no mesmo período o município informou no portal da transparência 42 veículos de transporte escolar, entre ônibus e micro-ônibus.

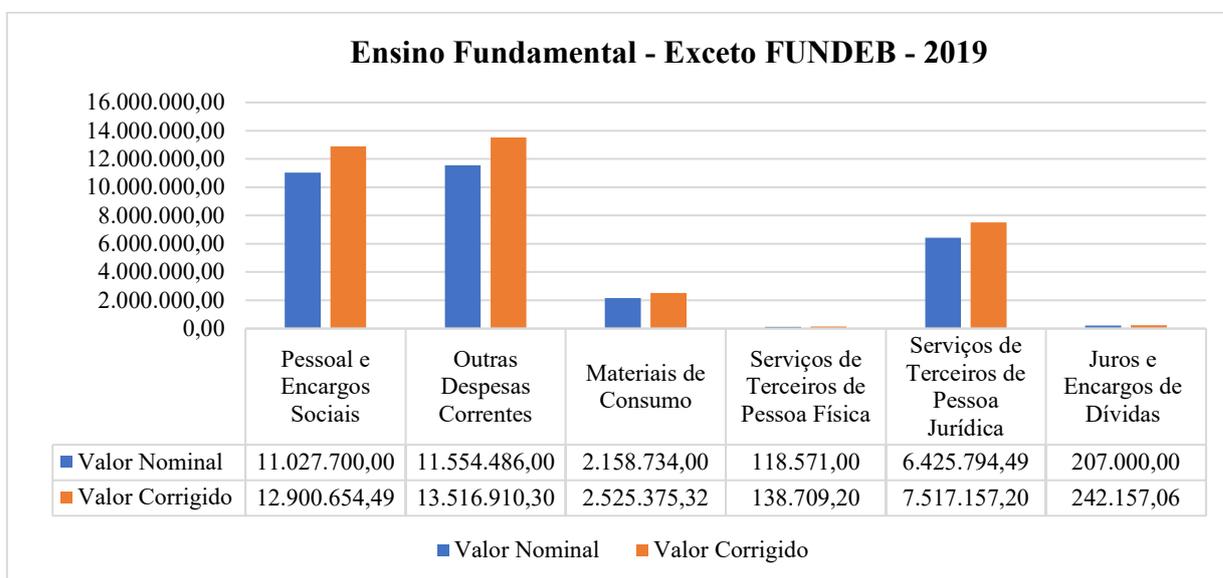
Há também a permanência de alguns contratos, como da Crosscard Administradora de Cartões, o seguimento do pagamento de dívidas para a empresa Energisa, a Editora Aprende Brasil, Ômega Tecnologia da Informação, Fundação Júlio Muller. Além disso, a razão social Pelegrino & Cia Ltda. é outra razão social referente à Ômega Tecnologia da Informação.

A razão social ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO pertence a uma empresa de contabilidade, contratada para prestar serviços para a Secretaria de Educação; apesar da Prefeitura ter realizado concurso para a vaga de contador no ano de 2017, os candidatos aprovados ainda não haviam sido convocados. De acordo com a transparência do município, havia apenas 3 contadores em exercício em janeiro de 2018, finalizando o ano com 7 profissionais efetivos.

A empresa SARMENTO CONCURSOS LTDA. foi contratada para realizar processo seletivo; o primeiro feito de provas e títulos em 10 anos, pois as contratações eram feitas mediante apenas à análise de títulos.

Abaixo inicia-se a caracterização das despesas informadas no SIOPE, referentes ao ano de 2019 no município.

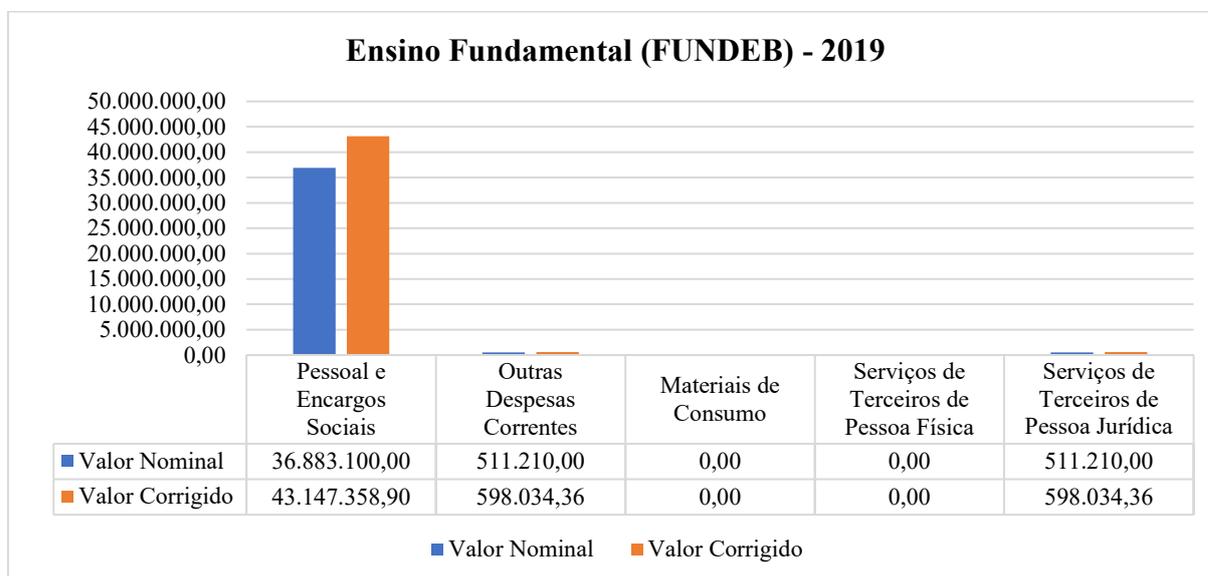
Gráfico 23 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2019 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

A maior destinação de recursos dessa subfunção está na natureza de despesas de Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais, havendo um destaque também para os Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica; chama a atenção que, no ano de 2019, diferentemente de 2017 e 2019, além das naturezas mais comuns que foram expostas, acrescenta-se aqui Juros e Encargos de Dívidas.

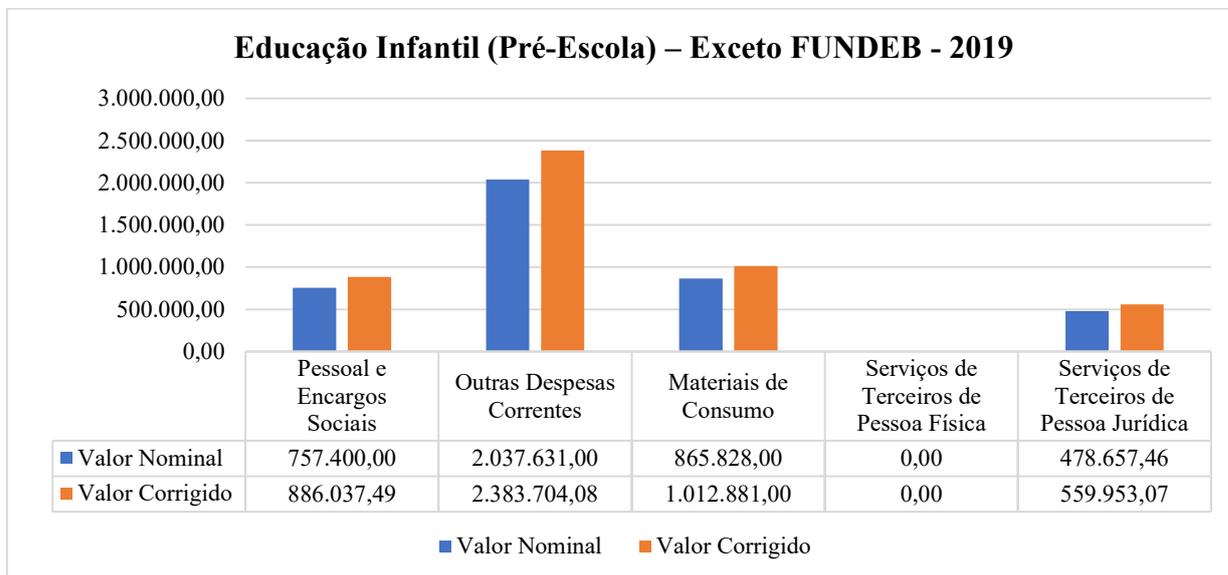
Gráfico 24 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2019 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

No gráfico acima, a maior concentração de gastos está com Pessoal e Encargos Sociais, tendo a mesma destinação de valores para Outras Despesas Correntes e Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

Gráfico 25 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB 2019 (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)

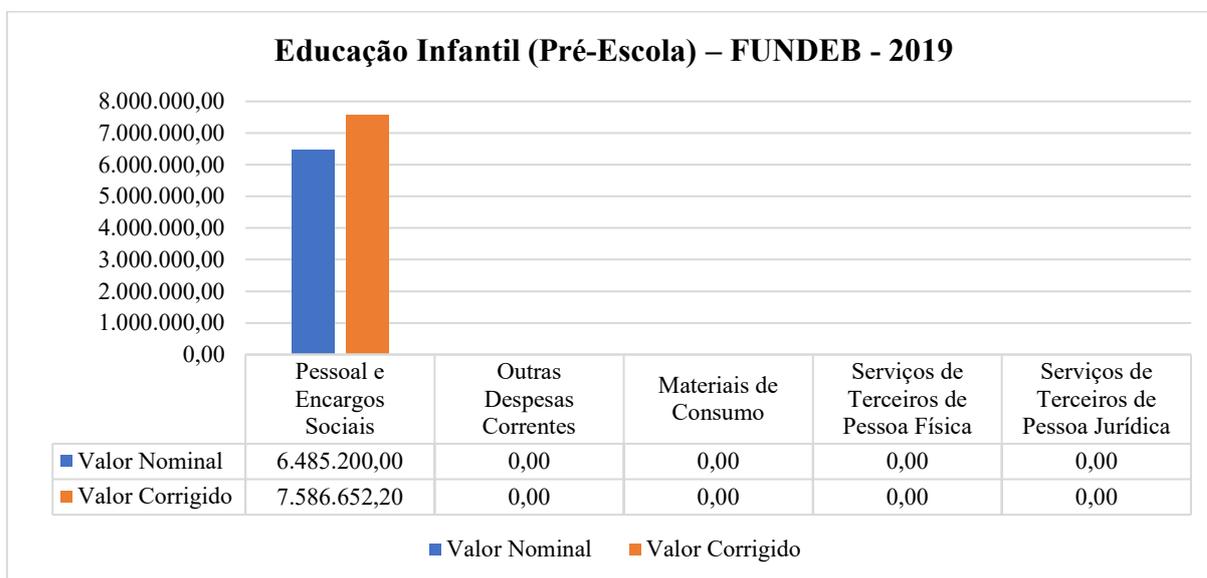


Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

No gráfico acima, todas as naturezas receberam recursos, com exceção dos Serviços de Terceiros de Pessoa Física.

Já no gráfico abaixo, apenas a natureza Pessoal e Encargos Sociais receberam recursos do Fundeb nessa Subfunção.

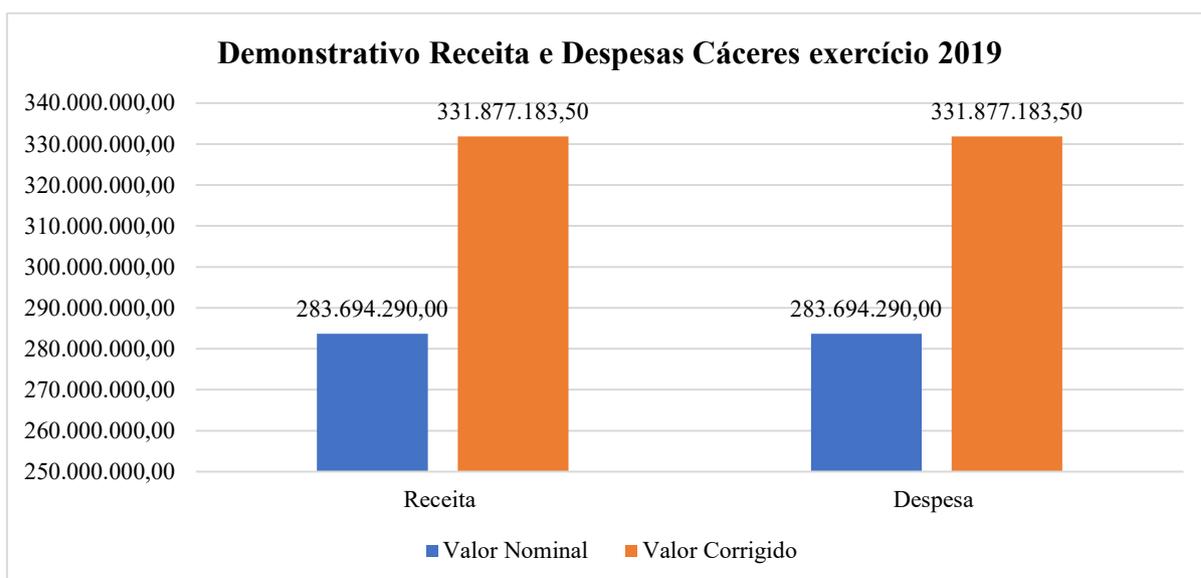
Gráfico 26 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB 2019 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

O gráfico abaixo traz os demonstrativos de receitas e despesas no exercício de 2019 de Cáceres, com os valores atualizados de acordo com o IPCA.

Gráfico 27 - Demonstrativo Receita e Despesas Cáceres, exercício 2019, Lei: 2720, 24/12/2018 - valores corrigidos pelo IPCA em dezembro 2019/janeiro 2022



Fonte: Elaboração própria com base na LOA 2019 (anexos), disponível em: <<http://177.4.174.14:5656/transparência/>>.

Nota-se, no gráfico acima, que o município de Cáceres gastou toda a receita arrecadada no ano em questão.

O quadro abaixo traz alguns dos gastos que o município de Cáceres teve com manutenção e desenvolvimento do ensino no ano de 2019.

Quadro 14 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2019 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2019/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	R\$ 5.217.454,03	R\$ 6.103.591,12
FALCONI CONSULTORES S.A.	R\$ 700.000,00	R\$ 818.888,63
PELEGRINO & CIA LTDA.	R\$ 621.696,35	R\$ 727.285,82
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 505.503,02	R\$ 591.358,11
FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 75.740,40	R\$ 88.604,22
SARMENTO CONCURSOS LTDA.	R\$ 16.630,44	R\$ 19.454,97

Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Em 2018 a empresa VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA. recebeu R\$ 2.425.638,14 para realização do transporte escolar dos alunos, já no ano de 2019 a mesma empresa recebeu R\$ 6.103.591,12 - um aumento de 151,62%; de acordo com os dados do portal da transparência do município, a frota de ônibus e micro-ônibus escolares era de 44 veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação. De acordo com dados obtidos no site <<https://transparencia.cc/>>, o dono dessa empresa tem mais 5 CNPJ no estado de Mato Grosso, nas cidades de Pontes e Lacerda e Campo Novo do Parecis.

O valor pago à empresa TICKET SOLUCOES HDFGT S/A foi de R\$ 2.258.521,41; essa empresa fornece serviço de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos em postos de combustíveis, porém apenas os que são credenciados com a empresa, sem a necessidade de licitação ou pesquisa de preços, acrescentando também o fornecimento de peças para manutenção veicular.

Dentre os contratos que foram mantidos pela secretaria, um dos que chama atenção foi o realizado com a empresa FALCONI CONSULTORES S.A. que recebeu R\$ 818.888,63.

Essa empresa de consultoria foi contratada para desenvolver um projeto de gestão no município, tendo como uma de suas prioridades o aumento do IDEB municipal.

Conforme Rodrigues e Costa (2021, p. 56),

Inspirado nos serviços prestados pela Falconi ao município de Sobral-CE e nos resultados do Ideb no referido município, o Prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz, contratou os mesmos serviços com a mesma finalidade, ou seja, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município.

Porém, esse aumento acabou não acontecendo na avaliação de 2019, conforme apontam os próprios autores:

[...] o Ideb do município para as turmas de 5º ano, não teve aumento significativo, [...] o aumento foi de apenas 1 décimo, e, no Ideb do 8º ano o resultado se manteve inalterado, ou seja, o município investiu mais de setecentos mil reais na compra de uma consultoria que não gerou resultados positivos, mostrando que o discurso da qualidade do setor privado é falacioso e tendencioso. (RODRIGUES; COSTA 2021, p. 58)

O projeto citado contemplou 23 escolas da rede, sendo 16 urbanas e 7 rurais, tendo duração de apenas um ano, sendo extinto em 2020. Além do repasse em dinheiro para a empresa, houve o remanejamento de profissionais da secretaria para desenvolver o projeto, além do uso de veículos da secretaria para transporte dos profissionais da empresa que eram levados até as unidades escolares. Adrião (2018) esclarece que se trata de uma dimensão de privatização da gestão, sendo uma “transferência da gestão do sistema educacional para organizações lucrativas por meio de PPPs” (ADRIÃO, 2018, p. 11).

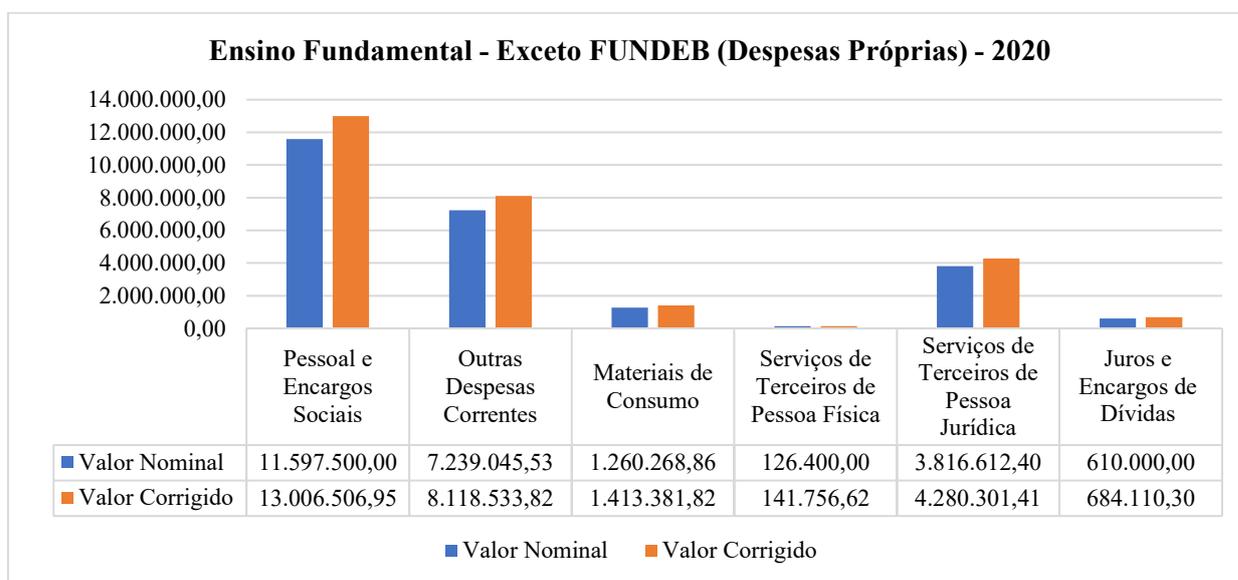
As empresas EDITORA APRENDE BRASIL LTDA., FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER, se mantiveram presentes nos gastos com MDE no ano de 2019, realizando o mesmo tipo de prestação de serviços dos anos anteriores; no caso da fundação Júlio Strubling Muller de 2018 para 2019 o valor pago teve um reajuste de 12,36%.

Para realização de processo seletivo simplificado foi feito contrato com a SARMENTO CONCURSOS LTDA. no valor de R\$ 19.454,97; a Secretaria realiza vários processos de seleção ao longo do ano para preenchimento de cargos em vacância temporária, ou não, em seus diversos segmentos, porém acabam utilizando mais de uma empresa para realização de seletivo simplificado de títulos; vale ressaltar que a Secretaria possui uma equipe

no setor pedagógico responsável por realizar processos de seleção simplificados para preenchimento de vagas ociosas.

Apresentando o último ano da pesquisa, finalizando o quadriênio de gestão, os gráficos que estão à frente trazem os gastos com educação disponíveis no SIOPE.

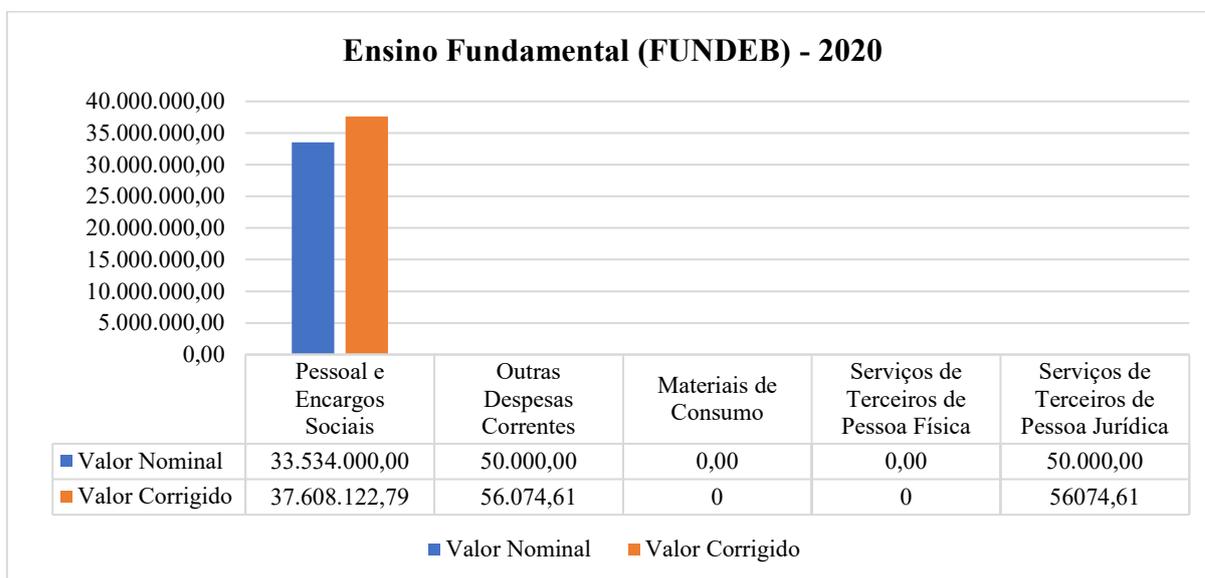
Gráfico 28 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental - Exceto FUNDEB (Despesas Próprias) 2020 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

No Gráfico acima, os maiores gastos estão nas naturezas seguintes, em ordem decrescente de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Materiais de Consumo; seguindo o mesmo dado apresentado em 2019, no ano de 2020 aparece novamente a subfunção Juros e Encargos de Dívidas, e o menor gasto com Serviços de Terceiros de Pessoa Física.

Gráfico 29 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 361 – Ensino Fundamental (FUNDEB) 2020 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)

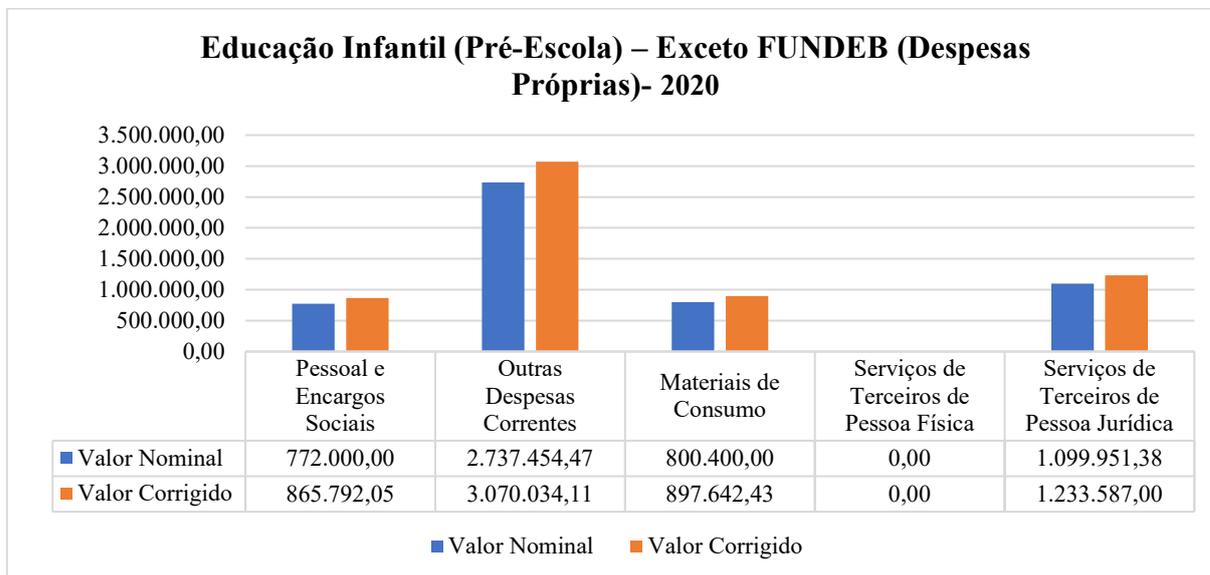


Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

No gráfico acima, na subfunção Ensino Fundamental (Fundeb) a maior parte dos gastos estão na natureza de Pessoal e Encargos Sociais, com uma pequena parcela dos recursos gastos com Outras Despesas Correntes e Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica.

O gráfico abaixo traz a subfunção Educação Infantil (exceto Fundeb).

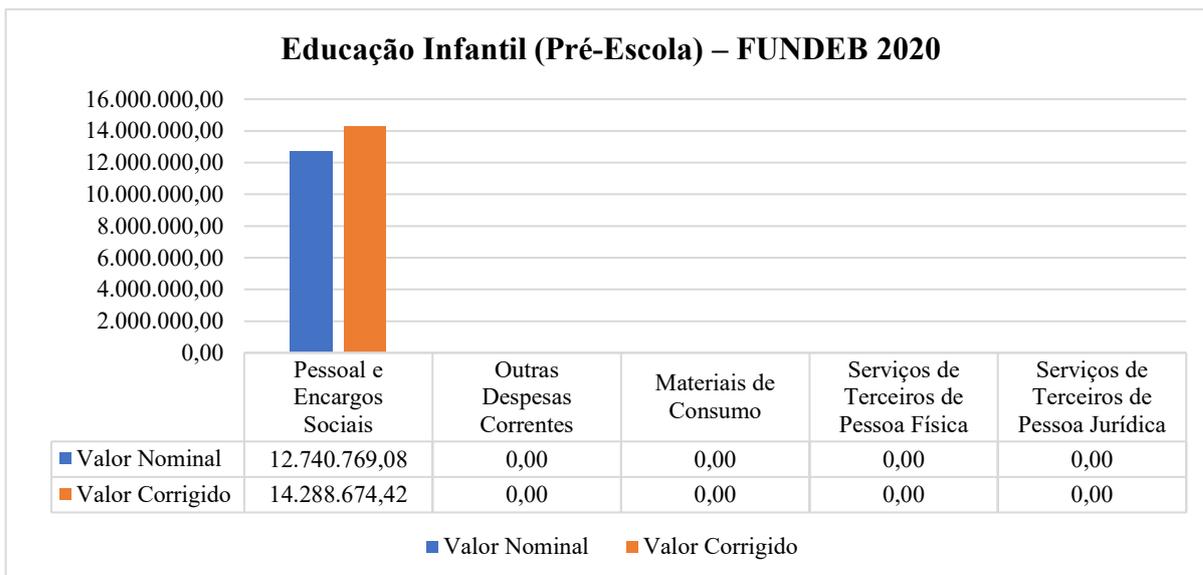
Gráfico 30 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – Exceto FUNDEB 2020 (Despesas Próprias) (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Nesse gráfico, a única natureza de despesa na qual não foram gastos recursos é a de Serviços de Terceiros de Pessoa Física, tendo a menor parcela de destinação Pessoal e encargos Sociais, diferentemente do que mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 31 - Gastos com educação, tabela SIOPE Subfunção 365 – Educação Infantil (Pré-Escola) – FUNDEB 2020 (Subfunção/Natureza de Despesas) - (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Como mencionado acima, nesse gráfico a concentração de gastos está na natureza de Pessoal e Encargos Sociais, sendo que as outras naturezas não receberam nenhum recurso.

O quadro de número 14, abaixo, mostra os gastos de manutenção e desenvolvimento do ensino realizados no ano de 2020; destaca-se o fato de que, foi o primeiro ano da pandemia COVID-19.

Quadro 15 - Empresas; Institutos; Associações; Fundações e Pessoas Jurídicas que receberam recursos da educação da rede pública municipal de Cáceres no ano de 2020 (valores corrigidos pelo IPCA em dezembro de 2020/janeiro de 2022)

RAZÃO SOCIAL EMPRESA	VALOR NOMINAL	VALOR CORRIGIDO
PRINCESA TURISMO EIRELI	R\$ 649.559,85	R\$ 728.476,37
PELEGRINO & CIA LTDA.	R\$ 560.952,57	R\$ 629.103,99
PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI	R\$ 297.671,67	R\$ 333.836,49
EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.	R\$ 261.473,88	R\$ 293.240,94
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER	R\$ 78.629,03	R\$ 88.181,85

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Algumas empresas, como TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, PRINCESA TURISMO EIRELI, PELEGRINO & CIA LTDA, EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.,

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JÚLIO STRUBLING MULLER ainda se fizeram presentes no último ano da pesquisa, fornecendo os mesmos serviços.

Destaca-se que o valor repassado à Editora Aprende Brasil, foi 50,41% menor do que no ano de 2019, porém, deve-se levar em consideração a suspensão das aulas presenciais causada pela pandemia, com a consequente suspensão do contrato. Mesmo assim os materiais disponibilizados não chegaram a ser utilizados, pois, com o retorno das aulas por apostilamento os próprios professores da rede elaboraram as apostilas a serem entregues para os alunos, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental; ressalva-se que não há nenhuma informação no diário oficial sobre a devolução de valores pela empresa ao erário público do município.

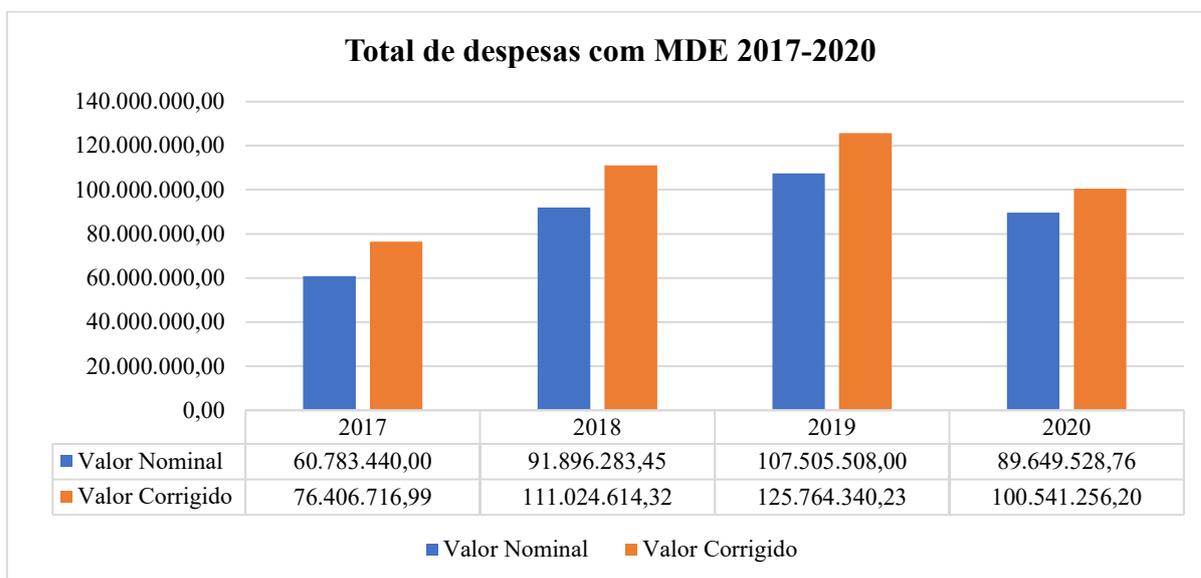
A empresa PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI é caracterizada como “Empresa Prestadora de Serviço de Mão de Obra, de Agente de Apoio e Logística Operacional e Administrativo – Motorista destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres – MT”, essa empresa estabeleceu contrato com a secretaria no ano de 2019, porém, seu pagamento foi realizado no ano de 2020; assim como a continuação do contrato, aponta-se que no ano de 2020 a Secretaria Municipal de Educação possuía 42 motoristas em sua folha de pagamento, todos pertencentes ao quadro de servidores efetivos/estáveis.

Na próxima subseção, serão apontados os impactos dos gastos com MDE na qualidade da educação pública municipal, tendo como parâmetro o percentual de cada gasto com pessoa jurídica sobre os gastos totais com MDE.

5.1 - O impacto orçamentário nos gastos de manutenção e desenvolvimento de ensino com o setor privado

Nesta subseção, estão os impactos causados pelos gastos com serviços de pessoas jurídicas, pagamentos de dívidas, financiamentos ao longo dos 4 anos da pesquisa, caracterizando as razões sociais que estiveram presentes em todos os anos da pesquisa, e as que estiveram em apenas um determinado período, indicando seu impacto isolado e seu impacto geral.

O gráfico abaixo traz o total de despesas com MDE, que o município de Cáceres teve desde o ano de 2017 até 2020, os dados foram extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Gráfico 32 - Total de despesas com MDE Cáceres, 2017-2020

Fonte : Elaboração própria com base em dados no RREO/Siope 2017-2020.

O gráfico acima exposto vai servir de base para os cálculos percentuais dos impactos dos gastos desses recursos com as empresas, instituições, associações que receberam verbas da educação de 2017 até 2020.

As próximas tabelas mostram os valores totais gastos de acordo com cada natureza de despesa no período da pesquisa, sendo que a primeira apresenta os valores nominais e a segunda os valores corrigidos.

Tabela 10 - Valores gastos totais de acordo com cada natureza de despesa valores nominais 2017-2020

Natureza da despesa	Ano/ valor total			
	2017	2018	2019	2020
Pessoal e Encargos Sociais	47.483.724,00	51.669.695,00	55.153.400,00	58.644.269,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	207.000,00	610.000,00
Outras Despesas Correntes	13.578.776,00	15.987.886,00	22.285.364,00	21.658.757,16
Material de Consumo	3.465.625,00	3.177.238,00	3.024.562,00	2.380.668,86
Serviços de Terceiros	6.800,00	3.101.669,00	118.571,00	126.400,00
(Pessoa Física)				

Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	6.073.724,00	3.073.530,00	10.783.833,95	10.537.894,94
--	--------------	--------------	---------------	---------------

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

Para uma melhor compreensão, a tabela cima mostrada, traz os valores nominais segundo cada natureza de despesa, abaixo a tabela mostra os valores corrigidos de acordo o IPCA, desse modo, facilita fazer a relação com a realidade atual na qual a se fez a pesquisa.

Tabela 11 - Valores gastos totais de acordo com cada natureza de despesa valores corrigidos IPCA 2017-2020

Natureza da despesa	Ano/ valor total			
	2017	2018	2019	2020
Pessoal e Encargos Sociais	59.688.551,05	62.424.809,18	64.520.703,09	65.769.096,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	242.157,06	684.110,30
Outras Despesas Correntes	17.068.953,24	19.315.785,26	26.070.330,28	24.290.129,38
Material de Consumo	4.356.400,83	3.838.584,22	3.538.256,33	2.669.901,79
Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	8.547,81	3.747.285,43	138.709,20	141.756,62
Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	7.634.864,21	3.713.289,26	12.615.370,01	11.818.168,03

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SIOPE.

As tabelas acima apresentadas auxiliam na compreensão dos valores que foram gastos e seu percentual de impacto em cada natureza de despesa.

As tabelas que seguem mostram os impactos percentuais de cada credor que recebeu recursos da educação, tanto do valor total, quanto do valor por natureza de despesas. A tabela abaixo mostra a empresa PRINCESA TURISMO EIRELI, que entra na natureza de despesa de outras despesas correntes.

Tabela 12 - Destinação de recursos à empresa PRINCESA TURISMO EIRELI e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020

PRINCESA TURISMO EIRELI			
Ano	Valor	Impacto %	Impacto % por natureza de despesa
2017	R\$ 5.874.165,29	9,19	34,41
2018	R\$ 3.044.473,29	4,35	15,76
2019	-	-	-

2020	R\$ 728.476,37	0,83	2,99
Total	R\$ 9.647.114,95	4,35	15,89

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Os impactos causados por esses gastos em 2017 chegaram a 34,41% dos recursos destinados a essa natureza de despesa, totalizando um impacto total no período da pesquisa de 15,89%.

A próxima tabela mostra a EDITORA APRENDE BRASIL LTDA. presente nos quatro anos da pesquisa, que se enquadra na natureza de Outras Despesas Correntes

Tabela 13 - Destinação de recursos à empresa EDITORA APRENDE BRASIL LTDA. e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020

EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.			
Ano	Valor	Impacto %	Impacto % por natureza de despesa
2017	R\$ 584.026,43	0,91	3,42
2018	R\$ 568.751,86	0,81	2,94
2019	R\$ 591.358,11	0,66	2,26
2020	R\$ 293.240,94	0,33	1,20
Total	R\$ 2.037.377,34	0,65	2,34

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

A natureza de Outras Despesas Correntes, como pode ser observado na tabela de número 11 é uma das que mais recebe destinação de recursos, por isso o percentual de impacto pode parecer baixo, porém o valor de R\$ 2.037.377,34 se aproxima do valor estipulado em 2020, em dotação inicial de R\$ 2.978.000,00 para construção de unidade escolar da Educação Infantil no município. Sobre a dimensão da privatização do currículo, Adrião et al. (2016) afirmam que a compra de SPes pelas redes municipais públicas, assim como o PNLD e demais iniciativas de “aquisição de material didático-escolar” (BRASIL, 1996a), pode ser contabilizada nas despesas com MDE.

A próxima tabela mostra a empresa OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA., ou, PELEGRINO.

Tabela 14 - Destinação de recursos à empresa OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020

OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.			
Ano	Valor	Impacto %	Impacto % por natureza de despesa

2017	R\$ 345.683,75	0,54	4,52
2018	R\$ 265.793,29	0,38	7,15
	R\$ 50.718,19	0,07	1,36
2019	R\$ 727.285,82	0,81	5,76
2020	R\$ 629.103,99	0,71	5,32
Total	R\$ 2.018.585,04	0,64	5,64

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Essa natureza de despesa se caracteriza por Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, e essa empresa disponibiliza um pacote com uma grande variedade de serviços de gerenciamento educacional, treinamento operacional, sistema de gestão, entre outros, sendo pagos anualmente para o uso da SME. Destaca-se que o a esfera pública vem adotando um grande número de serviços de tecnologia da informação e que algumas empresas têm buscado cada vez mais atender a essa demanda das mais variadas formas possíveis.

A próxima tabela traz os gastos com a FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER, presente nos 4 anos da pesquisa.

Tabela 15 - Destinação de recursos à FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER e o impacto percentual de gastos com MDE de 2017 a 2020

FUNDACAO EDUCACIONAL JULIO STRUBLING MULLER			
Ano	Valor	Impacto %	Impacto % por natureza de despesa
2017	R\$ 78.698,03	0,12	1,0
2018	R\$ 78.856,06	0,11	2,12
2019	R\$ 88.604,22	0,09	0,70
2020	R\$ 88.181,85	0,10	0,74
Total	R\$ 334.340,16	0,10	0,93

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Essa natureza se enquadra em serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, essa instituição servia de aluguel de prédio para atendimento de unidade escolar, sendo uma unidade escolar se, em comparação com outras, atende um número baixo de alunos, sendo 248 em 2017, 240 em 2018, 241 em 2019 e 244 em 2020. Em 2020 a dotação inicial para reforma de 4 unidades escolares foi de R\$ 1.200.000,00, sendo que o repasse para essa instituição em quatro anos foi de R\$ 334.340,16, equivalente a 27,86% do valor da dotação.

O quadro abaixo mostra as empresas que estiveram em um ou dois anos do período da pesquisa, trazendo os impactos percentuais totais e por natureza de despesa.

Quadro 16 - Impacto em % de gastos com empresas que estiveram em determinado período da pesquisa entre 2017 e 2020

Ano	Empresa/razão social	Valor gasto	Impacto %	Impacto % por natureza de despesa
2017	LIONS CLUBE DE CACERES PORTAL DO PANTANAL	R\$ 15.084,38	0,02	0,19
2018	VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	R\$ 2.425.638,14	3,79	31,77
2018	ELIZABETH GOMES PEREIRA MACHADO	R\$ 31.713,97	0,04	0,85
2018	SARMENTO CONCURSOS LTDA.	R\$ 27.183,40	0,03	0,73
2019	FALCONI CONSULTORES S.A.	R\$ 818.888,63	0,91	6,49
2019	SARMENTO CONCURSOS LTDA.	R\$19.454,97	0,02	0,35
2020	PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI	R\$ 333.836,49	0,38	1,37

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: <<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/extensions/radardespesa/radardespesa.html>>.

Empresas que entram na categoria de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica se destacam, como a VALE DO PARAGUAI TRANSPORTES E TURISMO LTDA., em 2018, que teve impacto de 31,77%; a empresa FALCONI SISTEMAS, que impactou 6,49% dos gastos dessa natureza em 2019.

Ao se analisar os anos da pesquisa, destaca-se que as empresas que mais receberam recursos da educação foram as de transporte escolar e que fazem o serviço de administração de abastecimento da frota de veículos da SME. Ademais agrupam-se aqui empresas, como: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA., PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI, como sendo uma forma de transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado, como assegura Costa (2011), colocando que ele “financia o Terceiro Setor e, por meio das parcerias entre o público e o privado, institui a política pública”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa intitulada “financiamento da educação básica no município de Cáceres-MT e os processos de privatização dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de 2017 a 2020” teve como objetivo geral “Analisar o financiamento da educação básica pública municipal de Cáceres estado de Mato Grosso, entre os anos de 2017 e 2020, tendo como aspecto principal os gastos dos recursos da educação com o setor privado”. E tendo como questão norteadora da pesquisa: Como são privatizados os recursos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino na rede pública municipal de educação de Cáceres-MT?

Para atender os objetivos e a questão da pesquisa percorremos o caminho teórico metodológico que possibilitou compreender as alterações no papel do Estado e da administração pública e as reformas daí decorrentes para as políticas educacionais, orientadas pela corrente neoliberal, posteriormente, associada à Terceira via. Tais medidas promoveram profundas mudanças em diversas áreas, sobretudo nas instituições estatais, levando a um novo modelo de sociabilidade. O campo educacional foi seriamente alterado, pois tais medidas possibilitaram a introdução da lógica empresarial na coisa pública, promovendo possibilidades de negócios para o setor privado mercantil, Fundações, Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil, dentre outras, aumentando os processos de privatização da educação por meio de diferentes formatos e dimensões.

Os autores que deram sustentação à questão e aos objetivos foram os seguintes: Harvey (2005; 2008), Costa (2011), Adrião (2018), Pinto (2018), Mészáros (2011), Anderson (1995), Borón (2003), Dowbor (2016), Sousa (2019), Adrião e Pinto (2016) Croso e Magalhães (2016), Peroni (2020), entre outros, que ajudaram a compreender as redefinições do papel do Estado, com o avanço do neoliberalismo no Brasil, os processos de privatização e o funcionamento do financiamento da Educação Básica no Brasil a partir da CF de 1988.

De forma articulada a processos de privatização, abordamos a produção sobre o financiamento da educação no Brasil, destacando os gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), tanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quanto aqueles percentuais já previstos constitucionalmente.

Dessa forma, os municípios devem destinar no mínimo 25% de sua receita para a Manutenção de Desenvolvimento do Ensino, e, conforme o Artigo 212 da CF, tem sua

destinação prevista no Artigo 70 da LDB. A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, estabelece em seu Art. 23. que “é vedada a utilização dos recursos dos Fundos: I - no financiamento das despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, conforme o art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (BRASIL, 2007).

Para Pinto (2018) nos mecanismos de controles sociais nos gastos com educação ainda são passíveis de ocorrerem desvios, pois os controles atuam quando os gastos já foram realizados. Além disso, facilitam os processos de privatização e disputas pelos fundos públicos da educação (ADRIÃO et al., 2016); (PINTO, 2018).

A pesquisa foi realizada em portais de transparência, Diário Oficial Eletrônico dos municípios, SIOPE, Radar de Controle Público do Estado de Mato Grosso, dos quais foram extraídas informações em relatórios oficiais, leis orçamentárias, Relatórios de Execução, publicação de contratos etc. A partir disso foi possível extrair os dados necessários para as análises e considerações à luz do referencial teórico elaborado.

Para dar maior organicidade aos resultados, organizamos algumas categorias que emergiram da pesquisa:

Com base nos dados coletados e os resultados encontrados, foi possível perceber que muitos dados publicados apresentam inconsistências de acordo com a fonte pesquisada, por exemplo, no Radar do Tribunal de Contas, é publicado um valor, no SIOPE um valor que não é compatível, além disso, nas publicações no Diário Oficial dos Municípios nem sempre os contratos publicados pela PGM estão expostos de maneira clara, os aditivos de contrato não apresentam valores, apenas o prazo de extensão, dificultando assim uma pesquisa mais detalhada, clara e minuciosa.

As matrículas analisadas na rede pública municipal mostram a sobrecarga do município, atendendo uma grande parcela dos alunos do município de Cáceres em relação à rede pública estadual.

Corroborando com Adrião e Silva (2020), constatou-se a presença de organizações que estão promovendo a privatização da educação, assim como sua intensificação após 2016.

Conclui-se, dessa forma, que, em Cáceres os processos de privatização estiveram presentes nos quatro anos da pesquisa, em suas diferentes dimensões e formas, como coloca Adrião (2018), e por meio de terceirizações como uma forma de transferência de

responsabilidades do Estado para a esfera privada, conforme Costa (2011). Empresas, institutos, associações, fundações recebem recursos da educação, direcionados pela lógica de expansão e de acumulação desenfreadas do Capital (MÉSZÁROS, 2011).

A subvenção de escolas privadas com e sem fins lucrativos, com recursos públicos da SME, é destacada em 2017, por meio do portal da transparência, sendo que nos demais anos esses repasses não estão presentes.

A prefeitura faz gastos com os quais não ficam claras suas justificativas, como por exemplo, o aluguel de empresa de transporte escolar; mesmo o município tendo frota própria para atender as demandas da SME, a contratação de uma empresa para o pagamento de vale alimentação dos servidores, sendo que, o pagamento de auxílio alimentação direto em folha não tem incidência em previdência ou imposto de renda.

Importante destacar os gastos com pagamentos de reconhecimento de dívidas realizados pela SME, nos quais as publicações da PGM não deixam claras se as dívidas são da educação, ou não.

A adoção do SPE Aprende Brasil teve um impacto milionário ao longo da pesquisa, ultrapassando 2 milhões de reais gastos com a contratação; esse gasto se deu somente para o atendimento dos alunos da pré-escola II da Educação Infantil, apesar da propaganda inicial acenar para o avanço do uso desse material em anos subsequentes do Ensino Fundamental. Frente à não justificativa da pasta da educação para a adoção de SPE na Educação Infantil, questiona-se: a antecipação da escolarização dos alunos na educação infantil tem relação com a preparação dos mesmos no Ensino Fundamental, para os testes/avaliações em larga escala? Destaca-se ainda que o currículo é a dimensão da política educativa que mais sofre privatização em Cáceres, além dos processos de terceirização.

A prestação de serviços de tecnologia da informação para o município gera um impacto alto nos percentuais de gastos, sendo que a contratação é feita ano a ano, não sendo realizada a aquisição de um domínio pela prefeitura, necessitando tanto da plataforma quanto de cursos de formações para os secretários.

Aponta-se o aluguel de prédio por meio de Fundação para funcionamento de unidade escolar que atende apenas uma pequena parcela do número de matrículas do município. Os recursos públicos destinados a essa despesa poderiam ser melhor aplicados em reformas e/ou construção de escolas da rede, materiais didáticos para escolas de Educação Infantil, por exemplo, valorização dos profissionais da educação, dentre outros gastos que revertissem na melhoria da qualidade social da educação pública municipal.

A materialização de projeto de gestão escolar, com intuito de melhorar o IDEB do município, realizado somente no ano de 2019, com gasto ultrapassando os 800 mil reais, projeto esse ao que Rodrigues e Costa (2021) apontam que não gerou resultados positivos no IDEB do município. Reforçando que o discurso da eficiência do setor privado frente ao setor público, se trata de uma falácia.

Após destacar as principais dimensões de privatização da educação do município, a tabela abaixo mostra a natureza jurídica dessas instituições, mostrando seus segmentos.

Tabela 16- Natureza jurídica das instituições presentes nos processos de privatização em Cáceres-MT

RAZÃO SOCIAL	NATUREZA JURÍDICA
Editora Aprende Brasil	Sociedade Empresária Limitada (206-2) ²⁶
Falconi Sistemas	Sociedade Empresária Limitada
Ômega – Tecnologia Da Informação	Sociedade Empresária Limitada
Fundação Educacional Júlio Strubling Muller	Associação Privada

Fonte: Elaboração própria

Destaca-se a presença da natureza Sociedade Empresárias Limitada, já a Associação Privada da fundação Júlio Muller se define de acordo com o Art. 53 da Lei n.º 10.406, de 07/01/2002²⁷ (Código Civil). “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”, ou seja, não se enquadra como uma associação com fins de lucro.

Ao analisar todos os dados obtidos, pode-se dizer que o percentual de recursos que são destinados ao setor privado tem grande impacto nos gastos com MDE; além disso, a presença de instituições que buscam captar esses recursos vem crescendo cada vez mais. Parafraseando Darcy Ribeiro, “a crise da educação do Brasil não é uma crise; é projeto”.

²⁶ As entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresária, cujo capital social é dividido em quotas, iguais 22 ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio, que responde de forma restrita ao valor de suas quotas, porém todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. A firma ou denominação social é sempre seguida da palavra “limitada” ou Ltda.”. Os seus atos constitutivos, alteradores e extintivo são arquivados na Junta Comercial. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016/206-2-sociedade-empresaria-limitada.html>

²⁷ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02#art-53>

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil; a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 24, p. 41-67, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/7zWs4By9mFRYQPskSGLSDjb/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: dezembro de 2021.

ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem fronteiras*, v. 18, p. 8-28, 2018.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas et al. GRUPOS EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA: LIMITES À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Educação & Sociedade* [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acesso fevereiro 2022], pp. 113-131. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>

ADRIÃO, T; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018.

ADRIÃO, Theresa; PINTO, José Marcelino de Rezende. PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ESTRATÉGIAS RECENTES EM DESTAQUE. *Educação & Sociedade* [online]. 2016, v. 37, n. 134 [Acesso fevereiro 2022], pp. 11-15. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016162765>>

ADRIÃO, Theresa; SILVA, Rui da. Public funding to private providers of compulsory education: crossed looks between Brazil and Portugal in the context of globalisations. *Globalisation, Societies And Education (PRINT)*, v. 18, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14767724.2020.1764336>. Acesso: janeiro de 2021.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI; SADER (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALL, S. J. **Educação global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG: 2014.

BALL, S.; YODELL, D. Privatización encubierta en la educación pública, *Internacional de la Educación*. Bruselas, 2007. Disponível em: http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf. Acesso em: 9 de novembro de 2019.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. Questões de nossa época. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

BIANCHI, Alvaro. O conceito de estado em Max Weber. *Lua Nova*, n. 92, p. 79-104, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/bNshhdRwcCdKFVVKLdJMjX9L/?lang=pt&format=pdf#:~:text=E%2C%20a%20seguir%2C%20apresentou%20seu,98>>. Acesso em: setembro de 2021.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORÓN, Atílio A. **Introducción Después del saqueo: el capitalismo latinoamericano a comienzos del nuevo siglo**. Estado, capitalismo y democracia en América Latina. 1. ed.– Buenos Aires, AG: Clacso, 2003. (Disponível on-line).

BORÓN, Atílio A. **Tras el Búho de Minerva**. Mercado contra democracia referencia en el capitalismo de fin de siglo, Buenos Aires, AG: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BORÓN, Atílio A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI; SADER (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Ministério do Estado de Orçamento de Gestão. **Portaria nº 42**, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Brasília: DOU, 15.04.1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 05.10.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: janeiro de 2022

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: DOU, 13.09.1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: DOU, 15.12.2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DOU, 23.12.1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília: DOU, 26.12.1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: DOU, 31.12.2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília: DOU, 21.06.2007, retif. 22.06.2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunillu. (Orgs.), **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. (Orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRITO; Adriana Rodrigues dos Santos; RODRIGUES, Tiago. A influência do pensamento de Paulo Freire na produção do conhecimento pós golpe: um balanço de 2016 a 2020. 263- 282. In 100 anos com Paulo Freire, tomo 3 / Ivo Dickmann, Ivania Dickmann (organizadores). 1.ed. – Chapecó: Livrologia, 2021. (v. 3).

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo / Wendy Brown traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

CÁCERES – MT. Prefeitura Municipal. Câmara dos Deputados. **Lei nº 1.431**, de 16 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a composição, competência e estrutura do Conselho Municipal de Educação Básica. Cáceres: Câmara Municipal, 16.12.1997.

CÁCERES – MT. Prefeitura Municipal. Câmara dos Deputados. **Lei nº 2.064**, de 12 de abril de 2007. Altera a Lei nº 1431, de 16 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a composição, competência e estrutura do Conselho Municipal de Educação. Cáceres: Prefeitura, 12.04.2007.

CÁCERES – MT. Prefeitura Municipal. Câmara dos Deputados. **Lei nº 2.162**, de 12 de dezembro de 2008. Define a composição, competência e estrutura do Conselho Municipal de Educação de Cáceres, e dá outras providências. Cáceres: Prefeitura, 12.12.2008.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A atual crise do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 29, p. 49-55, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=29&numero_revista=29>. Acesso em: setembro de 2021.

CECCON, Ellen Cristina. **Destino dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino: mapeamento dos repasses para o setor privado em Minas Gerais e Pará**. Campinas, SP. 2018.

CERVI, Emerson Urizzi. As sete vidas do populismo, *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, p. 151-156, nov. 2001. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COSTA, Marilda de Oliveira. **Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

COSTA, Marilda de Oliveira; DOMICIANO, Cassia. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 36, e70086, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602020000100208&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de março de 2021.

COSTA, Marilda de Oliveira. RODRIGUES, Tiago dos Santos. Contratos de sistemas privados de gestão e os impactos do Projeto Aviva Escola no IDEB de Cáceres-MT. In: VII Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE “Privatização da Educação Básica no Brasil: Atores e Programas em Debate”. **Anais eletrônicos...** Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, p. 55-59, 2021. Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/anais_21_06_versaofinal.pdf>. Acesso em: setembro de 2021.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº 134, p. 17-33, jan.-mar., 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684862>. Acesso Janeiro de 2021.

DOWBOR, Ladislau. **A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DOWBOR, Ladislau. **Contas públicas: entenda a farsa**. [s/l], 2021. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2021/03/21-Contas-pu%CC%81blicas.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

DOWBOR, Ladislau. **Juros extorsivos no Brasil: como o brasileiro perdeu seu poder de compra**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

DUTRA, Maria de Fatima da Conceição; FREITAS, Renan Moura de. Os impactos da emenda constitucional 95 na educação pública. **Revista Semana Pedagógica**, v.1, n.1, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistasemanapedagogica/>>.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria Cidadã da Dívida Pública – Experiências e Métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.

GAMBOA, Silvio Sánchez, **Epistemologia da Pesquisa em Educação**, Campinas, Práxis. 1998.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GIDDENS, Anthony. **The Class Structure of the Advanced Societies**. London, GB: Hutchinson. SOCIOLOGY 4th Edition, 1973. Copyright Anthony Giddens, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Primeira parte: Marx. Lisboa, PT: Editorial Presença, 2010 [1976].

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. Tradução do original inglês intitulado...

HARVEY, David, 1935- **Os limites do capital** [recurso eletrônico]. Trad. Magda Lopes. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências)

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

JAGUARIBE, Helio. Brasil, século XXI. Estudos Avançados [online]. 2000, v. 14, n. 38 Acesso 10 Abril 2021, pp. 215-221. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000100010>. Epub 02 Maio 2005.

KONDER, Leandro. O que é dialética / Leandro Konder. — São Paulo: Brasiliense, 2008. — (Coleção Primeiros Passos: 23)

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed., 6. reimpr. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIGUORI, Guido, **Gramsci contesso: storia di un dibattito**, 1922-1996 (Roma, Editori Riuniti, 1996).

LIMA, Marcia. **Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais**. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016

LIMA, Rogério Medeiros Garcia de; CAMARGOS, Laís Alves. ONDA NEOCONSERVADORA: UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA. **Revista Internacional CONSINTER de Direito**, Vila Nova de Gaia, n. 9, p. 463-484, dez. 2019. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-95222019000200463&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: agosto de 2021.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. Texto para Discussão. **Unicamp.**, IE, Campinas, n. 388, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD388.pdf>>. Acesso em: setembro de 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970,

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEF, Dante; PIMENTEL, Álamo **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARX, Karl. Contribuição para a crítica da econômica política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. [1867]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. **Decreto nº 723**, de 24 de novembro de 2020. Dispõe sobre processo de matrículas e de formação de turmas na Educação Básica, nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino de Mato Grosso. Cuiabá: DOEMT, 25.11.2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MENDES, V. R; PERONI, V. M. Vidal. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos *think tanks* na política educacional brasileira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, p. 65-88, jan./abr. 2020.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. revista. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à Brasileira. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Trad. Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO CONTEXTO DE NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?lang=pt>>. Acesso em: agosto de 2021.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: 30 ANOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302018000400846&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 309-330, abr.-jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/nGzLpfZ3XpXFVcWbhTQkFBB/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: setembro de 2021.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, dez. 2012. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302012000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abril de 2021.

RODRIGUES, Theófilo Machado; BELLATO, Caíque. Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política. **Agenda Política**, Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, v. 9, n. 1, p. 253-279, janeiro-abril 2021. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/592>>. Acesso em: setembro de 2021.

RODRIGUES, Tiago dos Santos; COSTA, Marilda De Oliveira. **Contratos de sistemas privados de gestão e os impactos do projeto AVIVA ESCOLA no Ideb de Cáceres-MT**. In VII Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE “Privatização da Educação Básica no Brasil: Atores e Programas em Debate” ANAIS/ 2021.

RODRIGUES, Tiago dos Santos; SOUZA, Lourdes Aparecida de. Produção de conhecimento: mapeando as fronteiras das dissertações sobre educação ambiental no programa pós-graduação em ciências ambientais - UNEMAT do ano de 2010 a 2020. **Revista GeoPantanal**, UFMS, Corumbá/MS, n. 30, p. 162-179, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufms.br/index.php/revgeo>. Acesso em; dezembro de 2021.

SADER, Emir. A hegemonia Neoliberal na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDÍN ESTEBAN, Maria Paz. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**. Introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. 2. ed. Lisboa, PT: Gradiva, 2002. 75 p.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STREECK, Wolfgang; MORALES, Alexandre. As crises do capitalismo democrático. Novos estudos CEBRAP [online]. 2012, n. 92 [Acessado 10 abril 2021], pp. 35-56. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000100004>

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho acadêmico e científico**. 22 ed. São Paulo; Cortez, 2002.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. “LIBERAL NA ECONOMIA E CONSERVADOR NOS COSTUMES” Uma totalidade dialética. **RBCS**, v. 36, nº 107, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcso/a/gm56SyjkxQcyZrCZWs7rG7v/>>. Acesso em: setembro de 2021.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. 1 ed, São Paulo: Madras, 2009.

SOUZA, Bartolomeu José Ribeiro. **Sistemas e conselhos municipais de educação** / Bartolomeu José Ribeiro de Sousa, Regina Aparecida da Silva, Sandra Regina Geiss Lorensini. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2016.

SOUZA, Bartolomeu José Ribeiro de. **O financiamento da educação básica pública em Mato Grosso por meio do salário educação** [manuscrito] / Bartolomeu José Ribeiro de Sousa. – Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, Jessé. **As classes sociais do Brasil moderno**. In: A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017

TAVARES, Darlyng Maria Gomes. **Emenda Constitucional 95/2016: Instrumento de retomada da desvinculação das receitas da União sobre a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino** / Darlyng Maria Gomes Tavares. 2019.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Journal of Contemporary Economics, n. 18, v. 2, p. 267-295, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/GzXNXQBDtbmqwVxhLRwY6Tj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: fevereiro de 2021

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina**. Uma palestra para ser apresentada à FAAP, em São Paulo, 25 de agosto de 2003. Disponível em: <https://www.piie.com/publications/papers/williamson0803.pdf>

WOOD, Hellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. 1ª Ed. São Paulo: Bom tempo, 2003.